

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS  
Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

## Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Semanário \* Propriedade da Editorial «Avante!» \* Red./Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 \* Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. \* Distribuição - Distribuidora «O SECULO»



ÉVORA, 9 DE FEVEREIRO DE 1975

## 30 000 TRABALHADORES RURAIS PRONUNCIAM-SE PELA REFORMA AGRÁRIA

Houvesse os transportes suficientes e a planície alentejana teria ficado despovoadá no domingo passado. Todas as atenções dos trabalhadores agrícolas bem como das suas famílias estavam concentradas sobre Évora, onde decorreu a I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul e durante a qual foram abordados assuntos caros à maioria da população alentejana, como foi o caso da reforma agrária.

thos das quatro secções que debateriam os seguintes temas: 1) Desemprego e luta contra o desemprego; 2) Sindicatos; 3) Previdência e assistência; 4) Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha (latifundiários, baldios).

Este último assunto, como era de esperar, atraiu o maior número de participantes. A reforma agrária está na ordem do dia, como aliás referiu o camarada Avaro Cunhal na sua intervenção de abertura. E a população alentejana sabe perfeitamente que só através desta solução se poderão resolver os problemas mais sentidos e imediatos dos trabalhadores agrícolas. Essa profunda aspiração cimentou-se ao longo dos anos através de uma luta contínua contra a exploração e a miséria a que sempre estiveram sujeitos os trabalhadores agrícolas alentejanos. Luta em que o nosso partido nunca se furtou em participar, tanto mais enérgica quando as for-

mas de repressão fascistas eram mais ferozes, no sentido de reforçar a organização das massas trabalhadoras no caminho da vitória. Tradição de luta enraizada ao longo dos anos e que a adesão dos trabalhadores agrícolas ao nosso partido, manifestada no domingo passado, comprova plenamente.

### A invasão da cidade

Domingo, Évora foi uma cidade invadida. Já no sábado, à noite, o movimento nas ruas

CONT. NA PÁG. 4

## A CLASSE OPERÁRIA CONTRA A SABOTAGEM

A classe operária e todos os trabalhadores portugueses, através da sua luta quotidiana e da experiência adquirida, ganham cada vez maior consciência das suas reais necessidades, e do seu papel histórico no momento que o País atravessa. O tempo passado desde o 25 de Abril, as diversas fases da luta desde então travada pelo povo português, já de-

monstraram quem são os seus verdadeiros inimigos, aqueles que por todos os meios se opõem à democratização da vida nacional: os grandes senhores da terra e da finança, os latifundiários e os monopolistas. É por isso que, sem pôr de parte a luta pelas reivindicações justas, a luta pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, a clas-

se operária tem desencadeado um combate sem quartel contra os sabotadores da nossa economia, contra aqueles que, perdido o poder político mas não ainda o económico, recorrem a todos os ardis para tentar o regresso ao passado. É de alguns exemplos recentes dessa luta que damos conta na página oito.



AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA E DO POVO

## 44 ANOS DE LUTA

O 15 de Fevereiro de 1931 — passam agora 44 anos — é uma data histórica na vida do Partido Comunista Português. Foi nesse dia que pela primeira vez apareceu a público o «Avante!», órgão central do nosso Partido. O Partido

fundamento da sua luta contra o fascismo e ao serviço das massas populares, pela democracia e pelo socialismo.

Cumprindo as consignas de Lenine para a imprensa partidária, o «Avante!», durante os duros anos da ditadura fascista, foi o organizador colectivo dos comunistas e de todos os trabalhadores, o mobilizador de amplas massas, o órgão de consciencialização e orientação imprescindível à actividade revolucionária do Partido Comunista Português. Após o 25 de Abril, nas novas condições criadas pela radical transformação operada na vida política portuguesa, ao «Avante!» clandestino sucedeu-se o «Avante!» legal, porta-voz do nosso Partido, combatente incansável por um Portugal pacífico, próspero e independente, democrático e socialista.

Ao fim de 44 anos de vida, o aniversário do nosso jornal, pela primeira vez comemorado em liberdade, assume dimensões diferentes. Assinalando o facto, publicamos um número especial, que inclui dois suplementos. Com esta edição comemorativa pretendemos, além de mais, homenagear os gloriosos militantes comunistas que permitiram a continuidade e a expansão do «Avante!» clandestino; manifestar a nossa confiança no movimento comunista e a nossa fidelidade ao internacionalismo proletário; fundamentalmente, pretendemos gritar bem alto a determinação em continuar e desenvolver a nossa acção ao serviço da classe operária e de todos os trabalhadores, na luta por um futuro de paz e felicidade, sob a égide do nosso Partido — o glorioso Partido Comunista Português!



da classe operária e de todo o Povo Português passou a ter desde então um veículo precioso — a que depois outros se juntariam, como «O Militante», «A Terra», «O Camponês», «O Têxtil», etc. — para o desenvolvimento e o apro-

Avante!  
PÁGINA 2

Assalariados rurais na dinâmica do processo revolucionário



**A** dinâmica do processo democrático-revolucionário português não é um fenómeno espontâneo. Nem uma utopia... Tem naturalmente a sua expressão exterior nas formas mais diversas, por vezes desbordantes de energia, entusiasmo e espontaneidade das massas populares.

Mas tem também a sua estrutura interna.

Esta deverá assentar no trabalho aturado, objectivo, cientificamente orientado para a resolução correcta dos problemas tão difíceis do povo e do País, por parte das forças democráticas portuguesas realmente interessadas no desenvolvimento harmonioso da nossa sociedade. Um trabalho que tem, forçosamente, de ser unitário, participante, virado para os interesses das mais amplas camadas do povo, sob pena de completa esterilidade.

Nenhuma utopia por mais bem arquitectada e intencionada que seja, nenhuma retórica pseudo-revolucionária, nenhuma distorção deliberada dos factos e das ideias se compadecem com a evolução irreversível do processo revolucionário.

A proximidade das eleições para a Assembleia Constituinte, cuja realização da data prevista pelo MFA foi anunciada pelo Presidente Costa Gomes na sua recente comunicação ao País, pode induzir forças interessadas em impor um modelo de democracia burguesa ao Povo Português na utilização dos meios eleitorais que lhes são próprios para tentarem fazer jogar a seu favor a despolitização de largos estratos da população portuguesa.

Temos detectado processos de «caça ao voto» que a seu tempo denunciaremos e de que o menos que deles podemos dizer é que são irregulares e tortuosos; temos ouvido e lido versões de políticos responsáveis acerca da política, intenções e posições do PCP que o menos que delas podemos dizer é que são mentirosas, das mais refinadas.

Essas forças querem intoxicar o Povo Português com o seu anticomunismo de pacotilha. Não serve de nada empregar uma fraseologia cheia de palavras jurídicas ou recheada de termos como «liberdade» e «democracia» para esconder aquilo que se vê mesmo o que é: mentira pura, anticomunismo do mais estúpido.

Os que recorrem a tais métodos jogam, porém, uma cartada perigosa. Perigosa porque o processo revolucionário não se deterá com as eleições qualquer que seja o seu resultado aritmético e prosseguirá sob o impulso das suas principais forças motoras — o movimento popular de massas e o Movimento das Forças Armadas.

Aqueles que o querem manietar debaixo da carapaça dos interesses privados correm o risco de ficar mal-feridos pelo caminho. Mal-feridos politicamente, entenda-se.

A experiência vivida de acontecimentos recentes deveria ser instrutiva para aqueles que se deixam empedernir na esclerose do anticomunismo e desprezam a dinâmica do processo democrático.

O pouco que poderão ganhar nos meandros da falácia e da demagogia eleitoral acabará por perder irrevogavelmente a curto prazo ante o juízo reflectido de um povo em pleno amadurecimento político.

Sim, o PCP também disputará as eleições. Temos uma noção realista da nossa força e influência, da nossa implantação como partido no seio das massas populares. Sabemos da confiança e prestígio que gozamos em vastos sectores da população portuguesa, e como será importante para os destinos da nossa jovem democracia a forte participação dos comunistas na Assembleia Constituinte. A voz do proletariado português terá aí uma palavra a dizer. E di-la-á seguramente.

Mas recusamos tais métodos por impróprios de um partido revolucionário.

É para a consciencialização, organização e mobilização das massas populares que o PCP vira o fundamental da sua actividade, como força responsável integrada no processo revolucionário. A dinamização da componente popular deste processo não pode ser realizada à margem e

ainda menos contra a legalidade das instituições democráticas.

É contra as classes interessadas no regresso ao passado — que incubam a reacção em cada dia e em cada hora a partir de posições dominantes da economia do País, e cujos representantes se empenham num surdo combate à ordem democrática estabelecida — é contra elas, dizíamos, que deve ser dirigida a acção dinamizadora do movimento popular.

A luta de classes não é uma invenção dos comunistas. Existe, realíssima, pelo próprio facto da existência de classes antagónicas e é mais ou menos aguda conforme as mudanças de conjuntura económica e social. No nosso País a luta de classes agravou-se, extraordinariamente, com a atitude sabotadora de grandes financeiros, industriais e latifundistas contra o regime saído do 25 de Abril. Os monopolistas da banca, da indústria e da terra sonham com o restabelecimento do fascismo em Portugal, mesmo à custa da opressão brutal e da exploração mais abjecta das classes menos favorecidas. Aqueles políticos, mesmo integrados na coligação governamental, que desejariam uma estratégia antimonopolista inscrita no Programa do MFA como fórmula acomodaticia vazia de conteúdo, mostram a sua verdadeira fisionomia de classe quando tomam aberta posição contra a unidade dos trabalhadores, expressa, por exemplo, através da questão da unidade sindical, ou quando, falando vagamente em antimonopolismo, defendem de facto uma estrutura social que, na prática, manteria intactas as posições dos monopólios.

Para os comunistas, a dinamização do movimento popular não é um exercício verbal nem uma iniciativa leviana. O trabalho em profundidade que o PCP realiza entre as mais amplas camadas do povo para com elas encontrar soluções válidas para os seus agudos problemas insere-se numa perspectiva revolucionária que não pode ser imposta de fora mas deve brotar das próprias massas populares, num vivo debate com o elemento consciente e organizado da classe operária, precisamente o PCP.

Numa cadência que mostra como dos estratos sociais mais amplos e duramente afectados pela política antipopular do regime anterior sobe uma decidida vontade de desalojar dos circuitos da produção e da distribuição de bens e serviços os interesses dos monopolistas e latifundiários, multiplicam-se as iniciativas nas quais participam milhares de portugueses.

Foram as conferências de pequenos e médios agricultores no Norte e no Sul; as dos pequenos comerciantes; as dos operários das empresas em dificuldade, regionais primeiro, coroadas depois pela grande Conferência Nacional Unitária dos Trabalhadores; as das forças realmente vivas e actantes de várias localidades — não as dos mortos-vivos dos tempos do fascismo — que se encaminham para um debate mais amplo dos problemas que afectam a vida das populações.

E agora a dos assalariados agrícolas do Ribatejo e Oeste e Alentejo e Algarve, que reuniu em Évora mais de 30 000 trabalhadores e seareiros.

Do que foi a I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, só quem a presenciou e assistiu aos debates pode guardar uma ideia viva da sua verdadeira natureza e dimensão.

Precedida oito dias antes pela grande manifestação de mais de 40 000 rurais em Beja, a grande jornada de domingo passado em Évora constituiu uma potente afirmação da vontade dos camponeses assalariados e pobres de transformar o fâcies social e económico das regiões do latifúndio.

Trabalhadores e trabalhadoras comunistas e sem partido denunciaram, com dados precisos, a sabotagem dos grandes proprietários da terra contra a sobrevivência dos que vivem do seu braço nas grandes extensões do Sul do Tejo e contra o normal abastecimento de produtos agrícolas e pecuários ao País. Dezenas de testemunhos dos mais tocantes mostraram como os grandes senhores do latifúndio

estão a tentar fazer render, pela fome, dezenas de milhares de famílias camponesas, deixando inculcos os campos, destruindo colheitas, protelando trabalhos sazonais imprescindíveis, abatendo ou deixando morrer à fome o gado, ou até, pela venda de fêmeas, provocando deliberadamente a baixa da produção pecuária.

Ao alastramento do desemprego respondem os trabalhadores com formas originais de prestação de trabalho, obrigando os agrários a empregá-los e a pagar-lhes ou, com a ajuda do Estado, ocupando as terras criminosamente deixadas inculcas.

Nas diversas secções, grupos de trabalho de milhares de participantes debatiam, com vivo interesse, problemas específicos com a ajuda de técnicos e militantes do PCP com uma experiência de largos anos à frente da luta dos assalariados rurais do Sul.

O que foi trazido à conferência sobre as condições de vida e a previdência e assistência nos meios rurais é profundamente chocante. Populações inteiras sem assistência médica e de enfermagem; médicos corrompidos pelo espírito de classe dos latifundiários que, com as raras excepções de probidades profissional, votam ao desprezo e à incúria a saúde de milhares de vidas dos pobres do campo, aliado tudo isto às graves inadequações das estruturas assistenciais legadas pelo fascismo. Largo terreno para uma urgente intervenção do Estado é o que foi cruamente exposto ali pelos trabalhadores agrícolas do Sul.

Os problemas da organização e da unidade sindical suscitaram a discussão apaixonada dos trabalhadores. Esbultados pelo fascismo dos seus sindicatos, entregues ao paternalismo abastardador dos grandes agrários nas Casas do Povo, os assalariados agrícolas do Sul mostraram como o seu espírito de classe e de organização estava desperto.

O significado político mais relevante da conferência foi a discussão travada à volta da questão da Reforma Agrária. Ficou claro para todos os participantes que não é possível iniciar uma resolução seria dos problemas sociais e económicos dos campos do Sul sem uma Reforma Agrária que dê a terra a quem a trabalha. A existência do latifúndio é um cancro que urge extirpar da exploração da terra.

As palavras de Álvaro Cunhal no início da conferência encontraram um profundo eco entre os assistentes. Inseridas numa experiência que começa a viabilizar a prática, Álvaro Cunhal expôs com clareza a política do PCP quanto a essa profunda aspiração dos assalariados rurais e dos pequenos e médios agricultores:

«Na ordem de trabalhos, está inscrito ainda outro assunto mais, e esse assunto adquire, no momento que vivemos, um profundo significado para os trabalhadores rurais: é a Reforma Agrária.

A liquidação dos latifúndios tornou-se um objectivo profundamente sentido pelas mais amplas massas trabalhadoras. Para já, sem perda de tempo, é necessário que por toda a parte as terras inculcas ou mal aproveitadas sejam entregues aos trabalhadores rurais desempregados. Trata-se de uma necessidade imperiosa na luta contra o desemprego e pelo aumento da produção agrícola.

A liquidação dos latifúndios responde, ao mesmo tempo, à urgência de emprego para os trabalhadores e à urgência de aumentar a produção nacional. Os interesses dos trabalhadores são absolutamente coincidentes com os interesses nacionais.

Ao examinar o problema da Reforma Agrária, a conferência não o faz como se tratasse de um objectivo distante. Não, camaradas. A Reforma Agrária está na ordem do dia. Com este nome ou sem ele, a Reforma Agrária começa a dar os primeiros passos graças à luta organizada, decidida, esclarecida e heróica dos trabalhadores rurais do Sul, com especial referência aos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo.»

## Assalariados rurais na dinamização do processo revolucionário



# ENCONTRO DE AGRICULTORES DO MINHO

Promovido pelas comissões distritais de Braga e Viana do Castelo do nosso Partido, e comissões concelhias de Braga, Fafe e Guimarães do MDP/CDE realizou-se em Barcelos, na Escola do Círculo, à Rua Dr. Manuel Pais, um Encontro de Agricultores do Minho, no qual participaram mais de 400 pessoas.

No Encontro foram tratados, além de outros, os seguintes problemas:

1 — Arrendamento rural e baldios. 2 — Liquidação dos grémios e organismos corporativos; associações de pequenos e médios agricultores; cooperativas agrícolas de abastecimento de produtos (adubos, rações, máquinas) à agricultura. 3 — Produção, preços e comercialização dos produtos da agricultura: vinho; leite e carne; milho e outros cereais; batatas, fruta e legumes. 4 — Assistência e segurança social para os agricultores.

No fundamental, divulgaram-se e foram aprovadas e aprofundadas as conclusões da I Conferência dos Camponeses do Norte.

O vinho foi um dos problemas mais profundamente discutidos e que maior participação teve. Assim, considerou-se que as medidas de intervenção por parte do Estado no escoamento do vinho, ainda que não compensadas para os pequenos e médios produtores, é uma importante medida para ajudar a solucionar o problema do excesso. Como assim, também a fabricação do vinho a martelo foi tema para uma longa discussão, tendo sido aprovada a proposta assente na I Conferência. O problema do vinho americano — foi ali apontado — só será resolvido com um plano de reconversão das vinhas sem prejuízo dos pequenos produtores deste vinho que neste momento não têm outra forma de subsistência. Devem ser, entretanto, tomadas medidas contra os grandes produtores de vinho americano na generalidade são ausentistas.

A medida superiormente tomada de proibição de abate de gado leiteiro é uma medida positiva — foi frisado — desde que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários receba para abate as fêmeas sem condições para a gestação de vitelos, a preços razoáveis e a definir conjuntamente com os agricultores.

Neste Encontro, em que participaram agricultores de todas as freguesias do concelho de Barcelos, como ainda das mais diversas povoações dos distritos de Braga e Viana do Castelo, foi informada a realização da II Conferência dos Camponeses do Norte, havendo já excursões previstas a partir de Barcelos Braga e Póvoa do Lanhoso.

## DOMINGO, NO PORTO

# SEGUNDA CONFERÊNCIA DE CAMPONESES DO NORTE

Vai realizar-se, no próximo domingo, na Faculdade de Engenharia do Porto, a Segunda Conferência de Camponeses do Norte, convocada pela Comissão do PCP para o trabalho camponês no Norte.

De entre outros, discutir-se-ão os seguintes pontos e propostas de solução para estes problemas: 1 — AS ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES E SUAS LIGAS. Necessidade de os agricultores constituírem associações profissionais para defesa dos seus interesses. Distinção entre associações profissionais de agricultores e as cooperativas agrícolas. 2 — O PROBLEMA DA PEQUENA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E DA SUA EXCESSIVA DIVISÃO EM PARCELAS. Para um aumento a curto prazo da produção nas pequenas explorações agrícolas. Formas de reorganização das pequenas explorações agrícolas. As cooperativas agrícolas de produção. 3 — OS PREÇOS E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS. As cooperativas agrícolas de comercialização, e organismos públicos de comercialização. 4 — PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS NECESSÁRIOS À AGRICULTURA (máquinas agrícolas, adubos, rações, pesticidas, etc.). 5 — CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA AO SERVIÇO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES. 6 — CASAS DO POVO. Necessidade de saneamento e reforma para que fiquem ao serviço da assistência à saúde, da educação e cultura e da segurança social dos agricultores.

Como já foi anunciado quando da realização da I.ª Conferência, a participação nestes encontros não implica qualquer compromisso de adesão ao PCP. Isto foi bem compreendido pelas largas centenas de pessoas que participaram activamente na I.ª Conferência e que aderiram com entusiasmo aos seus objectivos: promover a ampla discussão e procurar soluções para os problemas da agricultura.

Na sequência da I.ª Conferência realizaram-se muitas dezenas de reuniões em freguesias e concelhos rurais e três grandes encontros regionais: do distrito de Aveiro, do de Castelo Branco e o encontro regional do Minho, em Barcelos.

As conclusões tiradas pelos agricultores que participaram na I.ª Conferência foram discutidas, aprofundadas e enriquecidas nestas grandes reuniões, onde foram completadas de acordo com as situações e problemas específicos das respectivas regiões.

Neste amplo trabalho de massas seiu um melhor conhecimento das situações e aspirações dos agricultores. Pôde verificar-se também o crescente interesse pela discussão dos seus problemas, o que expressa a elevação do nível da sua adesão à prática da democracia.

Daqui se pode partir para a discussão de problemas que implicam já transformações mais profundas na agricultura portuguesa, tais como: aumento da produção, reforma das estruturas agrícolas e reestruturação dos serviços.

A 2.ª Conferência abordará estas formas de melhor saneamento a que já se chegou aos problemas concretos dos agricultores do Norte.

A 1.ª Conferência de pequenos e médios agricultores, em 29 de Dezembro de 1974, no Porto, foi a primeira das conferências unitárias realizadas pelo PCP no caminho de mobilização das massas camponesas para a construção da democracia em Portugal.

Por iniciativa do nosso Partido decorreu no domingo a I Conferência Unitária dos Trabalhadores do Funchal e na qual se procurou abordar questões gerais, tendo em vista uma consciencialização ampla dos trabalhadores com base em casos concretos.

Reunindo uma assistência de cerca de 250 pessoas e ainda representações convidadas do MFA, Intersindical, MDP/CDE e dos sindicatos da Indústria Hoteleira, Alfaiataria, Motoristas e Escritórios, a Conferência decorreu num ambiente de grande participação por parte dos trabalhadores, registando-se várias intervenções algumas das quais foram bastante aplaudidas.

A mesa coordenadora dos trabalhos era composta pelos camaradas Ivo Ferreira, que presidiu, Martins Coelho, da Direcção da Organização das Ilhas Adjacentes do PCP, Paula Veloso, Henrique Ricardo Pereira e Manuel Martinho.

Entre as numerosas intervenções que se verificaram duas foram feitas pelos representantes dos sindicatos da Indústria Hoteleira e dos Escritórios. Além disso foram entregues 22 trabalhos, nomeadamente sobre saneamento, construção civil, turismo, confecções, sabotagem económica, ensino, legislação do trabalho, assistência médica e hospitalar, transportes e imprensa regional. O representante do Intersindical foi por várias vezes solicitado a prestar alguns esclarecimentos.

As conclusões finais foram aprovadas por aclamação. No preâmbulo refere-se que alguns dos trabalhos ali lidos foram entregues anonimamente e outros encontrados debaixo da porta do Centro de Trabalho do Partido o que mostra o receio e a intranquilidade ainda existente em muitos trabalhadores e em alguns outros sectores da população, motivados pela falta de confiança no uso das liberdades, na falta de garantias sentidas pelos trabalhadores contra as pressões e prepotências do patronato e caciques locais.

As conclusões aprovadas consideram, entre outros pontos, «que o atraso verificado no saneamento é um dos factores que mais tem contribuído para a actual situação em que se encontra este arquipélago» e repudiam a actuação de algumas das autoridades locais chamando a atenção para «a necessidade da substituição imediata do actual governador civil e do presidente da Junta Geral do Distrito por elementos que estejam integrados dentro do espírito democrático do Programa do MFA». Por outro lado consideram ser necessá-

## NO FUNCHAL

# I CONFERÊNCIA UNITÁRIA DOS TRABALHADORES

No Pavilhão Gimnodesportivo de Viseu realizou-se, no sábado, uma sessão de esclarecimento com a participação de Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado do Comité Central do PCP. No início da sessão, Sérgio Vilarigues referiu-se às potencialidades inaproveitadas da região beirã, designadamente jazidas de minérios e outras matérias-primas susceptíveis de serem exploradas em condições rentáveis, afirmando que é preciso conhe-

cer se existem ou não no distrito de Viseu condições para montar indústrias capazes de dar trabalho com bons salários a milhares de beirões.

Depois de salientar que no distrito de Viseu domina a pequena propriedade com explorações agrícolas pouco rendosas, absolutamente insuficientes para darem o pão, o vestuário e a habitação (sem já falar no recreio e na cultura) aos agregados familiares, disse que se não forem os próprios camponeses a tomar nas suas próprias mãos a defesa dos seus próprios interesses, então serão os ricos nem tão-pouco certos e modernos padalinos da liberdade, igualmente ricos e servindo os interesses de ricos, que o farão por eles.

Apelando para a unidade dos pequenos camponeses e lavradores para que muitas pequenas forças divididas possam fazer uma grande força unida, disse que, criando cooperativas, as produções passarão a ser mais rendosas, poderão comercializar os seus próprios produtos, adquirir ajuda técnica e crédito do Estado, em boas condições. «Associados, produzirão melhor e serão mais fortes para vencer as dificuldades, estarão em melhores condições para comprar o que precisam, para desenvolver a produção agrícola e vender os produtos a melhores preços».

Desmascarando as calúnias anticomunistas, afirmou que os pequenos proprietários sabem bem que são os grandes que, anverandando-se em beneméritos, espreitam todas as oportunidades para se apoderarem das pequenas coxilhas. E acrescentou:

«No PCP não cabem nem capitalistas, nem grandes agrários. No PCP não cabem pessoas interessadas em se apoderarem das terras de quem quer que seja, como não cabem pessoas interessadas em se anicharem nos conselhos de administração de grandes empresas. Poderão afirmar o mesmo aqueles elementos de outros partidos, mesmo dos que se reclamam de mais democratas e socialistas? Poderá afirmá-lo, por exemplo, um PPD? Poderão estar certos que não, não o pode fazer porque isso seria falto de verdade».

Depois de apontar o poder dos monopólios e latifundiários como inimigo principal da revolução portuguesa e de salientar a inevitabilidade de agudização da luta de classes à medida que o processo revolucionário vai avançando (o que não só não é um mal, mas é positivo), disse:

«Em Portugal, além das forças reaccionárias fascistas que conspiram para voltarem ao passado e recuperarem o poder político absoluto perdido, existem forças mais ou menos democráticas organizadas em partidos que representam e defendem interesses de classe».

Esta realidade também não pode ser escamoteada.

Algumas dessas forças querem travar o processo revolucionário em curso no nosso país e, por isso, actuam a vários níveis no sentido de as coisas ficarem, digamos, num sistema parlamentar clássico, isto é, batem-se encarniçadamente por uma democracia burguesa de tipo mais ou

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Após anos e anos de repressão, em que viveram isolados na sua miséria, condenados a uma progressiva ruína pela política fascista de protecção dos latifundiários e grandes capitalistas, os camponeses ensaiam os primeiros passos no trabalho colectivo e compreendem, cada vez com mais clareza, que só a conjugação de esforços pode solucionar a sua difícil situação.

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Esta vivência de debate colectivo, experimentada pelos pequenos e médios agricultores, nas conferências de camponeses do Norte e do Sul, vai repetir-se, no próximo domingo, em Beja, na Escola Industrial e Comercial, com a realização do I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo.

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Tal como as outras reuniões de camponeses, a iniciativa é do nosso Partido e aberta a todos que, independentemente da sua definição ideológica, queiram contribuir para a edificação de uma sociedade onde se não coloque a luta pela sobrevivência, onde a igualdade não seja uma palavra soeztrada contra a prática vivida.

Numa conferência de Imprensa, realizada no passado dia 10, no Centro de Trabalho de Alcântara, os camaradas João Honrado, Manuel Jacinto Pereira, Orlando Possidónio, José Moreira Rita, José Ribeiro Júnior informaram sobre os trabalhos do encontro, os quais se iniciarão às 10 horas, com um plenário de abertura, e prosseguirão às 10 e 30, nas secções, estando previsto o plenário de encerramento para as 17 e 30.

A realidade camponesa será abordada em cinco secções: Contribuição e Impostos; Apoio técnico e financeiro; Arrendamento rural; Baldios, Estruturas fundiárias, Reforma Agrária; Política de Preços, Pecuária; Ligas dos Pequenos Agricultores, Grémios da Lavoura, Herdades do Estado, Cooperativas; Previdência Social.

## SÉRGIO VILARIGUES EM VISEU

# «NO PCP NÃO CABEM NEM CAPITALISTAS NEM GRANDES AGRÁRIOS»

menos autoritário, com os monopólios, os grandes capitalistas e os latifundiários a dominarem como antes, mas agora vestindo para o efeito a capa da democracia».

Referindo-se às próximas eleições para a Assembleia Constituinte e à situação concreta do distrito de Viseu, salientou a necessidade de esclarecer, esclarecer sempre, de forma a arranjar a população à pressão a que está sujeita por parte dos caciques locais reaccionários, quando não fascistas, de forma a que vejam bem a verdadeira face dos comunistas e que, na base dos

## CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS PARA O PARTIDO

O anúncio do lançamento duma campanha nacional de fundos para o Partido no último número do «Avante!» encontrou o acolhimento entusiástico dos nossos leitores. Numerosos donativos chegaram já à organização e aos Centros de Trabalho do PCP e várias iniciativas de amigos do Partido e do «Avante!» estão em curso.

No próximo número do nosso jornal iniciaremos a publicação das verbas recebidas e da sua origem. A recolha de fundos para o Partido é vital e urgente. Sem meios suficientes não poderão ser resolvidas tarefas de importância transcendente para uma necessária afirmação política do PCP, em especial no período eleitoral que se aproxima.

Amigos, companheiros, camaradas: O PCP não tem nem deseja a ajuda financeira dos capitalistas. — É do povo, dos trabalhadores, de todos os homens e mulheres progressistas, que esperamos o auxílio material indispensável para a realização dos nossos grandes objectivos políticos.

Contribui! Leva os teus amigos a contribuir para a campanha de fundos do PCP!

AVANTE!

factos, se convenceram que as soluções políticas e económicas apresentadas pelos comunistas visam realmente servir os interesses do povo.

Seguiu-se um debate vivo com a assistência totalizando cerca de 700 pessoas.

Na mesa da sessão estiveram também: Rocha dos Santos e António Bica, da Direcção da Organização Distrital de Viseu, José Ferreira, trabalhador rural de Lamego, Lousã Henrique, da Comissão Concelhia de Coimbra, Lima, operário da SIPITAL, o representante da célula de Fornos Elétricos, de Canas de Senhorim, e Alberto Peliz, da UEC.

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Após anos e anos de repressão, em que viveram isolados na sua miséria, condenados a uma progressiva ruína pela política fascista de protecção dos latifundiários e grandes capitalistas, os camponeses ensaiam os primeiros passos no trabalho colectivo e compreendem, cada vez com mais clareza, que só a conjugação de esforços pode solucionar a sua difícil situação.

Esta vivência de debate colectivo, experimentada pelos pequenos e médios agricultores, nas conferências de camponeses do Norte e do Sul, vai repetir-se, no próximo domingo, em Beja, na Escola Industrial e Comercial, com a realização do I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo.

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Tal como as outras reuniões de camponeses, a iniciativa é do nosso Partido e aberta a todos que, independentemente da sua definição ideológica, queiram contribuir para a edificação de uma sociedade onde se não coloque a luta pela sobrevivência, onde a igualdade não seja uma palavra soeztrada contra a prática vivida.

Numa conferência de Imprensa, realizada no passado dia 10, no Centro de Trabalho de Alcântara, os camaradas João Honrado, Manuel Jacinto Pereira, Orlando Possidónio, José Moreira Rita, José Ribeiro Júnior informaram sobre os trabalhos do encontro, os quais se iniciarão às 10 horas, com um plenário de abertura, e prosseguirão às 10 e 30, nas secções, estando previsto o plenário de encerramento para as 17 e 30.

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Tal como as outras reuniões de camponeses, a iniciativa é do nosso Partido e aberta a todos que, independentemente da sua definição ideológica, queiram contribuir para a edificação de uma sociedade onde se não coloque a luta pela sobrevivência, onde a igualdade não seja uma palavra soeztrada contra a prática vivida.

Numa conferência de Imprensa, realizada no passado dia 10, no Centro de Trabalho de Alcântara, os camaradas João Honrado, Manuel Jacinto Pereira, Orlando Possidónio, José Moreira Rita, José Ribeiro Júnior informaram sobre os trabalhos do encontro, os quais se iniciarão às 10 horas, com um plenário de abertura, e prosseguirão às 10 e 30, nas secções, estando previsto o plenário de encerramento para as 17 e 30.

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Tal como as outras reuniões de camponeses, a iniciativa é do nosso Partido e aberta a todos que, independentemente da sua definição ideológica, queiram contribuir para a edificação de uma sociedade onde se não coloque a luta pela sobrevivência, onde a igualdade não seja uma palavra soeztrada contra a prática vivida.

Numa conferência de Imprensa, realizada no passado dia 10, no Centro de Trabalho de Alcântara, os camaradas João Honrado, Manuel Jacinto Pereira, Orlando Possidónio, José Moreira Rita, José Ribeiro Júnior informaram sobre os trabalhos do encontro, os quais se iniciarão às 10 horas, com um plenário de abertura, e prosseguirão às 10 e 30, nas secções, estando previsto o plenário de encerramento para as 17 e 30.

## DOMINGO, EM BEJA

# PRIMEIRO ENCONTRO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

Tal como as outras reuniões de camponeses, a iniciativa é do nosso Partido e aberta a todos que, independentemente da sua definição ideológica, queiram contribuir para a edificação de uma sociedade onde se não coloque a luta pela sobrevivência, onde a igualdade não seja uma palavra soeztrada contra a prática vivida.

Numa conferência de Imprensa, realizada no passado dia 10, no Centro de Trabalho de Alcântara, os camaradas João Honrado, Manuel Jacinto Pereira, Orlando Possidónio, José Moreira Rita, José Ribeiro Júnior informaram sobre os trabalhos do encontro, os quais se iniciarão às 10 horas, com um plenário de abertura, e prosseguirão às 10 e 30, nas secções, estando previsto o plenário de encerramento para as 17 e 30.

**Novos livros Estampa**

**ARRENDAMENTO RURAL**  
Bleas Hugo Fernandes  
Coleção Cadernos do Povo  
Preço 5000

**O PARTIDO MARXISTA LENINISTA UM PARTIDO DE TIPO NOVO**  
R. Kefauver  
Coleção Cadernos Políticos, n.º 7  
Preço 3000

**PRINCIPIOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO**  
A. Spirkin e O. Yaklov  
Coleção Cadernos Políticos, n.º 6  
Preço 3000

**SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE**  
V. I. Lenin  
Coleção Bibliotecas do Socialismo Científico, n.º 3  
Preço 3000

**TESES DE ABRIL**  
V. I. Lenin  
Coleção Bibliotecas do Socialismo Científico, n.º 2  
Preço 3000

**EDITORIAL ESTAMPA**  
Rua de Escola do Comércio, 9, r/c, do.  
Telefone 556663 Lisboa 1

**ÁLVARO CUNHAL DISCURSOS**

**Maio-Agosto de 1974**

Preço 20\$00

Pedidos a EDITORIAL AVANTE

Av. Santos Dumont, 57-2.º — LISBOA

**LÊ • ASSINA • DIVULGA**

**UMA VOZ DEMOCRÁTICA**

**OPINIÃO**

REDAÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418

**MEDALHA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

à venda nos Centros de Trabalho

**ÁLVARO CUNHAL DISCURSOS**

**Maio-Agosto de 1974**

Preço 20\$00

Pedidos a EDITORIAL AVANTE

Av. Santos Dumont, 57-2.º — LISBOA

# A CONFERÊNCIA EM ÉVORA DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO SUL

CONT. DA PÁG. 1

da cidade ultrapassava largamente o habitual. Mas a grande afluência de trabalhadores agrícolas começou a fazer-se na manhã de domingo, ainda o sol não raíava. Vindas dos mais diversos pontos do Baixo Alentejo, ou mesmo do Algarve, as camionetas de passageiros que foi possível encontrar disponíveis confluíram ao Rossio de S. Brás.

Famílias inteiras juntavam os faméis, ou aguardavam que os cestos fossem retirados dos tejadilhos das camionetas. Outras desfaldavam bandeiras vermelhas com os símbolos do nosso partido ou então desenrolavam grandes cartazes de pano branco onde se podia ler o nome das localidades presentes, frases de apoio ao Partido Comunista Português ou exigindo a reforma agrária. Depois, em ranchos numerosos, dirigiram-se para o local da conferência, que não distava muito.

De Beja chegou um comboio especial que não foi suficiente para transportar todos os que estavam interessados em participar naquela iniciativa. Para assegurar a vinda de todos seriam necessários dois comboios o que não foi possível concretizar. Também as camionetas faltaram. Muitos conseguiram ultrapassar este problema deslocando-se em camionetas de carga ou nos atrelados dos tractores, mas milhares de trabalhadores agrícolas viram-se impedidos de participarem num encontro que lhes dizia directamente respeito e para o qual tinham feito numerosos planos.

No extenso terreno da Junta Nacional dos Produtos Pecuários juntaram-se, mesmo assim, mais de trinta mil pessoas. Outras tantas poderiam ter participado caso não se verificassem tantas dificuldades em obter transportes colectivos.

## A terra para quem trabalha

A mesa que presidiu à sessão de abertura da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul era constituída pelo camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC, Américo Leal, António Gervásio e Francisco Miguel, membros do CC, Helena Medina, Joaquim Mondo, Joaquim Diogo Velez e António Murteira, membros da Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve, António Abalade, membro da Direcção da Organização Regional do Oeste Ribatejo, Manuel Pinto e António Romeira, da comissão concelhia de Portalegre, João Honrado, Alvaro Brasileiro e Alves Costa, respectivamente das comissões concelhias de Beja, Santarém e Faro, os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Faro e Setúbal, respectivamente José Soares, Manuel Isidro, António Germano, António Salomó, Gregório Belo e António Rico e ainda os representantes das Ligas de Pequenos Agricultores de Beja, Évora, Portalegre e Santarém, Tibério Ventura, António Ganho, José Luís e Florêncio Alcobia. Em representação do Ministério do Trabalho e do Instituto de Reforma Agrária estiveram presentes os engenheiros Blasco Hugo Fernandes e Alves da Silva.

O terreno onde decorreu a sessão inaugural da I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul era um mar de gente. E sempre que um novo grupo de trabalhadores chegava a palavra de ordem «a terra para quem trabalha», era entusiasticamente repetida, acompanhada de vivas ao nosso partido. Um aglomerado de bandeiras vermelhas e cartazes pairava sobre a multidão. Nestes últimos viam-se as frases mais diferentes, mas em todas era comum a determinação dos trabalhadores em terminarem definitivamente com a explo-

ração e a sabotagem e serem eles a participarem num processo que até agora unicamente se tem aproveitado do seu esforço, sem beneficiarem das mais elementares regalias.

O camarada António Gervásio, dando início aos trabalhos, transmitiu a todos os presentes uma breve saudação, após o que o camarada Dinis Miranda, do Comité Central referiu alguns aspectos do que foi a unidade, a organização e a luta dos trabalhadores rurais contra a ditadura fascista, durante a qual o Partido Comunista Português sempre esteve ao lado dos trabalhadores. Depois de recordar que as mulheres não terão nada de que se envergonharem do papel que desempenharam, quer como companheiras, quer como combativas lutadoras, acrescentou:

*Nestes últimos dez anos assistimos, no nosso país, a uma vertiginosa concentração de terra nas mãos de cada vez menos agrários. Por exemplo: de 1950 a 1970 o número de patrões na agricultura, silvicultura e pesca, passou de 142.000 para apenas 18.500. Desapareceram, portanto, 123.600 pequenos agricultores.*

*Assim, temos, só nos distritos de Beja, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal, 95 explorações agrícolas (em 113 que existem no nosso país) com mais de 2500 hectares cada uma e 2169 com mais de 200 hectares cada. Mas é aqui no distrito de Évora que existe maior concentração, pois dessas 95 explorações, 39 estão situadas neste distrito com cerca de 4100 hectares cada. Logo a seguir temos Beja com 25 e uma média de quase 4200 hectares de cada.*

*O distrito de Portalegre, com 12 e uma média de 3955 hectares cada. Setúbal com 10 e uma média de 6030 hectares; e Santarém com 8 e uma média de 4375 hectares cada.*

*Em resumo: das 113 explorações de superfície com mais de 2500 hectares, 76 localizam-se nos distritos alentejanos.*

*Das 375 explorações de superfície, compreendidas en-*

tre 1000 a 2500 hectares, 274 situam-se nos três distritos de Beja, Évora e Portalegre.

*Das 652 explorações com áreas compreendidas entre 500 a 1000 hectares 451 localizam-se nos distritos alentejanos.*

*Das 1497 explorações de superfície compreendidas entre 200 a 500 hectares, 857 situam-se nos distritos do Alentejo.*

*Para se ficar com uma ideia mais clara da concentração da propriedade nos distritos alentejanos, basta dizer-se que nestes 3 distritos se localizam 1629.460 ha dos 4.986.413 que constituem toda a superfície ocupada por todas as explorações agrícolas existentes no Continente.*

A terminar e depois de frisar numerosos casos de sabotagem e exploração, o camarada acrescentou que unidos e organizados os trabalhadores agrícolas do Sul saberão encontrar formas de acção para impedirem as manobras de sabotagem dos grandes agrários, resolver o problema do desemprego e arrancar da terra tudo o que ela poderá dar se for convenientemente cultivada.

A seguir, falou o camarada Alvaro Cunhal, cujo discurso transcrevemos noutro local.



*Um dia de sol anterior ao da realização da conferência tinha chovido bastante. No entanto, domingo foi um dia de sol, em todos os aspectos. Durante aquele dia as nuvens afastaram-se para bem longe e os*

*meus colegas, que se encontram numa situação bastante aflitiva e "ue é quase comparada à de um doente que está à espera de um médico e o médico quando chega, para lhe dar a injeção, já o doente morreu. Nós estamos nu-*

*me multidão o rodeava: um queria contar um pequeno acontecimento, outro apenas pretendia abraçá-lo, mais além era o recordar de um conhecimento antigo, feito no tempo do fascismo.*

*A importância da conferência foi, essencialmente, sublinhada pela presença maciça dos trabalhadores agrícolas que durante todo o dia manifestaram a opinião de que a terra deve ser entregue a quem trabalha,*

*que elas iam de encontro ao desejo da maioria esmagadora dos trabalhadores presentes. A encerrar o encontro e antes de ter sido cantado o «Avante, Camaradas» e o hino nacional, o camarada Alvaro Cunhal falou*

*grossos chapéus de chuva, que no Alentejo são habituais, não chegaram a abrir-se; por outro lado, os trabalhadores agrícolas viram brilhar mais perto a concretização dos seus anseios.*

*Iniciados os trabalhos das quatro secções de imediato a esmagadora maioria da multidão se lançou para o pavilhão onde estava em discussão a reforma agrária que entretanto a terra a quem a trabalha. E as mais variadas intervenções não se fizeram tardar. João Luís, de Campo Maior, informou que o Sindicato tinha distribuído os trabalhadores desempregados pelos grandes agrários. Simplesmente, estes pagavam os ordenados mas não queriam que eles trabalhassem nas suas propriedades e enviavam-nos para os serviços da Câmara Municipal. Por outro lado estavam a vender todo o vado para os talhos. E logo outro trabalhador agrícola se levantou para dizer que em Montemor-o-Novo a ropriedade de D. Gregório, onde a água não falta, há dois anos que não é cultivada. Casos de terrenos que há mais de 15 anos que não são tratados foram várias vezes nomeados, assim como as manobras que ultimamente se têm verificado por parte dos grandes agrários que, para dizerem que a terra está cultivada, passam um tractor com uma grade de molde a que a terra fique remexida e aparentemente ter-sido lavrada. Noutros casos semeiam sem ter adubado o terreno o que, evidentemente, se traduz numa produção mínima e nada rentável. Sucede, ainda, que para além de utilizarem terrenos de semeadura para cultivarem pasto para o gado, muitas vezes no seu intuito de sabotarem semeiam outros produtos que de antemão se sabe não resultarem. Um trabalhador agrícola de Aviz referiu o caso de um agrário que semeou um granal e pôs lá uma manada de equas dando indicações ao mourol para que se alguém perguntasse a razão dos animais ali estarem este respondesse que tinham fugido para lá. Acrescenta este*

## Sou natural de Castro Verde

*Sou natural de Castro Verde. Um pequenino agricultor que trabalha apenas com três hectares de terra para arranjar pão para duas casas de família. Quer dizer, os agrários em 48 anos de fascismo, não tiveram dó de explorar uma classe que era digna de viver, que eram os pequenos agricultores, nesses 48 anos e ainda continuam, mesmo depois do 25 de Abril, sem nos darem uma migalha de terra capaz de semear. Só nos dão aquela que tem pedras, onde eles sabem perfeitamente que ela não é capaz de dar trigo ou qualquer outro cereal. Por isso, já o meu pai trabalhou cinquenta anos no campo como agricultor. Quando morreu a miséria era idêntica aquela quando começou na agricultura. Por isso, eu e os*

*proprietário rural que não tem dinheiro para pagar aos trabalhadores agrícolas, contudo, ainda não fez a colheita da azeitona e apesar das oliveiras não serem limpas há vários anos, o agrário continua a afirmar que não tem trabalho para dar ao pessoal da região. E acrescentava o trabalhador agrícola, ao terminar a sua intervenção: Acho que os trabalhadores e os pequenos agricultores estão a demorar muito tempo para tomarem conta dessas terras. Senão ainda não é para o ano que temos uma boa colheita e nós estamos a precisar de uma boa colheita.*

*Largo seria o espaço para transmitir todos os acontecimentos que se passaram no Alentejo e que os trabalhadores, homens e mulheres, relataram. Mas o encontro dos trabalhadores agrícolas foi também uma jornada de confraternização e de festa. Muitos encontraram-se ali após longos anos de ausência. Recordaram-se factos passados, fizeram-se novas amizades. A honra do almoço, ranchos numerosos desenbrulharam os factos e destacaram os garra fôças. Quem passasse petiscava. E sucediam-se as ofertas: O aníço, prove daquele coelho. Já bebeu desta pinga? E lá da minha terra. E não faltavam as azeitonas bem temperadas, a linguíça, a car-*

*de torço e o pão caseiro. Improvisavam-se ranchos que cantavam o «Avante, Camaradas», ou então as tradicionais canções alentejanas desfaldadas pelas ruas com as bandeiras do nosso partido.*

*O camarada Alvaro Cunhal*



*mas condições quase idênticas, se não tivémos um remédio adequado e urgente não conseguimos sobreviver. Portanto, o nosso remédio é uma reforma agrária, mas uma reforma agrária verdadeira e autêntica: que a terra seja entregue a quem a trabalha.*

*Todos queriam intervir, todos queriam dizer o seu caso pessoal e que na maior parte dos casos era a renúncia da exploração do homem pelo homem e das manobras de sabotagem que os grandes agrários estão a levar a cabo no Alentejo ainda que denunciados pelos trabalhadores.*

## Um dia de confraternização

*Mas a participação não era menor nas outras secções de trabalho. E apresentavam-se casos de alguns delegados sin-*

*damente sentido pelas mais amplas massas trabalhadoras. Para quem não tem tempo, e a parte as terras incultas ou mal aproveitadas sejam entregues aos trabalhadores rurais desempregados. Trata-se de uma necessidade imperiosa na luta contra o desemprego e pelo aumento da produção agrícola.*

*A liquidação dos latifúndios responde ao mesmo tempo à urgência de emprego para os trabalhadores e à urgência de aumentar a produção nacional. Os interesses dos trabalhadores são absolutamente coincidentes com os interesses nacionais.*

*Ao examinar o problema da Reforma Agrária, a Conferência não o faz como se tratasse de um objectivo distante. Não, camaradas. A Reforma Agrária está na ordem do dia. Com este nome ou sem ele, a Reforma Agrária começa a dar os primeiros passos graças à luta organizada, decidida, esclarecida e heroica dos trabalhadores rurais do Sul, com especial referência aos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo.*

*É importante que a Conferência se debruce sobre todos estes problemas, de um balanço às ricas experiências dos trabalhadores e procure indicar as melhores soluções.*

*Esta conferência realiza-se no seguimento de grandes iniciativas e de grandes lutas dos trabalhadores agrícolas do Sul. Os problemas que vão discutir-se são vividos e sentidos dia a dia e hora a hora pelos trabalhadores. Os trabalhadores, melhor do que ninguém, estão em condições de indicar acertadamente quais as medidas a tomar para resolver os seus problemas.*

*Camaradas: Esta conferência realiza-se por iniciativa do Partido Comunista Português.*

*Muitos camaradas gritaram agora «PCP» e muitos outros gritaram «UNIDADE». É natural, está bem uma coisa e outra. Aqui no Sul não se pode falar das iniciativas e das lutas dos trabalhadores agrícolas sem falar do Partido Comunista Português. E não se pode falar do PCP sem falar das lutas dos trabalhadores agrícolas. Partido Comunista Português e classe operária são inseparáveis. Da mesma forma, falar do PCP é falar da unidade, porque o PCP é o mais consequente lutador pela unidade da classe trabalhadora.*

*Entretanto, deve sublinhar-se que esta Conferência não é uma conferência de comunistas, mas uma conferência aberta a todos os trabalhadores rurais do Sul que nela tenham querido participar. Os trabalhos devem desenvolver-se de forma completamente democrática. Todos os trabalhadores, sejam ou não comunistas, podem expor os seus pontos de vista livremente. Todos podem dar a sua contribuição. E poderão dá-la livremente.*

*Camaradas: Os trabalhadores rurais do Sul conhecem bem o PCP. O Partido dos trabalhadores.*

*Conhecem bem os comunistas, desde os tempos difíceis da ditadura fascista. Sabem que os comunistas não são certos senhores que só descobriam que o Alentejo existe, só descobriam que existem trabalhadores rurais no Alentejo, só descobriam que há desemprego e fome agora que estão eleições à porta e vêm à caça de votos.*

*Os trabalhadores do Sul sabem que o PCP teve sempre como razão fundamental da sua actividade, ajudar e apoiar os trabalhadores, pôr a sua experiência, os seus quadros, os seus meios de acção, ao serviço dos trabalhadores.*

*Foi com esse espírito que o PCP tomou a iniciativa de convocar esta conferência. Vamos pois ao trabalho, camaradas, e que logo à tarde, ao terminarmos a conferência, as suas conclusões sirvam para iluminar ainda com mais luz o caminho da luta dos trabalhadores rurais do Sul pelo direito ao trabalho, pela melhoria das condições de vida das massas populares, pelo desenvolvimento da produção agrícola, por um Portugal democrático, pacífico e independente caminhando para o socialismo.*

*Na sessão de encerramento da Conferência, o camarada Alvaro Cunhal afirmou:*

*Camaradas: As conclusões da I.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, que acabam de ser aprovadas, têm um alto significado. Elas mostram que os trabalhadores agrícolas tomaram o seu destino nas próprias mãos, que estão firmemente decididos a defender os seus interesses vitais, e pôr fim ao desemprego, à fome e à miséria, a transformar a actual agricultura, que os grandes agrários condenaram ao atraso e ao abandono, numa agricultura desenvolvida, que assegure aos trabalhadores agrícolas a vida a que têm direito e assegure ao País os góneros de que o País necessita.*

*As conclusões da Conferência mostram também que os trabalhadores agrícolas, melhor que ninguém, estão em condições de indicar ao País as*

*com o apoio do Estado e a participação de cooperativas. Era já noite cerrada quando as conclusões foram lidas e os aplausos que se sucederam demonstraram bem*

*novamente a todos os presentes, frisando os resultados das conclusões aprovadas, discursões, que publicamos noutro local, assim como as conclusões.*



*grandes linhas das transformações democráticas necessárias nos campos do Sul e particularmente as grandes linhas da Reforma Agrária que (como todos os debates nesta Conferência evidenciaram) se tornou uma aspiração profunda e um objectivo central das massas trabalhadoras.*

## Os interesses dos trabalhadores identificam-se com os interesses da nação portuguesa

*Camaradas:*

*Os acontecimentos desde o 25 de Abril têm mostrado que os monopolistas e os latifundiários são o grande apelo e a grande força da reacção e do fascismo, são os inimigos jurados dos trabalhadores, são os inimigos jurados da nova situação democrática instaurada pelo heroico Movimento das Forças Armadas e defendida e construída também pelas forças democráticas e pela luta e pela actividade criadora das massas populares.*

*Os grandes senhores do dinheiro na indústria, os grandes senhores da terra na agricultura procuram por todos os meios criar dificuldades à nossa jovem democracia, paralisar a produção, provocar o caos económico, fomentar o descontentamento das massas populares contra o Governo Provisório e contra o MFA.*

*Inversamente, tanto na indústria como na agricultura, são os trabalhadores que, defendendo os seus interesses de classe, defendem o aumento da produção e a solução dos grandes problemas económicos nacionais. Os interesses dos trabalhadores identificam-se com os interesses da nação portuguesa.*

*Na indústria, enquanto o patronato reacçãoário desvia os fundos, anula encomendas, diminui e sabota a produção, conduz as empresas à beira da falência e do encerramento, multiplica os despedimentos e ameaça a totalidade dos trabalhadores com o desemprego — são os operários e empregados que, contra a vontade do patronato, asseguram o funcionamento das empresas, procuram manter postos de trabalho e se esforçam por fazer sair as empresas das dificuldades, assegurando o cumprimento da sua função na economia nacional.*

*Contribuição preciosa para a solução dos problemas*

*Na agricultura, como esta Conferência comprovou, enquanto os grandes agrários mantêm incultas centenas de milhares de hectares, cessam o cultivo das terras ou mal as aproveitam, abatem o gado ou deixam-no morrer à fome, destroem culturas, lançam os trabalhadores para o desemprego — são os trabalhadores agrícolas que, contra a vontade dos grandes agrários, começam a cultivar terras abandonadas, a tratar das árvores e dos gados lançados ao desprezo, a dar vida a uma agricultura arruinada para que ela possa finalmente dar trabalho, pão, uma vida desafogada e livre ao povo trabalhador.*

*Os factos demonstram que, na situação criada pela revolução democrática em curso, o aumento da produção, a estabilidade económica e financeira do País, só podem ser alcançadas em luta contra os monopólios e contra os grandes agrários e com a intervenção decidida, o trabalho esforçado e a iniciativa criadora das massas trabalhadoras das cidades e dos campos.*

*No que respeita ao desemprego, à luta contra a sabotagem económica, à assistência e previdência, aos interesses das populações, à organização sindical e à Reforma Agrária, as conclusões da Conferência dão numerosas sugestões e fazem numerosas propostas que constituem contribuição preciosa para a solução dos problemas que afectam os trabalhadores agrícolas do Sul.*

*Podem estar certos de que o PCP terá em conta essas conclusões da Conferência no seu próprio exame dos problemas e em toda a sua actividade no Governo e fora do Governo.*

## Solução indispensável e única

*Camaradas: Em todos os debates desta Conferência um facto foi solenizado: que há terras imensas para cultivar por um lado e que há milhares de braços sem trabalho por outro.*

*Os trabalhadores agrícolas do Sul, assalariados e pequenos agricultores, não mais podem admitir que haja lado a lado terras por cultivar e trabalhadores sem trabalho.*

*Do Alentejo das terras incultas, das charrucas, dos pousios, do gado raro e miserável, dos baixos rendimentos das culturas, do Alentejo do desemprego, da fome e da miséria, os trabalhadores, com o apoio do Estado democrático farão um Alentejo com uma agricultura que dará em abundância os produtos de que os trabalhadores e o País necessitam.*

*A Reforma Agrária surge natural como a própria vida, aparece como resultado da necessidade objectiva de resolver o problema do emprego e da produção, como solução indispensável e única.*

*Os latifúndios têm sido e são a miséria, o atraso e a morte. A entrega da terra a quem a trabalha significa a própria vida, vida para os trabalhadores desempregados e seus filhos, vida para a agricultura abandonada, sabotada pelos grandes agrários e pelos grandes capitalistas.*

*Vivemos um momento histórico nos campos do Sul. Pelas mãos dos trabalhadores, a Reforma Agrária deu os primeiros passos. Se sobermos reforçarmos a organização e a unidade dos trabalhadores, se sobermos reforçarmos a aliança Povo-Forças Armadas, o desenvolvimento da Reforma Agrária é irreversível. A luta não parará mais até que a terra de todos os latifúndios seja entregue a quem a trabalha.*

*Na sua luta abnegada e heroica, os trabalhadores agrícolas do Sul, como todos os trabalhadores portugueses, poderão contar sempre, nas horas boas e nas horas más, com o Partido Comunista Português.*

*Unidos e organizados, avante para novas vitórias! Vivam os heróicos trabalhadores agrícolas do Sul! Viva a unidade dos trabalhadores na luta por uma vida melhor! Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas! Viva o Partido Comunista Português!*





### CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA

# REFORMA AGRÁRIA QUE ENTREGUE A TERRA A QUEM A TRABALHA

**Sessão I — DESEMPREGO E LUTA CONTRA O DESEMPREGO; SABOTAGEM ECONÓMICA.**

1. A situação nos distritos do Sul, particularmente no Alentejo e Ribatejo, no que diz respeito ao desemprego, é extraordinariamente grave. Várias dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas, particularmente mulheres, estão sem trabalho. Esta situação, em vez de se atenuar, tende a agravar-se ainda mais nas próximas semanas.

2. A responsabilidade desta situação cabe inteiramente aos grandes lavradores.

Inconscientes com o 25 de Abril, os grandes agrários estão profundamente envolvidos na preparação de um golpe que faça voltar o país a um regime de tipo fascista.

Com esses objectivos, lançaram-se abertamente no caminho da sabota-

terra ou dada ao gado, o desprezo de tomates, a morte de gado pela fome;

— Diminuição intencional da produção, como seja: cortiça não tirada, venda de fêmeas, etc.;

— A não realização de trabalhos agrícolas indispensáveis à produção, tais como: limpeza de árvores, outras limpezas, tiragem de pedras, etc.;

— Diminuição da área das colheitas, esvaziamento de albufeiras, falsas colheitas (forragens em terras preparadas para trigo, adubações insuficientes, etc.);

4. Além dos trabalhadores, também os pequenos rendeiros são vítimas da política de sabotagem económica dos grandes agrários.

Isto traduz-se em situações tais como:

— Despedimento de rendeiros e seareiros em absoluto desprezo com leis recentemente aprovadas pelo Governo;

isso deixam grandes extensões de terra por cultivar.

É justo que não possa haver acumulação de empregos. Mas também é justo que se impeça pessoas de serem ao mesmo tempo empregadas superiores e grandes proprietários.

— A TERRA DEVE SER ENTREGUE A QUEM A TRABALHA.

— QUE ACABEM OS ABSENTISTAS. Alguns patrões dão trabalho a quem não está sindicalizado e recusam-no aos trabalhadores sindicalizados.

— A LEI DEVE IMPEDIR ESTE BOICOTE ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS.

Há casos em que delegados sindicais se têm deixado comprar pelos patrões e deixam assim de defender os interesses dos trabalhadores. Há casos concretos em que os trabalhadores desanimam e descreem dos sindicatos, deixando de pagar quotas e acabando por se dividir.

— A SAÍDA DO SINDICATO SÓ SERVE AOS AGRÁRIOS.

— QUANDO OS DELEGADOS SINDICAIS TRAZEM OS SEUS CAMARADAS DE TRABALHO, DEVEM SER EXPULSOS E SUBSTITUÍDOS POR HOMENS E MULHERES SÉRIOS E HONESTOS.

— SÓ UNIDOS OS TRABALHADORES VENCERÃO.

Os sindicatos têm distribuído trabalhadores pelas terras incultas e onde há trabalhos atrasados. Em muitos casos os proprietários recusam-se a pagar, dizendo que não têm dinheiro. Mas alguns agrários têm por vender pagas de cortiça correspondentes a três anos. E há muita cortiça que já devia ter sido tirada há dois anos. Há agrários que têm grandes quantidades de trigo ensacado e a estrogar-se. Há ainda herdades com oliveiras por limpar há 20 anos.

— DEVEM SER TOMADAS MEDIDAS QUE OBRIGUEM OS PATRÕES A VENDER OS PRODUTOS E A FAZER OS TRABALHOS NECESSÁRIOS, EM BENEFÍCIO DA ECONOMIA NACIONAL.

Em muitos casos, os trabalhadores, unidos à volta do seu sindicato, têm conseguido obrigar os patrões a pagar aos trabalhadores distribuídos pelo sindicato para cada patrão e herdade.

— OS TRABALHADORES DEVEM UNIR-SE CADA VEZ MAIS E ORGANIZAR-SE NOS SINDICATOS.

— Os sindicatos devem defender todos os trabalhadores e não serem sindicatos deste ou daquele partido, porque isso leva a divisão dos trabalhadores, o que só serve os patrões e é uma forma de melhor explorar os trabalhadores.

— Os trabalhadores não devem deixar-se dividir e devem defender para sempre a unidade sindical.

— Dos sindicatos de operários agrícolas só devem fazer parte os assalariados rurais, tractoristas e pequenos camponeses que trabalham pelo menos 6 meses por ano para um patrão.

— Há latifundiários e até Câmaras Municipais que obrigam os trabalhadores a fazer o trabalho de empreitada.

— As empreitadas devem ser recusadas.

— Os trabalhadores devem trabalhar apenas à jorna e recusar os trabalhos de empreitada.

— Por vezes recusa-se dar trabalho quando se sabe que os trabalhadores são membros do Partido Comunista Português.

Os trabalhadores fazem parte de uma classe única, são uma grande família. Não devem deixar-se dividir, pois tão explorados são uns trabalhadores como outros.

Os trabalhadores rurais reclamam um só sindicato.

— Em algumas zonas não são mais difícil resolver o problema de desemprego. Em vários casos isso deve-se ao pouco dinamismo dos delegados sindicais.

Em tais casos, estes delegados devem ser substituídos por outros mais batalhadores.

Há agrários que, quando forçados pelo sindicato, se dispõem a receber mulheres e recusam os homens. Fazem isso porque pagam salários mais baixos às mulheres.

Os trabalhadores devem lutar para

que o trabalho igual seja pago salário igual.

Como os agrários acham sempre que são muitos os trabalhadores que o sindicato lhes distribui, dizendo que têm pouca terra, DEVE-SE DISTRIBUIR OS TRABALHADORES PELOS AGRÁRIOS CONFORME OS HECTARES DE TERRA QUE TENHAM E COMO TAL DEVEM SER OBRIGADOS A ACEITAR OS TRABALHADORES.

Há trabalhadores que temem os sindicatos, porque lhes dizem que os sindicatos são para fazer política. A política dos sindicatos é defender os interesses de todos os trabalhadores.

Dividindo os trabalhadores, os patrões conseguem pagar salários mais baixos. Unidos nos sindicatos os trabalhadores conseguem melhores salários.

— OS SINDICATOS SOZINHOS NADA CONSEGUEM, MAS OS TRABALHADORES ISOLADOS AINDA MENOS. AS VITÓRIAS SÃO ALCANÇADAS PELOS SINDICATOS JUNTAMENTE COM OS TRABALHADORES UNIDOS.

— Sem os sindicatos ainda hoje não se tinham conquistado convenções de trabalho.

— TODOS OS TRABALHADORES DEVEM ESTAR ORGANIZADOS NOS SINDICATOS. DIVIDIDOS SÃO FACILMENTE VENCIDOS. UNIDOS OS TRABALHADORES SÃO UMA FORÇA.

— Os contratos colectivos de trabalho devem garantir que os trabalhadores que até 25 de Abril de 1974 estavam efectivos para um patrão ou para uma herdade continuam como efectivos não podendo ser passados para eventuais como alguns patrões têm feito e como outros patrões pretendem.

— Que todos os sindicatos se unam através da Intersindical mas que os trabalhadores agrícolas tenham os seus sindicatos específicos.

— Que as Comissões Sindicais não consentam que o patronato provoque o desemprego. Que se siga o exemplo da Comissão Sindical do Val de Vargos que não consente o desemprego na sua terra.

— Se os agrários deixam morrer o gado à fome, que os trabalhadores não consentam. Se os donos não se importam de deixar morrer o gado, devem os trabalhadores tomar nas suas mãos a resolução do problema.

— O gado e as máquinas deverão vir a ser entregues a quem trabalhe a terra, quando a terra for entregue a quem a trabalha.

— Que seja estipulado o horário máximo de 45 horas para o campo nos casos em que o horário já era esse ou superior. Mas que se respeite e se mantenham os horários inferiores onde isso já se verificou.

— Os trabalhadores querem a Reforma Agrária. E para a conquistar, para a defender e para a consolidar estão dispostos, nestas circunstâncias, a trabalhar 14 ou 16 horas. Mas que as terras incultas ou mal aproveitadas sejam desde já entregues aos trabalhadores.

— O problema do horário de trabalho não pode ser aproveitado pelos agrários para dividir os trabalhadores. Por isso, na elaboração de futuras convenções de trabalho, este ponto deve ser devidamente estudado. E que sejam salvaguardadas as situações de direitos adquiridos, onde os horários sejam inferiores a 45 horas.

— Que em relação ao Norte, caberá aos pequenos e médios agricultores e assalariados agrícolas encontrar as soluções mais justas para a sua região.

3.º — Que enquanto a Reforma Agrária não for posta em prática devam ser adoptadas medidas imediatas:

a) Expropriação das terras e dos bens dos grandes agrários que pratiquem actos de sabotagem económica e social;

b) Expropriação das grandes propriedades que foram valorizadas à custa de dinheiro do povo (exemplos: obras de rega do Alentejo);

c) Arrendamento compulsivo dos incultos das propriedades subprocuradas. Este arrendamento não deverá ser feito de forma que as boas terras fiquem na posse dos agrários e as más terras passem para as mãos do Estado ou dos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres;

d) Rápida publicação sobre arrendamento rural e baldios;

e) Publicação de leis revolucionárias que permitam a punição de saboteadores.

4.º — As terras obtidas através das medidas atrás indicadas, assim como as herdades da antiga Junta de Colonização Interna, devem ser entregues a Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas ou a Ligas de Pequenos Agricultores, que explorarão em regime de cooperativas de produção, ou então deverão ser exploradas directamente pelo Estado (herdades colectivas do Estado, de forma que seja dado emprego a quem não tem

trabalho e aumentada a produção agrícola, pecuária e florestal do País).

5.º — Que deverão ser criadas ou desenvolvidas empresas públicas ou mistas, ou cooperativas de comercialização e industrialização de produtos necessários à agricultura e dos produtos da agricultura, de modo a libertar os circuitos comerciais da especulação e do parasitismo, e para permitir também uma melhor compensação para quem trabalha e produz sem encarecer os preços pagos pelos consumidores.

6.º — Finalmente afirmam que a execução das medidas anteriores exigem:

a) Reforço dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, como organismos de defesa daqueles que trabalham no campo, e como instrumento de intervenção organizada e eficiente contra a sabotagem económica e social;

b) Saneamento dos serviços da



gem económica e do desemprego em massa dos trabalhadores, diminuem a produção, atiram para a miséria e a fome milhares e milhares de trabalhadores e assalariados a pequenos rendeiros, procuram desunir as massas populares e, se possível, lançá-las contra o Governo Provisório e o MFA.

3. A sabotagem económica que os grandes agrários têm vindo a desenvolver depois do 25 de Abril reveste-se de carácter generalizado, o que pressupõe a existência de um autêntico plano unificado dos grandes latifundiários.

Esta sabotagem assume as formas mais diversas, das quais se destacam:

— A manutenção de dezenas e dezenas de milhares de hectares de terras incultas ou mal exploradas, acenando-se a política de não investimento na agricultura e de fuga de capitais;

— Actos de deliberada perda de produção, como sejam: searas não ceifadas ou incendiadas, azeitona en-

— Negociação do arrendamento de quaisquer parcelas de terra.

Deste procedimento dos grandes agrários resulta a diminuição da produção, o aumento do desemprego e o lançamento na miséria dos pequenos rendeiros e seareiros.

5. A luta dos trabalhadores agrícolas contra o desemprego e a sabotagem económica têm registado importantes vitórias.

No domínio das formas de luta, a realização de reuniões de trabalhadores, concentrações e manifestações continuam sendo importantes meios a que os trabalhadores lançam mão para fazer face ao desemprego.

Também como forma de luta contra o desemprego e a sabotagem, e ao mesmo tempo como meio de desenvolver a produção agrícola nacional, têm particular importância as iniciativas dos trabalhadores no sentido de fazerem cumprir os contratos colectivos de trabalho, de impedirem actos de sabotagem, e de procederem à realização dos trabalhos agrícolas indispensáveis a um melhor aproveitamento das terras incultas ou mal exploradas.

Tem particular importância a manutenção e o reforço da aliança Povo-MFA para o apoio do Governo ao avanço da luta dos trabalhadores contra o desemprego e a sabotagem económica.

6. Reconhece-se a necessidade de ser reforçada a organização sindical dos trabalhadores agrícolas, para uma luta mais eficaz contra o desemprego e a sabotagem.

Quanto ao funcionamento de comissões paritárias ou de técnicos, os trabalhadores devem estar particularmente vigilantes em relação a alguns técnicos que fazem o jogo dos grandes agrários e exigir o seu imediato saneamento.

— Aumento dos dias de consulta e do período de consulta diário nas Casas do Povo;

— Aumento substancial do número de médicos nos meios rurais, começando por uma melhor distribuição dos médicos já existentes; utilização de médicos militares em comissões de serviço para cobertura médico-sanitária dos meios rurais;

— Aumento substancial do pessoal de enfermagem geral e em particular de enfermeiras-paralelas;

— Melhoria da assistência médica; e

— Existência de uma reforma condigna para os trabalhadores rurais; a idade da reforma deve ter em conta as duras condições de trabalho do campo e pensamos que num futuro próximo quanto possível a devem ter aos 60 anos;

— Existência de um seguro contra acidentes de trabalho coberto pela segurança social de valor igual à jorna estabelecida nos Contratos Colectivos de Trabalho;

— Criação de um subsídio de desemprego coberto pela segurança social logo que possível deve atingir os 70 por cento da jorna estabelecida no Contrato Colectivo de Trabalho;

— Criação de lares para pessoas idosas e deficientes próximos dos

latifundiários e até Câmaras Municipais que obrigam os trabalhadores a fazer o trabalho de empreitada.

— As empreitadas devem ser recusadas.

— Os trabalhadores devem trabalhar apenas à jorna e recusar os trabalhos de empreitada.

— Por vezes recusa-se dar trabalho quando se sabe que os trabalhadores são membros do Partido Comunista Português.

Os trabalhadores fazem parte de uma classe única, são uma grande família. Não devem deixar-se dividir, pois tão explorados são uns trabalhadores como outros.

Os trabalhadores rurais reclamam um só sindicato.

— Em algumas zonas não são mais difícil resolver o problema de desemprego. Em vários casos isso deve-se ao pouco dinamismo dos delegados sindicais.

Em tais casos, estes delegados devem ser substituídos por outros mais batalhadores.

Há agrários que, quando forçados pelo sindicato, se dispõem a receber mulheres e recusam os homens. Fazem isso porque pagam salários mais baixos às mulheres.

Os trabalhadores devem lutar para

que o trabalho igual seja pago salário igual.

Como os agrários acham sempre que são muitos os trabalhadores que o sindicato lhes distribui, dizendo que têm pouca terra, DEVE-SE DISTRIBUIR OS TRABALHADORES PELOS AGRÁRIOS CONFORME OS HECTARES DE TERRA QUE TENHAM E COMO TAL DEVEM SER OBRIGADOS A ACEITAR OS TRABALHADORES.

Há trabalhadores que temem os sindicatos, porque lhes dizem que os sindicatos são para fazer política. A política dos sindicatos é defender os interesses de todos os trabalhadores.

Dividindo os trabalhadores, os patrões conseguem pagar salários mais baixos. Unidos nos sindicatos os trabalhadores conseguem melhores salários.

— OS SINDICATOS SOZINHOS NADA CONSEGUEM, MAS OS TRABALHADORES ISOLADOS AINDA MENOS. AS VITÓRIAS SÃO ALCANÇADAS PELOS SINDICATOS JUNTAMENTE COM OS TRABALHADORES UNIDOS.

— Sem os sindicatos ainda hoje não se tinham conquistado convenções de trabalho.

— TODOS OS TRABALHADORES DEVEM ESTAR ORGANIZADOS NOS SINDICATOS. DIVIDIDOS SÃO FACILMENTE VENCIDOS. UNIDOS OS TRABALHADORES SÃO UMA FORÇA.

— Os contratos colectivos de trabalho devem garantir que os trabalhadores que até 25 de Abril de 1974 estavam efectivos para um patrão ou para uma herdade continuam como efectivos não podendo ser passados para eventuais como alguns patrões têm feito e como outros patrões pretendem.

— Que todos os sindicatos se unam através da Intersindical mas que os trabalhadores agrícolas tenham os seus sindicatos específicos.

— Que as Comissões Sindicais não consentam que o patronato provoque o desemprego. Que se siga o exemplo da Comissão Sindical do Val de Vargos que não consente o desemprego na sua terra.

— Se os agrários deixam morrer o gado à fome, que os trabalhadores não consentam. Se os donos não se importam de deixar morrer o gado, devem os trabalhadores tomar nas suas mãos a resolução do problema.

— O gado e as máquinas deverão vir a ser entregues a quem trabalhe a terra, quando a terra for entregue a quem a trabalha.

— Que seja estipulado o horário máximo de 45 horas para o campo nos casos em que o horário já era esse ou superior. Mas que se respeite e se mantenham os horários inferiores onde isso já se verificou.

— Que em relação ao Norte, caberá aos pequenos e médios agricultores e assalariados agrícolas encontrar as soluções mais justas para a sua região.

3.º — Que enquanto a Reforma Agrária não for posta em prática devam ser adoptadas medidas imediatas:

a) Expropriação das terras e dos bens dos grandes agrários que pratiquem actos de sabotagem económica e social;

b) Expropriação das grandes propriedades que foram valorizadas à custa de dinheiro do povo (exemplos: obras de rega do Alentejo);

c) Arrendamento compulsivo dos incultos das propriedades subprocuradas. Este arrendamento não deverá ser feito de forma que as boas terras fiquem na posse dos agrários e as más terras passem para as mãos do Estado ou dos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres;

d) Rápida publicação sobre arrendamento rural e baldios;

e) Publicação de leis revolucionárias que permitam a punição de saboteadores.

4.º — As terras obtidas através das medidas atrás indicadas, assim como as herdades da antiga Junta de Colonização Interna, devem ser entregues a Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas ou a Ligas de Pequenos Agricultores, que explorarão em regime de cooperativas de produção, ou então deverão ser exploradas directamente pelo Estado (herdades colectivas do Estado, de forma que seja dado emprego a quem não tem

trabalho e aumentada a produção agrícola, pecuária e florestal do País).

5.º — Que deverão ser criadas ou desenvolvidas empresas públicas ou mistas, ou cooperativas de comercialização e industrialização de produtos necessários à agricultura e dos produtos da agricultura, de modo a libertar os circuitos comerciais da especulação e do parasitismo, e para permitir também uma melhor compensação para quem trabalha e produz sem encarecer os preços pagos pelos consumidores.

6.º — Finalmente afirmam que a execução das medidas anteriores exigem:

a) Reforço dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, como organismos de defesa daqueles que trabalham no campo, e como instrumento de intervenção organizada e eficiente contra a sabotagem económica e social;

b) Saneamento dos serviços da

Secretaria de Estado da Agricultura e reestruturação democrática dos serviços técnicos de modo a pô-los em contacto directo com a realidade rural e ao serviço dos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres;

c) Apoio financeiro, técnico, e de quadros especializados por parte de todos os organismos da Secretaria de Estado da Agricultura e em especial do IRA, e de outros departamentos do Estado, preferencialmente às novas estruturas produtivas de trabalhadores agrícolas e camponeses pobres;

d) Nacionalização da banca a fim de pô-la ao serviço do povo trabalhador.

**SEARA NOVA**  
EDITORIAL  
A Situação Económica da Agricultura e da Indústria por V. Gomes da Silva  
Mas Que Direito? Algumas Notas Críticas sobre Direito e Política por Lino Lima  
Um Grande Partido Nacional por Albano Lima  
O 7 de Fevereiro por Quem Já Esteve: Joaquim Pires Jorge  
por Fernando Guerreiro  
Poesia Africana de Expressão Portuguesa por Maria Isabel Colação  
A Conjuntura Económica em Angola por Mário Antão

**Secção II — SINDICATOS, CONTRATOS COLECTIVOS DE TRABALHO E LUTA PELO SEU CUMPRIMENTO**

Há grandes proprietários que são ao mesmo tempo empregados superiores de empresas monopolistas, onde ganham 20 e 30 contos. Por

que o trabalho igual seja pago salário igual.

Como os agrários acham sempre que são muitos os trabalhadores que o sindicato lhes distribui, dizendo que têm pouca terra, DEVE-SE DISTRIBUIR OS TRABALHADORES PELOS AGRÁRIOS CONFORME OS HECTARES DE TERRA QUE TENHAM E COMO TAL DEVEM SER OBRIGADOS A ACEITAR OS TRABALHADORES.

Há trabalhadores que temem os sindicatos, porque lhes dizem que os sindicatos são para fazer política. A política dos sindicatos é defender os interesses de todos os trabalhadores.

Dividindo os trabalhadores, os patrões conseguem pagar salários mais baixos. Unidos nos sindicatos os trabalhadores conseguem melhores salários.

— OS SINDICATOS SOZINHOS NADA CONSEGUEM, MAS OS TRABALHADORES ISOLADOS AINDA MENOS. AS VITÓRIAS SÃO ALCANÇADAS PELOS SINDICATOS JUNTAMENTE COM OS TRABALHADORES UNIDOS.

— Sem os sindicatos ainda hoje não se tinham conquistado convenções de trabalho.

— TODOS OS TRABALHADORES DEVEM ESTAR ORGANIZADOS NOS SINDICATOS. DIVIDIDOS SÃO FACILMENTE VENCIDOS. UNIDOS OS TRABALHADORES SÃO UMA FORÇA.

— Os contratos colectivos de trabalho devem garantir que os trabalhadores que até 25 de Abril de 1974 estavam efectivos para um patrão ou para uma herdade continuam como efectivos não podendo ser passados para eventuais como alguns patrões têm feito e como outros patrões pretendem.

— Que todos os sindicatos se unam através da Intersindical mas que os trabalhadores agrícolas tenham os seus sindicatos específicos.

— Que as Comissões Sindicais não consentam que o patronato provoque o desemprego. Que se siga o exemplo da Comissão Sindical do Val de Vargos que não consente o desemprego na sua terra.

— Se os agrários deixam morrer o gado à fome, que os trabalhadores não consentam. Se os donos não se importam de deixar morrer o gado, devem os trabalhadores tomar nas suas mãos a resolução do problema.

— O gado e as máquinas deverão vir a ser entregues a quem trabalhe a terra, quando a terra for entregue a quem a trabalha.

— Que seja estipulado o horário máximo de 45 horas para o campo nos casos em que o horário já era esse ou superior. Mas que se respeite e se mantenham os horários inferiores onde isso já se verificou.

latifundiários e até Câmaras Municipais que obrigam os trabalhadores a fazer o trabalho de empreitada.

— As empreitadas devem ser recusadas.

— Os trabalhadores devem trabalhar apenas à jorna e recusar os trabalhos de empreitada.

— Por vezes recusa-se dar trabalho quando se sabe que os trabalhadores são membros do Partido Comunista Português.

Os trabalhadores fazem parte de uma classe única, são uma grande família. Não devem deixar-se dividir, pois tão explorados são uns trabalhadores como outros.

Os trabalhadores rurais reclamam um só sindicato.

— Em algumas zonas não são mais difícil resolver o problema de desemprego. Em vários casos isso deve-se ao pouco dinamismo dos delegados sindicais.

Em tais casos, estes delegados devem ser substituídos por outros mais batalhadores.

Há agrários que, quando forçados pelo sindicato, se dispõem a receber mulheres e recusam os homens. Fazem isso porque pagam salários mais baixos às mulheres.

Os trabalhadores devem lutar para

que o trabalho igual seja pago salário igual.

Como os agrários acham sempre que são muitos os trabalhadores que o sindicato lhes distribui, dizendo que têm pouca terra, DEVE-SE DISTRIBUIR OS TRABALHADORES PELOS AGRÁRIOS CONFORME OS HECTARES DE TERRA QUE TENHAM E COMO TAL DEVEM SER OBRIGADOS A ACEITAR OS TRABALHADORES.

Há trabalhadores que temem os sindicatos, porque lhes dizem que os sindicatos são para fazer política. A política dos sindicatos é defender os interesses de todos os trabalhadores.

Dividindo os trabalhadores, os patrões conseguem pagar salários mais baixos. Unidos nos sindicatos os trabalhadores conseguem melhores salários.

— OS SINDICATOS SOZINHOS NADA CONSEGUEM, MAS OS TRABALHADORES ISOLADOS AINDA MENOS. AS VITÓRIAS SÃO ALCANÇADAS PELOS SINDICATOS JUNTAMENTE COM OS TRABALHADORES UNIDOS.

— Sem os sindicatos ainda hoje não se tinham conquistado convenções de trabalho.

— TODOS OS TRABALHADORES DEVEM ESTAR ORGANIZADOS NOS SINDICATOS. DIVIDIDOS SÃO FACILMENTE VENCIDOS. UNIDOS OS TRABALHADORES SÃO UMA FORÇA.

— Os contratos colectivos de trabalho devem garantir que os trabalhadores que até 25 de Abril de 1974 estavam efectivos para um patrão ou para uma herdade continuam como efectivos não podendo ser passados para eventuais como alguns patrões têm feito e como outros patrões pretendem.

— Que todos os sindicatos se unam através da Intersindical mas que os trabalhadores agrícolas tenham os seus sindicatos específicos.

— Que as Comissões Sindicais não consentam que o patronato provoque o desemprego. Que se siga o exemplo da Comissão Sindical do Val de Vargos que não consente o desemprego na sua terra.

— Se os agrários deixam morrer o gado à fome, que os trabalhadores não consentam. Se os donos não se importam de deixar morrer o gado, devem os trabalhadores tomar nas suas mãos a resolução do problema.

— O gado e as máquinas deverão vir a ser entregues a quem trabalhe a terra, quando a terra for entregue a quem a trabalha.

— Que seja estipulado o horário máximo de 45 horas para o campo nos casos em que o horário já era esse ou superior. Mas que se respeite e se mantenham os horários inferiores onde isso já se verificou.

latifundiários e até Câmaras Municipais que obrigam os trabalhadores a fazer o trabalho de empreitada.

— As empreitadas devem ser recusadas.

— Os trabalhadores devem trabalhar apenas à jorna e recusar os trabalhos de empreitada.

— Por vezes recusa-se dar trabalho quando se sabe que os trabalhadores são membros do Partido Comunista Português.

Os trabalhadores fazem parte de uma classe única, são uma grande família. Não devem deixar-se dividir, pois tão explorados são uns trabalhadores como outros.

Os trabalhadores rurais reclamam um só sindicato.

— Em algumas zonas não são mais difícil resolver o problema de desemprego. Em vários casos isso deve-se ao pouco dinamismo dos delegados sindicais.

Em tais casos, estes delegados devem ser substituídos por outros mais batalhadores.

Há agrários que, quando forçados pelo sindicato, se dispõem a receber mulheres e recusam os homens. Fazem isso porque pagam salários mais baixos às mulheres.

Os trabalhadores devem lutar para

que o trabalho igual seja pago salário igual.

Como os agrários acham sempre que são muitos os trabalhadores que o sindicato lhes distribui, dizendo que têm pouca terra, DEVE-SE DISTRIBUIR OS TRABALHADORES PELOS AGRÁRIOS CONFORME OS HECTARES DE TERRA QUE TENHAM E COMO TAL DEVEM SER OBRIGADOS A ACEITAR OS TRABALHADORES.

Há trabalhadores que temem os sindicatos, porque lhes dizem que os sindicatos são para fazer política. A política dos sindicatos é defender os interesses de todos os trabalhadores.

Dividindo os trabalhadores, os patrões conseguem pagar salários mais baixos. Unidos nos sindicatos os trabalhadores conseguem melhores salários.

— OS SINDICATOS SOZINHOS NADA CONSEGUEM, MAS OS TRABALHADORES ISOLADOS AINDA MENOS. AS VITÓRIAS SÃO ALCANÇADAS PELOS SINDICATOS JUNTAMENTE COM OS TRABALHADORES UNIDOS.

— Sem os sindicatos ainda hoje não se tinham conquistado convenções de trabalho.

— TODOS OS TRABALHADORES DEVEM ESTAR ORGANIZADOS NOS SINDICATOS. DIVIDIDOS SÃO FACILMENTE VENCIDOS. UNIDOS OS TRABALHADORES SÃO UMA FORÇA.

— Os contratos colectivos de trabalho devem garantir que os trabalhadores que até 25 de Abril de 1974 estavam efectivos para um patrão ou para uma herdade continuam como efectivos não podendo ser passados para eventuais como alguns patrões têm feito e como outros patrões pretendem.

— Que todos os sindicatos se unam através da Intersindical mas que os trabalhadores agrícolas tenham os seus sindicatos específicos.

— Que as Comissões Sindicais não consentam que o patronato provoque o desemprego. Que se siga o exemplo da Comissão Sindical do Val de Vargos que não consente o desemprego na sua terra.

— Se os agrários deixam morrer o gado à fome, que os trabalhadores não consentam. Se os donos não se importam de deixar morrer o gado, devem os trabalhadores tomar nas suas mãos a resolução do problema.

— O gado e as máquinas deverão vir a ser entregues a quem trabalhe a terra, quando a terra for entregue a quem a trabalha.

— Que seja estipulado o horário máximo de 45 horas para o campo nos casos em que o horário já era esse ou superior. Mas que se respeite e se mantenham os horários inferiores onde isso já se verificou.

latifundiários e até Câmaras Municipais que obrigam os trabalhadores a fazer o trabalho de empreitada.

— As empreitadas devem ser recusadas.

— Os trabalhadores devem trabalhar apenas à jorna e recusar os trabalhos de empreitada.

— Por vezes recusa-se dar trabalho quando se sabe que os trabalhadores são membros do Partido Comunista Português.

Os trabalhadores fazem parte de uma classe única, são uma grande família. Não devem deixar-se dividir, pois tão explorados são uns trabalhadores como outros.

Os trabalhadores rurais reclamam um só sindicato.

— Em algumas zonas não são mais difícil resolver o problema de desemprego. Em vários casos isso deve-se ao pouco dinamismo dos delegados sindicais.

Em tais casos, estes delegados devem ser substituídos por outros mais batalhadores.

Há agrários que, quando forçados pelo sindicato, se dispõem a receber mulheres e recusam os homens. Fazem isso porque pagam salários mais baixos às mulheres.

Os trabalhadores devem lutar para

**REVISTA INTERNACIONAL**  
N.º 4  
O Partido Marxista-Leninista da Nossa Época  
A Aliança do Sistema Socialista Mundial  
Aspectos Ideológicos do Diálogo com os Crentes  
1975: Ano Internacional da Mulher  
Áustria: A Social-Democracia e a «Colaboração de Classes»  
URSS: A Realização da Política Agrária Leninista  
RDA: 25 Anos de Socialismo  
América Latina: Por uma Política Externa Independente  
A Vida dos Partidos Comunistas e Operários  
Livros e Revistas



# informação

- Os trabalhadores do Arsenal do Alfeite aprovaram por aclamação uma moção de apoio à candidatura do MFA para o Prémio Nobel da Paz.
- O Senegal ofereceu ao PAIGC 1800 toneladas de cereais destinados à população de Cabo Verde.
- Uma missão da Comissão de Descolonização da ONU deslocar-se-á no fim deste mês a Cabo Verde, a convite do Governo português.
- Novas acusações contra o fascista Ramiro Valadão, ex-presidente do conselho de administração da RTP, vieram juntar-se às constantes do processo. Agora é responsabilizado por graves irregularidades praticadas no extinto SNI e, depois, na Secretaria de Estado de Informação.
- Em Dezembro foram processados, por vários delitos, 666 comerciantes.
- Na Cella militantes do PCP foram impedidos de falar durante uma sessão de esclarecimento, e depois injuriados. Elementos de um partido da coligação afirmaram na mesma sessão que a CIA é uma invenção.
- Nas últimas semanas, vários banqueiros portugueses inauguraram uma nova modalidade de viagens: fins-de-semana repetidos no estrangeiro.
- Na fronteira de Valença do Minho foram apreendidas pratas antigas escondidas num automóvel.
- Em Março ou Abril deverão chegar a Lisboa os primeiros autocarros de um contingente de 200 adquiridos pela Carris.
- O Instituto Internacional da Imprensa, de Zurique, entidade que defende interesses patronais, pediu ao Governo Provisório português que intervenha de modo a assegurar a publicação do anunciado diário «O Tempo». O III, agora tão preocupado com a salvaguarda da liberdade de Imprensa em Portugal, não tinha idêntica preocupação durante a ditadura fascista.
- «Questões emergentes na nova sociedade portuguesa em formação, relativas ao escritor e à actividade literária», serão discutidas no I Congresso dos Escritores Portugueses, que se realizará em Lisboa, no próximo mês.
- António Diogo Bravo foi exonerado do cargo de cônsul honorário de Portugal em Florença.
- As carreiras regulares marítimas entre Portugal e a União Indiana foram restabelecidas.
- A «República» transcreveu passagens do último editorial do «Avante!».
- Entre Portugal e a Romênia foi assinado um protocolo sobre navegação aérea que prevê, após o acordo definitivo, o estabelecimento de uma carreira regular entre Lisboa e Bucareste.
- A Suécia fornecerá a Moçambique 20 000 toneladas de trigo. A falta de pão em Lourenço Marques foi provocada pelo atraso na entrega de 16 000 toneladas de trigo vendidas pelos Estados Unidos. O abastecimento já melhorou sensivelmente nas últimas semanas.
- A revista «Business Weeks», da Nova York, conhecida como portavoz dos grandes monopólios, reconhece que as grandes empresas americanas adiarão os seus projectos de investimentos em Portugal. Cita nominalmente a Dow Chemical, a Exxon e a Mobil.
- Os exportadores e investidores da Noruega que pretendam estabelecer relações económicas com Portugal beneficiarão de créditos especiais concedidos pelo Governo daquele país.
- Enquanto as forças políticas progressivas portuguesas convidaram a população de Lisboa a dispensar um tratamento cordial aos tripulantes da esquadra da NATO, não os confundido com o imperialismo e as suas tentativas de intimidação, alguns dos marinheiros desembarcados adoptaram comportamento inverso, envolvendo-se em distúrbios e provocações. Um exemplo: no hotel Bragança rasgaram roupas, ofenderam os hóspedes e os empregados e lançaram garrafas das janelas, tornando necessária a intervenção da Polícia.
- O camarada Jean Kanapa, membro do Comité Central do Partido Comunista Francês, durante um comício de solidariedade ao PCP, em Clermont Ferrand, condenou em termos expressivos a campanha de ódio e calúnia desencadeada em certos meios da imprensa francesa e europeia contra o Portugal democrático. «Verifico — afirmou — a concluir — que o nosso país se assiste decididamente a um estranho concerto internacional: o socialista alemão Willy Brandt, o socialista suéco Olof Palme, e o socialista português Mário Soares que, alternadamente, alimentam na imprensa ou nas antenas a propaganda anticomunista. Trata-se de uma coincidência demasiado evidente para que não suscite algumas perguntas.»
- O Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde adoptou uma resolução que recomenda à XXVIII Assembleia Mundial da Saúde o restabelecimento do direito de Portugal a receber a assistência da OMS.
- Na Caixa Geral de Depósitos não foram ainda levantadas numerosas cauções depositadas por ex-prospicos políticos. O prazo para recuperação dessas cauções termina no dia 28 do corrente.
- Uma delegação da Fretilim, dirigida pelo seu presidente, camarada Samora Machel, parte depois de amanhã para a China e a Coreia do Norte.
- O Governo Provisório adoptou providências destinadas a acelerar os processos de expropriação de terrenos destinados à instalação de novas áreas habitacionais e à construção de equipamentos rodoviários e ferroviários.
- A Comissão Distrital de Dinamização Cultural da Região Militar de Évora promoverá sessões de esclarecimento em aldeias dos concelhos de Redondo e Mourão na segunda quinzena deste mês. Em Alcôves e Santiago do Rio organizará espectáculos teatrais.
- A campanha de dinamização do MFA no Minho, intitulada «Acção Verdade», terminou com uma festa popular em Monção.
- As revelações feitas há meses pelo «Avante!» a respeito da falsificação de vinho do Porto, através da mistura de álcool sintético, foram confirmadas pela confissão de uma importante remessa daquela vinha pelos serviços alfandegários da República Federal da Alemanha.
- A Comissão de Delegados Sindicais do Banco Nacional Ultramarino denunciou a concessão de empréstimos imorais e contrários a disposições internas a indivíduos que a eles não teriam direito, para compra ou construção de habitações.
- Toda a direcção dos Telefones de Lisboa e Porto foi suspensa em resultado do processo de saneamento que está a decorrer naquela empresa. Entre os atingidos pela medida figuram Severo da Cunha, Melo de Portugal, Douglas Carnell, Pais Cardoso e Vaz Osório. O relatório da comissão revela a existência de uma rede de ligações entre a direcção do TLP e as extintas PIDE, Legião Portuguesa, ANP e outras organizações fascistas. Um dos directores, Douglas Carnell, pertencia ao defuncto Partido Liberal.
- O desmantelamento da direcção da ex-Junta de Colonização Interna, substituída pelo IRA, já é uma realidade, segundo um comunicado distribuído pela comissão de saneamento.
- Em Melgoso a reacção não aceita a presença dos representantes dos órgãos de Informação que fizeram a cobertura da campanha de dinamização do MFA. Segundo «O Comércio do Porto», a sua equipa foi agredida por uma dúzia de reacçãoários, comandada pelo secretário da Câmara Municipal e pelo correspondente de outro jornal português. A agressão não foi levada mais longe devido à intervenção de elementos do MFA.
- Segundo o Sindicato dos Profissionais da Seguros do Distrito de Lisboa, em três cidades do País — Lisboa, Porto e Coimbra — estão concentrados 75 por cento dos médicos, 86 por cento dos analistas, 70 por cento dos radiologistas, e 76 por cento dos médicos parteiros. Em consequência dessa situação, somente em 1972 morreram no País, por falta de assistência, 14 651 adultos e 7234 crianças com menos de um ano.
- Apesar de terem sido tomadas algumas providências na Alfândega de Lisboa no sentido de ser intensificada a fiscalização das mercadorias em regime de descara directa, notase ali uma tendência para a volta à situação anterior, caracterizada por abusos e violações da lei prejudiciais à economia nacional.
- Pela Secretaria de Estado da Indústria e Energia foi aberto concurso para a instalação em Portugal de uma indústria de fabricação de tractores.

## O Presidente da República anuncia a data das eleições: 12 de Abril

Publicamos a seguir algumas passagens da comunicação que o Presidente da República dirigiu ao País, no dia 10, para anunciar a data das eleições. «As eleições para a Assembleia Constituinte — anunciou o general Costa Gomes — realizar-se-ão no dia 12 de Abril de 1975. Proclamo publicamente esta data cumprindo os termos do n.º 6, art.º 7.º da Lei n.º 3/74.

Convém recordar que nas grandes linhas do Programa do MFA, descolonizar e democratizar eram as generosas motivações de homens corajosos que não dormiram a noite de 25 de Abril.

Ninguém tem dúvidas quanto aos passos fundamentais percorridos na descolonização, nessa ronda inevitável dos caminhos da História; ronda que se aproxima dum epílogo original, genuinamente português.

Pois bem; no caminho para a Democracia, a data que hoje fixei será um marco fundamental na longa rota a percorrer.

Estas primeiras eleições acabarão por determinar os homens a quem compete a transcendente responsabilidade de preparar a Constituição, a Lei fundamental que lançará o povo a quem pertencem no rumo do Futuro.

Votar é um direito de todo o eleitor, mas é simultaneamente um dever imperioso. Nenhum português se negará a responsabilidade de votar, de votar tão conscientemente quanto lhe seja possível.

Votar é colaborar, não votar é trair o Povo.»

Proseguindo, o Presidente da República aludiu aos erros praticados ao longo dos últimos dez anos por «homens e organizações egoisticamente apegados a velhos privilégios» e criticou os «oportunistas pseudo-revolucionários dos ambiciosos do Poder» — acrescentando:

«Aos homens sem fé, aos fracos de vontade e de espírito, aos que desertam na caminhada batidos pelas dificuldades da Revolução, aos feridos nos privilégios, aos impacientes, aos injustamente frustrados, a todos recomendaria a leitura da história de tantas revoluções libertadoras.»

A caminhada para a liberdade tem sempre um preço social em suor, sangue e lágrimas; só a generosidade dos autênticos revolucionários e a bondade e civismo do Povo Português têm permitido preço social tão baixo.

Todos nós, Povo de Portugal, vamos lutar mais com o espírito, trabalhar mais com as mãos, perseverando mais com a vontade, para construir uma sociedade livre com um mínimo de sofrimentos injustos.

Chegam até mim clamores de impacientes e de idealistas, portugueses que criticam o que chamam «ritmo lento da nossa Revolução».

Falmo-me outros, nos quais inleto estadistas estrangeiros que conduzirão as suas revoluções libertadoras, do perigo da aceleração excessiva do processo revolucionário.

A extrema dependência económica de um mundo em crise, a tarefa urgente da descolonização, o artificialismo do sistema das forças de produção, o atraso a distúrbio educacional, são algumas das pesadas heranças que limitam a capacidade da aceleração revolucionária, sob pena de rotura do equilíbrio social que desejamos manter.»

O general Costa Gomes apresentou, depois, um balanço sumário do que se fez em mais de um ano de Revolução, salientando o significado do processo de descolonização e da intervenção do Estado nas empresas privadas, na implantação da reforma agrária.

«Nas relações capital-trabalho — disse — procura-se orientar uma turbulência excessiva, limitar aventuras pseudo-revolucionárias, mas importa sobretudo continuar a reforçar a luta ordeira mas firme dos trabalhadores que trabalham e por isso conquistam legítimos direitos a uma vida melhor e mais digna.»

Mais adiante, afirmou: «Aos timoratos, aos privilegiados do anterior regime, a todos quantos agora se deixam entrar em ressonância com a descrença ou o alarmismo, recomendaria mais coragem e vontade de colaborar no futuro das classes mais desfavorecidas, sem pensar tanto na tranquilidade e no conforto próprios.»

Aos utopistas, aos vendedores de ilusões, aos cultivadores do ódio e da violência, aos vingativos, aos nefastos manipuladores da opinião pública, recomendaria um exame da consciência e uma nova atitude face a um Povo que quer ser livre, trabalhar mais e distribuir melhor a riqueza produzida.

No Portugal novo irão caber todos os homens justos, trabalhadores de recta intenção.»

Cabe agora, que vamos realizar as primeiras eleições, chamar a atenção aos que, em palavras e escritos, se dirigem aos responsáveis do Poder exigindo medidas autoritárias para grandes e pequenos males que detectam ou julgam vislumbrar.

Estamos num Portugal novo; o poder autocrático e individual não voltará. O Poder é e será exercido por órgãos colectivos emergentes de um sistema de forças democráticas. Haveremos de aceitar pequenos inconvenientes nas grandes vantagens da democracia pluralista em construção.

Terminarei com dois apelos. O primeiro quero dirigí-lo aos partidos autênticos, aqueles que verdadeiramente são representativos de segmentos genuínos do Povo de Portugal.

A felicidade possível de todos nós depende muito da vossa acção esclarecedora e pedagógica junto das massas populares. Intensificai tudo quanto contribua para a unidade no sentido de se construir uma Democracia pluralista e livre e procurar esquecer os atritos possíveis na luta política.»

Neste momento, a hora é de construção de um sistema em que caibam todos os partidos autênticos; mais tarde, numa sociedade mais politizada, sendo livres sempre poderemos corrigir as posições relativas que justamente caibam a cada doutrina partidária.

Cordialidade, generosidade e lealdade na luta são atributos dos verdadeiros combatentes da liberdade.

O segundo apelo dirijo-o a todos os eleitores. Votai, mas votai com consciência; não nos envergonhará a falta de cultura política porque até essa sempre nos foi negada e escamoteada.

Teremos agora de dialogar, escutar, ler, falar, estudar os programas partidários, a treinar o nosso espírito crítico para obter uma escolha consciente e válida.

Não vejamos fantasmas nos arautos da liberdade, mas não acitemos a ilusão dos fogos-fátuos, belos, mas efêmeros, de utopias totalitárias.»

E concluiu: «Sobretudo rejeteis partidos ou doutrinas que ofereçam para já a violência e o ódio em troca de um suposto futuro feliz e que tal caminho jamais conduzirá.»

Saúdo o 12 de Abril de 1975, que prevejo padrão luminoso no avanço revolucionário que conduzirá à Democracia pluralista, livre e autêntica. Saúdo todos os eleitores que votem conscientemente em partidos válidos para a Revolução Portuguesa.

Vamos contribuir com o nosso voto para se obter uma Constituição que nos garanta um futuro em liberdade, fraternidade, progresso e justiça social.»

## Emigrantes portugueses exigem o saneamento dos consulados

Trabalhadores portugueses emigrados em França, reunidos em Paris, aprovaram uma moção exigindo o saneamento dos consulados naquela país.

«Pensamos — salienta o documento — que a maioria dos consulados que, aqui, em França, continuam a representar Portugal não correspondem à nova situação democrática portuguesa e que, por consequência,

devem ser saneados.»

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

A moção pede também a criação de um organismo independente que garanta a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França.

lembramos igualmente que, enquanto este saneamento não for levado a cabo, não há qualquer garantia de que o voto dos emigrados para a Assembleia Constituinte seja respeitado.

Os trabalhadores que assinaram a moção consideram também grave o silêncio dos serviços de Imprensa da Embaixada de Portugal em Paris e exigem que se use o direito de resposta que dá a lei francesa em relação às informações fraudulentas dos órgãos de Informação sobre a realidade portuguesa, de modo que essas artigos sejam contestados «com uma rapidez que permita combater a campanha alarmista desenvolvida contra o Portugal de hoje».

A moção aprovada por esse grupo de trabalhadores portugueses traduz com fidelidade os sentimentos de milhares de emigrantes. Nele são abordados dois problemas fundamentais: a insuficiência do saneamento nos consulados e a necessidade de uma resposta às provocações de certos órgãos de Informação estrangeiros. Trata-se, de dois aspectos de um mesmo problema.

Não é apenas em França, aliás, que o saneamento no serviço diplomático marca passo. Os trabalhadores portugueses da Venezuela queixam-se de que naquele país ficou tudo na mesma. Nos Estados Unidos e no Canadá a situação é francamente insatisfatória. Em muitos consulados, na Inglaterra e na Alemanha, mudou também pouca coisa em relação à rotina antidemocrática dos tempos do fascismo. De Brasil chegam queixas constantes. Em França, o problema apresenta aspectos mais chocantes devido ao elevado número de consulados e também porque um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros passou por ali com a missão expressa de realizar um saneamento eficaz. Os resultados demonstram que essa tarefa não foi cumprida.

O silêncio dos serviços de Imprensa portuguesa em várias embaixadas em face da campanha de calúnia contra Portugal desencadeada por personalidades políticas e órgãos de Informação reacçãoários constitui, por si só, a prova cabal de que uma missão prioritária e fundamental não está sendo cumprida: a defesa no exterior, contra a calúnia, a intriga e a provocação do processo revolucionário português.

Nos tempos de Salazar e Caetano, em França, na Inglaterra, no Brasil, nos Estados Unidos, em qualquer país onde os antifascistas portugueses ou os órgãos de Informação denunciavam o fascismo, o colonialismo e os seus crimes, as Embaixadas enviavam comunicados aos jornais em defesa de uma ditadura condenada pela humanidade inteira. Recorriam à mentira para negar a verdade. Agora, quando urge restabelecer a verdade, quando se trata de refutar mentiras e provocações, a regra é o silêncio.

Os factos confirmam que os trabalhadores portugueses da França têm carradas de razão. O saneamento no serviço diplomático foi apenas de fachada.

## «O Amigo do Povo» é inimigo do povo

Em Coimbra edita-se um semanário cujo título contradiz o conteúdo. Chama-se «O Amigo do Povo» — nome do jornal lançado durante a Revolução Francesa por Marat, o panfleto mais antirreacção do seu tempo — e apresenta-se como o «Órgão da Liga da Boa Imprensa da Diocese de Coimbra».

Conclui-se daí que a Liga tem o monopólio da boa imprensa e que o jornal do padre Adriano Simões Santo é simultaneamente o seu porta-voz e o modelo de jornalismo actualizado, de alta qualidade. Mas essa opinião do director e do seu grupo de correligionários é inteiramente pessoal. «O Amigo do Povo», pelos fins que persegue, pelo estilo e pela linguagem, é uma folha que, no seu género, ultrapassa qualquer órgão reacçãoário da chamada imprensa paroquial. Merecerá, no futuro, um lugar especial no museu da desinformação. O ódio, a mentira e a grosseria são os seus instrumentos de luta.

Na sua edição de 2 de Fevereiro publica uma crónica intitulada «Ao calor da fogueira», que é um estranho diálogo entre dois personagens forçados pelo «Órgão da Boa Imprensa»: o Tio Ambrósio e o Carlos do Cabeço. A conversa serve de pretexto para uma torrente de insultos e calúnias contra o nosso Partido. A fórmula usada para o sermão anticomunista é uma imaginária visita que o camarada Álvaro Cunha teria feito ao «menino no presépio». Mas, como a inteligência e o talento jornalístico dos redactores de «O Amigo do Povo» são muito maiores do que as suas luzes políticas e superiores aos seus valores morais, o feitiço volta-se contra o feitiçeiro. O ridículo discurso que o jornalista coloca na boca do «menino» funciona às avessas: é um discurso recheado de calão, de sarcasmos, de frases anticristãs. O «Amigo do Povo» acaba por ofender os sentimentos religiosos dos católicos portugueses atribuindo a Cristo um patavário de dirigente da «maioria silenciosa».

Os comunistas portugueses não podem sentir-se atingidos por baixas desse tipo. O ódio cego e gratuito não atinge o alvo. O palavrão não é uma arma política. A Igreja, sim, terá motivos para lamentar que o órgão de uma das suas dioceses sejam publicados parágrafos como este, atribuídos a Cristo: «Não calculas, Cunha, o número de cunhas que todos os dias me chegam para eu te sanear da existência com uma moléstia qualquer. Algum, certamente para me poupar trabalho, chegam mesmo a indicar a moléstia!»

O resto do artigo é igual ao incrível monólogo. Os falsos camponeses inventados pelo «Amigo do Povo» são a imagem do seu director. «Ali no presépio, Tio Ambrósio — diz um deles — quer-me parecer que havia outras razões para o dr. Cunha estar com cara de chateado! Já não fala do ambiente sujo e mal cheiroso do curral, longe da comodidade burguesa dos quartos do Hotel Ritz ou dos salões da Embaixada russa!»

A calúnia, a injúria, os palavrões, o ódio da reacção não podem — repetimos — atingir-nos. Pasquias como «O Amigo do Povo», reconhecendo a impossibilidade de conseguirem desprestigiar a diocese a que pertencem e farir os sentimentos dos católicos — felizmente a maioria — que sabem estabelecer fronteiras entre a religião e a reacção.

«O Amigo do Povo» é inimigo do povo. Os seus sermões anticomunistas só merecem uma resposta: o desprezo popular.

## O PPD baralha as cartas

Duas sessões de esclarecimento que o nosso Partido pretendia levar a efeito em Carrizado de Montenegro e Virandole, aldeias do concelho de Valpaços, foram boicotadas por provocadores, entre os quais havia elementos afectos ao PPD. Não foi a primeira vez que tal situação se verificou no distrito de Vila Real. O nosso Partido divulgou um comunicado a respeito do assunto.

O PPD não gostou. E veio agora a público negar a participação de militantes seus nos acontecimentos de Valpaços como pretexto para uma série de ataques ao PCP.

O desmentido é todo ele uma arenga anticomunista. «Será bom ter presente — proclama a nota — que foi o PPD o primeiro partido a condenar a violência, a repressão, a arbitrariedade e que a primeira acção de boicote veio exactamente do PCP.» Trata-se da primeira de muitas acusações gratuitas. O nosso Partido nunca boicotou sessão ou comício algum de qualquer organização política. Condena estes métodos. Mas a história é velha e tem sido explorada de maneira mais demagógica. O PPD pretende que o PCP boicoteou um comício seu em Castro Verde. Podemos provar a falsidade da acusação. Existe uma gravação que demonstra, sem deixar lugar a dúvidas, que a responsabilidade pelos incidentes de Castro Verde não pode ser atribuída aos «comunistas» como, então, foi espalhado pelos quatro ventos.

O PPD fala agora da nossa «estratégia», dos nossos «repetidos ataques» ao «povo» do distrito de Vila Real, e coroa uma manjanda de acusações gratuitas, injuriosas e falsas, com a afirmação de que o secretário-geral do PCP tem «procurado dar a entender» que o povo do referido distrito não tem condições para «poder intervir no próximo acto eleitoral». Lançado no domínio da fantasia interpretativa, o PPD estabelece depois paralelos entre o grau de esclarecimento dos seus adeptos e o dos militantes comunistas, recorre aos chavões salazaristas da «repressão» e do «totalitarismo» e tira do novoilo conclusões triunfalistas.

A nota é tão absurda que se diria um reflexo da quadra carnavalesca. Os comunistas não aceitam esse tipo de diálogo político. A intervenção do secretário-geral do nosso Partido em Vila Real foi publicada na íntegra pelo «Avante!» e não se presta a duas interpretações. Mas é um mau sintoma que a poucas semanas do início da campanha eleitoral, um partido da coligação governamental ouse afirmar que o partido da classe operária portuguesa pretendia negar aos transmontanos o direito de intervir nas próximas eleições. O PPD confunde deliberadamente as coisas. O que os comunistas têm dito e redito é que as eleições não serão livres em certas zonas do País — e não apenas de Trás-os-Montes — onde não houve saneamento, onde a reacção organizou à sua maneira as operações de recenseamento, onde o 25 de Abril ainda não chegou. E não são apenas os comunistas que chegaram a essa conclusão. Os órgãos de Informação têm reproduzido declarações de elementos das equipas do MFA que participaram da campanha de dinamização cultural e observaram com os seus próprios olhos o que se passa em terras onde os trabalhadores são impedidos pelos latifundiários, por ex-elementos da ANP e da Legião de escutar a própria palavra das Forças Armadas. Até ex-polícias, pontificam em comissões de recenseamento, até os cartazes do MFA foram rasgados e queimados em certas aldeias. Querem ver que o PPD desconhece estes factos?

Os comunistas nunca dirigiram críticas aos trabalhadores transmontanos. Criticaram, sim, a reacção que se comporta em relação a eles exactamente como o fazia nos tempos do fascismo. Não é culpa dos comunistas que alguns destacados elementos dessa mesma reacção tenham aderido apressadamente ao PPD. Não foram os comunistas quem ofereceram emblemas do PPD a caciques de Vila Verde de Raia, de Sabrosa, Mesão Frio, Fontes, Lamas de Podence, Cova do Barroso, Oliveira do Conde, e outras vilas e aldeias transmontanas e beirões, onde, afim, sessões do PCP foram impe-

didadas, boicotadas ou tumultuadas por provocadores que têm da democracia um conceito muito semelhante ao de Salazar e da PIDE.

Os comunistas, repetimos, não boicotam comícios. São os seus comícios e sessões de esclarecimento que têm sido boicotados em terras onde impera a reacção.

## Vitórias populares, derrotas da reacção

O balanço da «Operação Nortada», feito há dias pelo major Delgado da Fonseca, veio confirmar que a força da reacção em muitas regiões do Norte do País é uma força aparente. Em muitas aldeias do distrito de Bragança o panorama mudou após a passagem das equipas do MFA.

Sempre que houve diálogo, onde as populações tiveram oportunidade de colocar os problemas locais, as manobras de reacção foram derrotadas e o trabalho de esclarecimento produziu os melhores resultados.

Nas Beiras a situação é, em muitas zonas, semelhante. A desinformação e a desconfiância das populações não deve ser interpretada como reflexo de uma atitude reacçãoária. Da Idanha-a-Nova, por exemplo, chegaram notícias que demonstram, mais uma vez, aquilo que vimos a repetir há meses: a reacção recua e perde batalhas quando o trabalho de esclarecimento leva as populações a compreender que não estão abandonadas, que podem contar com o apoio do MFA e das forças democráticas.

Idanha-a-Nova é um concelho de fronteira, atrasado e que acusa os efeitos do isolamento. Mas as coisas estão a mudar rapidamente em muitas aldeias. Em S. Miguel de Acha a chegada de uma equipa do MFA foi um acontecimento. O pároco local comportava-se como um pequeno rei. Não permitia que o salão comunal, orgulho da terra, fosse utilizado para comícios e sessões de esclarecimento. Para ele, os partidos políticos são uma espécie de instrumento do diabo.

O povo insistiu, mas sem êxito. O pároco chamou dois padres de diocese de Portalegre e a trindade impôs um veto definitivo aos partidos. Não puderam, porém, impedir que a sala fosse utilizada

pelos oficiais do MFA. Rompeu-se o gelo. O salão, que comporta 600 pessoas, custou 600 contos e foi construído pelos trabalhadores da aldeia nas horas vagas. Os elementos do MFA criticaram duramente o caciquismo e a política dos privilégios. Exuseram os objectivos do Programa do Movimento e salientaram que em Portugal, hoje, a liberdade de expressão do pensamento está plenamente garantida.

Em S. Miguel de Acha (1200 habitantes), como em qualquer aldeia — disseram —, os trabalhadores têm o direito de se reunir para discutir os seus problemas e têm o direito de ouvir quem quiser dialogar com eles. Foi o suficiente para que a multidão gritasse: «O salão é do Povo, fomos nós que o construímos.» As mulheres, que, no fundo, escutavam, avançaram para junto do estrado e aplaudiram com entusiasmo.

A reacção acabou de perder uma batalha. Em S. Miguel de Acha já se pôde dialogar com os trabalhadores.

Noutra aldeia de Idanha, Santa Margarida, o povo correspondeu com entusiasmo aos apelos do MFA. Os trabalhadores falaram dos seus problemas, queixaram-se da falta de água, das péssimas condições sanitárias, pediram providências para que o analfabetismo, cuja taxa é elevadíssima, seja atacado. Os reacçãoários locais, que utilizam a pouca água existente em benefício dos seus latifúndios, foram denunciados. Cada bloco de 15 casas da aldeia decidiu formar uma comissão de apoio ao MFA, que levantará os problemas de grupo e encaminhará sugestões. O trabalho de esclarecimento produziu os melhores resultados. Em Santa Margarida, a participação popular é, agora, uma realidade.

Após ter recebido o embaixador dos Estados Unidos, o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, esclareceu que se tratava de uma visita de pura cortesia durante a qual não se falou de esproblemas relacionados com o desembarque em Portugal dos marinheiros da esquadra da NATO.»

«Durante esta visita de cortesia — disse — tive oportunidade de trocar impressões com o sr. embaixador e espero que ele tenha começado a conhecer a minha maneira de ser, pois só tenho uma cara e só falo de uma forma. Estabelecemos as bases das relações futuras do embaixador americano com o Primeiro-Ministro português, que só podem assentar na franqueza, na sinceridade e na clareza de propósitos.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

## Vasco Gonçalves: «Tenho uma cara e só falo de uma forma»

Após ter recebido o embaixador dos Estados Unidos, o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, esclareceu que se tratava de uma visita de pura cortesia durante a qual não se falou de esproblemas relacionados com o desembarque em Portugal dos marinheiros da esquadra da NATO.»

«Durante esta visita de cortesia — disse — tive oportunidade de trocar impressões com o sr. embaixador e espero que ele tenha começado a conhecer a minha maneira de ser, pois só tenho uma cara e só falo de uma forma. Estabelecemos as bases das relações futuras do embaixador americano com o Primeiro-Ministro português, que só podem assentar na franqueza, na sinceridade e na clareza de propósitos.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal. Um embaixador estrangeiro deve tratar com homens de Estado, como o Primeiro-Ministro, sem ingerências nos assuntos internos de Portugal.»

O embaixador Frank Carlucci informou os representantes dos órgãos de Informação de que estava a preparar vários relatórios para o seu Governo sobre a situação portuguesa, esclarecendo que a sua natureza confidencial não permitia detalhes sobre o assunto. E acrescentou: «Não quero, ingerir-me nos assuntos internos de Portugal

- A Venezuela rejeitou categoricamente a proposta do secretário de Estado americano, Henry Kissinger, para que baixasse os actuais preços do petróleo.
- O camarada Karileos Florakis, secretário-geral do Partido Comunista Grego, pediu a retirada da Grécia da NATO e o encerramento de todas as bases estrangeiras no seu país.
- O órgão central do Partido Comunista Grego denunciou a existência de uma organização neofascista intitulada União Nacional Socialista da Grécia. Foram publicadas nesta edição fotocópias de documentos que comprovam a participação da UNSG no Congresso Nacional Socialista realizado em Lyon, na França, em Dezembro. O chefe da organização é Dimitrios Nastulis.

- O governo ilegal da Rodésia continua desenvolvendo grandes esforços para atrair emigrantes estrangeiros brancos. Mas a campanha malograda estrondosamente no ano findo. Em 1974 entraram no país 940 emigrantes, mas o saldo foi de 600, pois saíram para o estrangeiro 340 brancos.
- O presidente de Madagáscar, general Gabriel Ramajatoa, renunciou às suas funções entregando todos os poderes ao ministro do Interior, Richard Ratsimandrava.
- O secretário de Defesa dos Estados Unidos, James Schlesinger, está a intensificar os seus apelos a favor da escalada armamentista. Agora advertiu o Congresso americano de que uma redução das verbas destinadas a armamentos poderá ter efeitos desastrosos...

- A Checoslováquia obteve em 1974 a maior colheita de cereais da sua história: 10 600 000 toneladas. A produção de alimentos aumentou 4,3 por cento.
- A CIA está a oferecer os seus serviços no estrangeiro. Um «ex-agente» publicou um anúncio no principal diário de Caracas, na Venezuela, pedindo emprego como «guarda-costas de uma pessoa importante». O salário exigido é de cerca de 2000 contos por ano.
- O Governo brasileiro desmentiu que tenha «em seu poder» 19 presos políticos dados como desaparecidos. Alega, numa nota oficial, que essas pessoas deixaram o país ou «vivem na clandestinidade». Essa atitude do Governo do general Geisel confirma a denúncia do Partido Comunista Brasileiro de que os desaparecidos, todos militantes comunistas, foram assassinados pela forças da repressão.

- A criminalidade juvenil está aumentando em ritmo alarmante na Inglaterra. O número de crimes de várias naturezas em 1974 foi de 413 516.
- O «Washington Post» lamenta que a campanha contra a CIA não favoreça a sua actuação em Portugal. «Depois da Segunda Guerra Mundial — escreveu — os EUA, através da CIA e de outros meios, deram importante apoio às forças democráticas na França e na Itália, tendo pleno êxito o seu objectivo principal: manter os comunistas afastados do Poder. A deterioração do consenso político, do qual depende a utilização da CIA, com estas finalidades, exclui agora a repetição de tal forma de actuar.»
- Os astronautas soviéticos Alexei Gubarev e Georgy Grechko regressaram à Terra na nave Soyuz-17, após permanecerem quase 30 dias no laboratório espacial Salyut-4, estabelecendo um recorde no tocante a voos tripulados.
- Cuba e o Irão decidiram estabelecer relações diplomáticas.

- Nas escadarias da Assembleia Nacional de Saigão, vinte políticos vietnamitas iniciaram uma greve de fome, para protestar contra a política do governo fanchoe de Van Thieu.
- Forças do Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul absteram no delta do Mekong um helicóptero e afundaram um «ferry boat».
- O ex-primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka terá de pagar ao fisco uma multa de mais de 12 000 contos por ter apresentado uma declaração falsa de rendimentos.
- O ex-director da CIA, Richard Helms, reconheceu perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado americano que omitira informações sobre a actuação dos serviços de espionagem no Chile. Agora confessou que o Governo de Nixon deu carta branca à CIA, a partir de 1970, para preparar um golpe de Estado contra a Unidade Popular.

- «Conselheiros militares» americanos vão treinar unidades militares da Arábia Saudita encarregadas da defesa dos jazigos de petróleo. A notícia provocou um tel escândalo em Washington que até o senador Hubert Humphrey, um político muito conservador, afirmou esperar que as Comissões das Forças Armadas, que funcionam no Congresso, «metam em breve o nariz neste caso, para ver de que se trata. O facto de tropas americanas treinarem outras forças no Médio Oriente é, por si só — disse —, perigoso».
- A Frente de Libertação da Eritreia anunciou que só aceitará negociar o cessar-fogo esse o regime de Adis-Abeba admitir o princípio da independência da Eritreia.
- Os bispos católicos da África do Sul, da Suazilândia e do Botswana protestaram contra a política discriminatória de autorizações e proibições de residência do governo do primeiro daqueles países.
- Cerca de 500 funcionários espanhóis, alguns dos quais desempenhando funções importantes, enviaram uma carta ao Governo franquista em que se pronunciaram a favor de «um Estado democrático».
- Alguns países da Europa Ocidental estão a exigir o pagamento antecipado de certos produtos importados por Portugal.
- Ascenderá a mais de 50 milhões de contos o valor do intercâmbio comercial entre Cuba e a União Soviética previsto pelo acordo entre os dois países.
- O Chile e a Bolívia — as duas ditaduras mais sanguinárias da América Latina — decidiram reatar relações diplomáticas. A decisão foi tomada após um encontro cordial entre os generais Augusto Pinochet e Hugo Banzer. Os dois países haviam rompido relações há 12 anos, quando o Chile desviou as águas do rio Lauca.
- O senador Edward Kennedy declarou, durante uma entrevista à televisão, que o bloqueio económico a Cuba foi um grave erro dos Estados Unidos e sugeriu o restabelecimento de relações com Havana.
- A Câmara Municipal de Roma deu dois meses de prazo às agências de publicidade e a centenas de empresas industriais e comerciais para retirarem todos os seus anúncios do centro da capital italiana.
- Na República Federal da Alemanha, o número de desempregados atingiu 1 154 000.
- Em Abril haverá eleições municipais na Grécia.

- No primeiro discurso que pronunciou como aspirante a candidato pelo Partido Democrático às eleições presidenciais de 1976, o senador americano Henry Jackson — um político conhecido pelas suas posições reacçãoárias — apresentou-se como um liberal progressivo. Criticando a política de Kissinger no Médio Oriente, afirmou: «Deixemo-nos de fantasias e de brincar à diplomacia da canhoneira. Procuremos soluções a longo prazo para o problema da energia. Essa será a melhor defesa contra qualquer estrangulamento petrolífero.»
- O desemprego nos Estados Unidos atingiu 8,2 por cento. O total de desempregados já excede 7,5 milhões.
- O secretário-geral do PAIGC, camarada Aristides Pereira, afirmou em Argel que a situação em Cabo Verde é muito pior do que a da Guiné-Bissau, devido à falta de alimentos e à seca que assola o arquipélago.
- Num editorial intitulado «O Crepúsculo Agitado de Franco», o «Daily Telegraph», de Londres, critica e ridiculariza o ditador espanhol, acentuando que a Espanha se afunda numa situação cada vez mais próxima da anarquia. Desde a Guerra Civil até há poucos meses, aquele diário de Londres apoiou sempre Franco e o fascismo espanhol.
- A Federação dos Estudantes do Uruguai informa que as forças de repressão prenderam e torturaram em Montevideo o seu ex-dirigente Horacio Bazzano.
- O camarada Bram Fischer, membro do Comité Central do Partido Comunista Sul-Africano, continua internado em estado grave no hospital-prisão de Pretória. Amplia-se em todo o Mundo a campanha pela sua libertação imediata.

# informação

## A nova linguagem do imperialismo americano

Enquanto os órgãos de Informação dos Estados Unidos continuam a publicar declarações de influentes membros do Governo sobre o perigo do «estrangulamento» das economias ocidentais e particularmente sobre os «esforços» do povo americano resultantes da elevação dos preços do petróleo, alguns chefes militares principiaram a recorrer a uma linguagem mais directa e agressiva para expor os seus pontos de vista.

Tal é, por exemplo, o caso do almirante Frederick Turner, comandante supremo da Sexta Frota da US Navy. Entrevistado pela televisão francesa, Turner limitou-se primeiro a uma declaração de rotina: «Confidencialmente — disse —, posso afirmar que cumprimos qualquer missão que nos seja confiada.» Convidado, porém, a pronunciar-se mais claramente sobre a possibilidade de uma intervenção no Médio Oriente, acrescentou: «Não queremos invadir, mas estamos preparados.» Há um ano a linguagem era muito diferente.

Na mesma entrevista, oficiais do Estado-Maior da frota, aludiram a um plano já existente que incluía a intervenção na Líbia. «Os nossos jovens da infantaria da Marinha estão prontos para fazer a guerra do petróleo», declarou um destes oficiais.



O «New York Times», que comenta a reportagem em «crónica do seu correspondente em Paris, refere pormenores das últimas manobras da Sexta Frota, em águas do Mediterrâneo, próximo da Sardenha, e informa que outro oficial admite que tais manobras sejam um treino para uma futura ocupação dos campos petrolíferos do Médio Oriente.

Não se trata de boatos, mas de afirmações que não podem ser desmentidas. A entrevista à televisão francesa e o artigo do «New York Times» tornam desnecessário qualquer comentário. O imperialismo americano não muda. Tira ou põe a máscara, de acordo com as situações históricas que enfrenta. Os Estados Unidos estão a atravessar a maior crise — segundo palavras do seu próprio presidente — desde 1929. Não sabem como retomar a expansão, como resolver o problema do desemprego, como fazer frente à inflação. O défice do orçamento federal, o défice da balança comercial, o défice da balança de pagamentos são os mais elevados do mundo. Entretanto, incapazes de encontrar solução para os seus graves problemas económicos e financeiros, incapazes de estabelecer uma relação entre tais problemas e a crise geral do sistema capitalista, insistem em procurar a saída pelos tradicionais métodos de violência que envolvem uma política de agressão a outros países.

«Tenho a mais completa e absoluta confiança na nossa capacidade como potência mais forte do mundo ocidental, para assumirmos a direcção do mundo inteiro», declarou recentemente o presidente Gerald Ford ao «Washington Post».

É uma convicção realmente inquietante.

## Solidariedade com os trabalhadores espanhóis julgados pela justiça franquista!

Milhões de trabalhadores espanhóis acompanharam nestes dias com atenção mais um episódio do chamado processo dos 1001, agora submetido ao Supremo Tribunal de Madrid.

Recordemos brevemente os factos.

O julgamento inicial realizou-se a 20 de Dezembro de 1973, no Tribunal especial de Ordem Pública, ano e meio depois da prisão dos réus. O acusador público imputava-lhes a qualidade de membros da Comissão Coordenadora Nacional das Comissões Operárias. Esta acusação carecia de fundamento jurídico e, como demonstraram presos e advogados, baseava-se unicamente nas informações da Polícia, na ausência de qualquer prova. Isto foi confirmado pelos testemunhos de diversas personalidades jurídicas estrangeiras que assistiram ao julgamento como observadores.

Assim, o dr. Kurt Medlener, professor de Direito Penal Espanhol no Instituto Max Planck de Direito Internacional e Direito Comparado de Erlangen, declarou à imprensa em 22 de Janeiro de 1974, naquela cidade, que «não existia nenhuma prova na base da qual os acusados pudessem ser declarados culpados, e que o juiz presidente do Tribunal de Ordem Pública demonstrou em relação a eles uma animosidade tão flagrante que bastaria para o destruir em qualquer país ocidental».

Remsey Clark, ex-secretário de Justiça do Governo dos Estados Unidos, que assistiu também ao julgamento, declarou em 11 de Janeiro do mesmo ano ao jornal «New York Times», que «o julgamento do Governo não apresentou provas nem documentos. Bastou-lhe a acusação da Polícia. E esta não tinha nomes nem rostos, ninguém se apresentou para ser interrogado».

Numa conferência de imprensa dada em 22 de Dezembro de 1973 na embaixada norte-americana, em Madrid, por um numeroso grupo de observadores de sindicatos, juristas estrangeiros e outras entidades, foi declarado: «Regressamos aos nossos países com a determinação de apoiar os presos de Carabanchel, os presos do processo 1001, que nos ensinam de novo a importância da liberdade.»

A falta de provas, já em si grave, não é porém o único elemento demonstrativo da arbitrariedade e da injustificada severidade da sentença. A ela se acrescenta o ambiente de chantagem e violência em que decorreu a apreciação da causa, assim como as instruções do Governo franquista, que sem dúvida exerceram uma grande influência na sentença proferida.

De facto, o julgamento decorreu no dia do atentado que causou a morte do então chefe do governo, almirante Carrero Blanco. A porta do tribunal concentraram-se vários comandos terroristas fascistas, conhecidos pelo nome de «Guerrilheiros de Cristo-Rei», que aos gritos reclamavam o linchamento e o assassinio dos incriminados e que por diversas vezes tentaram entrar na sala em que se realizava o julgamento para levar a cabo os seus propósitos, limitando-se a Polícia a impedir-lhes a entrada.

A brutal intervenção do Governo franquista foi claramente reconhecida pelo então ministro de Educação e da Ciência. Na página 28 de um seu livro intitulado «Impressões de um ministro de Carrero», escrito depois destes acontecimentos, pode ler-se: «... processo 1001 dá continuidade a uma firme acção judicial. Páco Ruiz Jarabo, o ministro da Justiça informou-nos com a sua firmeza de sempre que o processo 1001 agoramente do que nunca chegaria até ao fim».

Foi neste ambiente dramático e de histeria fascista que o tribunal ditou as suas monstruosas condenações:

- 20 anos e um dia de prisão para Marcelino Camacho Abad e Eduard Sabido Galian; 19 anos para Francisco Garcia Salve e Nicolas Sartorius Alvarez; 18 anos para Juan Marcos Muñoz Zapico e Fernando Soto Marti; 12 anos para Francisco Acosta Orge, Luis Fernandez Costilla, Pedro Santibáñez Hurtado e Miguel Angel Zamora Anton.
- São 162 anos de prisão por algo que em todo o mundo civilizado é reconhecido e garantido pela lei: o direito à actividade sindical!

Entre estas condenações há uma que deve ser destacada pelo seu carácter excepcional: Francisco Garcia Salve é um sacerdote católico a quem foi concedido o estranho privilégio de ser o primeiro sacerdote condenado na Europa (e a 19 anos de prisão) por simples actividade sindical.

Porquê este processo e estas monstruosas condenações? A verdadeira razão está no facto de os 10 processados serem conhecidos militantes sindicais que se distinguiram — e alguns deles por isso haviam sido — antes presos — pela valentia e firmeza que puseram na defesa dos interesses dos trabalhadores que os elegem e neles confiam. Estas condenações visavam ainda assegurar um grande golpe no movimento operário, impressionar e atemorizar os trabalhadores, paralisar a sua justa luta e a acção crescente das forças de oposição antifranquista.

Este propósito do regime franquista falhou completamente. Longa de

se atemorizarem, os trabalhadores espanhóis prosseguiram a sua luta corajosa e energica. Uma vaga impressionante de greves estendeu-se por todo o país. Só nos meses de Novembro e Dezembro últimos, um milhão de trabalhadores tomou parte em greves e lutas diversas no País Basco, no Catalunha, na Navarra, na Galiza, nas Astúrias, em Madrid, Sevilha, Valência, e outras zonas e cidades do país. A classe operária demonstrou assim a sua força e a sua vontade de conquistar, a par das reivindicações económicas, a amnistia total para os presos políticos e todas as liberdades democráticas. E com ela é a imensa maioria das forças políticas e sociais do país que o exigem, que reclamam uma mudança em verdade em particular, a exigência de uma amnistia total convertida em verdade plebiscito nacional, ao qual a própria Igreja espanhola dá apoio.

Esta luta da classe operária e dos democratas espanhóis deve ser apoiada por uma vigorosa acção de solidariedade internacional, neste momento expressa na exigência de anulação do processo 1001 e de libertação imediata para Marcelino Camacho e seus companheiros. Cada um deles cumpriu já dois anos e meio de prisão. Conseguir agora a sua libertação, agora que o regime franquista agoniza, é um passo decisivo para o triunfo final dos operários e democratas espanhóis.

Ao presidente do Supremo Tribunal de Madrid chegaram centenas de cartas e telegramas de todo o mundo com esta exigência. A campanha internacional de protesto pode ser uma contribuição decisiva para a libertação imediata de Camacho e dos seus companheiros.

## O povo espanhol desafia a ditadura

O movimento de solidariedade aos patriotas do «processo 1001» atingiu tamanha altitude, obteve uma tão ampla adesão dos trabalhadores espanhóis que acabou por se constituir num factor decisivo do agravamento da crise geral do franquismo. O movimento grevista, que vinha diminuindo de intensidade nas últimas semanas, retomou o impulso anterior e, agora, nas principais zonas industriais voltam a registar-se paralizações do trabalho. Nas Astúrias, as minas de carvão continuam paradas e tem havido choques entre a Polícia e os mineiros.

O Governo franquista intensificou a repressão. Só em Madrid foram presas 35 pessoas que se manifestaram em frente do prédio de Carabanchel. Milhares de universitários, correspondendo em apelo para «um dia de acção estudantil», manifestaram-se também em numerosas cidades. A Polícia recorreu à violência e, em Madrid, Badajoz, Cáceres, Málaga, Valladolid e Sevilha, ocorreram choques entre os estudantes e o aparelho de repressão. O Governo, alarmado, resolveu fechar quatro faculdades da Universidade de Valladolid e a faculdade de Medicina de Sevilha.

As relações entre a ditadura e a Igreja agravaram-se. Na Navarra, 268 padres entregaram ao arcebispo de Pamplona um documento protestando contra as prisões e multas aplicadas a sacerdotes por terem abordado temas políticos nos seus sermões. «Numerosos padres da Navarra — diz-se nessa carta — foram detidos nas últimas semanas pela força pública e interrogados depois nos quartéis da Guarda Civil e nas esquadrões de Polícia. A vários deles foram aplicadas multas, que variam entre 5000 e 600 000 pesetas, num total de 3, 5 milhões de pesetas, por causa das suas homilias, que interpretam, a partir do Evangelho, a situação de conflito que se vive na Navarra.»

O fascismo espanhol mostra-se desorientado e cada vez mais incapaz de enfrentar a situação que transcende a sua capacidade de manobra. A escalada repressiva não encontrou as massas, não conseguiu fazer recuar o movimento popular. Ao clamor das fábricas e das minas junta-se o das universidades e dos meios artísticos. Franco, segundo as notícias noticiosas, seria favorável à proclamação do estado de emergência. Mas a cúpula do regime teme os efeitos da medida e a sua repercussão no estrangeiro. O fascismo espanhol viu-se, porém, forçado a admitir pela palavra do ministro da Informação, Leon Herrera, que enfrenta «um desafio político, de natureza claramente subversiva, dirigido contra o Estado e as suas instituições». Na linguagem do franquismo, isso significa o reconhecimento de que o povo espanhol se mobiliza contra a ditadura.

Para desviar as atenções, Franco envia tropas para Ceuta, numa clara manobra de agressão a Marrocos. Mas essa nova provocação terá também a resposta que merece. Como bem diz um diário marroquino, o franquismo não está apenas a desafiar a opinião mundial: desafia também, sobretudo, o povo espanhol.

## A reacção peruana não passou!

As Forças Armadas peruanas esmagaram na última quinta-feira, uma tentativa contra-revolucionária que tinha por objectivo derrubar o Governo progressista do general Juan Velasco Alvarado. A conspiração, minuciosamente preparada, começou com uma greve de elementos da Guarda Civil que se barricaram no quartel do bairro da Victoria, em Lima. Principaram por pedir aumento de soldo, depois exigiram o «saneamento» de oficiais que não aderiram ao movimento e, finalmente, assumiram uma atitude de aberta rebelião. Simultaneamente, bandos de marginais e de jovens ligados às famílias tradicionais da oligarquia peruana começaram a provocar distúrbios no centro de Lima — cidade de 4 milhões de habitantes — agindo de forma organizada. Cumprindo ordens de indivíduos que se deslocavam em motocicletas, outros grupos iniciaram um saque sistemático a armazéns, supermercados e outros estabelecimentos comerciais. Automóveis de luxo, em marcha atrás, arrobavam as portas, e, a seguir, logo apareciam provocadores que discursavam, convidando o povo a participar no saque. Os edifícios dos diários «Correo» e «Ojo» foram incendiados.

O Governo e as Forças Armadas agiram, porém, com rapidez e energia. Tanques pesados do Exército derrubaram a tiro as portas do quartel de Victoria e, após violento mas breve combate, os amotinados da Guarda Civil foram derrotados e presos. Ante a gravidade da situação, o general Velasco Alvarado proclamou o estado de emergência e forças especiais ocuparam o centro da cidade para pôr termo ao saque, dominar os incêndios que lavravam nas imediações da Praça San Martín, e prender os bandos de contra-revolucionários que pretendiam instalar o caos na capital e no país.

As agências noticiosas ocidentais, particularmente a Reuters-Latin (que na América Latina se acha sob o controlo dos proprietários dos seis principais diários da reacção continental) trataram de espalhar versões falsas dos acontecimentos, deturpando os factos e o seu significado. Algumas afirmaram que o povo de Lima havia aderido à tentativa, pintando um quadro de insurreição popular contra o Governo revolucionário. Na realidade, a Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos e o Partido Comunista Peruano denunciaram desde a primeira hora como uma tentativa golpista da reacção interna e do imperialismo, a «greve» da Guarda Civil e o saque aos estabelecimentos comerciais. Os trabalhadores peruanos manifestaram, de modo inequívoco a sua solidariedade com o Governo e as Forças Armadas. A agência Reuters-Latin foi fechada e dois dos seus representantes expulsos do país. Mas a provocação externa seguiu-se à provocação interna. Nos Estados Unidos, no Brasil, no Chile, e em vários países europeus, órgãos de Informação reacçãoários publicaram fotos do ataque ao quartel de Victoria, assinalando que os tanques eram de fabrico soviético, e entregaram-se às especulações mais absurdas.

«O povo julgará os acontecimentos com severidade — declarou o general Jorge Fernandez Maldonado, ministro das Minas e Energia. — Isto foi trabalho da contra-revolução.» Contrariamente ao que algumas agências noticiosas informaram, a maioria dos mortos e feridos foi vítima de tiros disparados por franco-atiradores ou pelos proprietários dos estabelecimentos saqueados. O diário «Expresso», o mais importante do país, definiu a intenção como «uma tentativa subversiva preparada e sincronizada de tal maneira que envia a direcção das agências de espionagem imperialistas». «La Prensa», também de Lima, salientou que o malogrado golpe visava não só perturbar a paz, como a derrubar o Governo Revolucionário. A Embaixada americana apressou-se a negar o seu envolvimento, mas o próprio embaixador Dean foi, em Dezembro passado, denunciado como o dirigente das actividades da CIA no país, a que se referiu, numa conferência de imprensa, o presidente Velasco Alvarado.

A intenção peruana não foi uma surpresa. De certo surgiu como o desfecho natural de uma série de tentativas mortais pela reacção e pelo imperialismo para derrubar o actual regime. Em Maio de 1974, as forças contra-revolucionárias utilizaram o então ministro da Marinha, almirante Vargas Caballero, para um desafio frontal ao processo revolucionário. Foi quando, assim como outros oficiais que o apoiavam. Em Agosto, quando o Governo socialista os jornais diários, transferindo a sua propriedade para as comunidades de trabalhadores, assistiu-se a uma tentativa contra-revolucionária. A reacção mobilizou-se, provocou distúrbios, destruiu montras e estabelecimentos, e quisimo os jornais do povo a ruínas e praças do elegante bairro de Miraflores. A chamada grande imprensa europeia e americana logo se solidarizou com a provocação, noticiando que as massas populares peruanas, revoltadas protestavam contra o fim da liberdade de expressão.

Agora o instrumento da contra-revolução foram as forças militares da Guarda Civil, repetidamente responsabilizadas por um comportamento reacçãoário. Mas, novamente, a reacção foi derrotada e com ela o imperialismo. A Revolução Peruana abrem-se por possibilidades de avanços decisivos. Mas a vitória final será difícil, por que o imperialismo americano tudo fará para impedir o povo do Peru de construir, sem interferências estranhas, um futuro de liberdade, paz e progresso.

## Vitória dos mineiros bolivianos

O general Hugo Banzer, ditador da Bolívia, é um homem que gosta de falar muito para deturpar sempre a verdade. Segundo ele, reina completa calma no país e o povo continua a apoiar o Governo. Ora, a verdade é que o povo boliviano vem combatendo o actual regime fascista desde a sua implantação em 21 de Agosto de 1971.

E o ano começou mal para Banzer e a sua camarilha. Após duas semanas de greve, os mineiros forçaram o Governo a recuar, infringindo-lhe uma derrota política. O Exército teve de se retirar das minas e as reivindicações dos mineiros foram parcialmente atendidas.

O conflito inseriu-se na crise geral do regime boliviano, uma das ditaduras mais sanguinárias da América Latina. Para desviar a atenção dos problemas fundamentais do país, Banzer vem inventando uma série de conspirações, acusando ora as forças populares e progressistas ora os próprios partidos conservadores que ele próprio afastou do Governo. A última farsa foi a prisão do ex-presidente Hernán Siles Suazo que, posteriormente, foi deportado. Seguiu-se uma vaga de repressão que atingiu as minas de Siglo XXV e Catavi, situadas a 4000 metros de altitude, num dos quadros mais desolados do planeta. Banzer enviou tropas para a região mineira e encerrou quatro estações de rádio que funcionavam ali. Com esse gesto fez um novo adversário: a Igreja, pois uma das rádios pertence ao episcopado boliviano.

Os mineiros responderam com uma greve de quatro dias, que só terminou ao fim de 14. Exigiram a retirada do Exército, aumentos salariais, a libertação dos presos políticos, o restabelecimento das liberdades e direitos básicos e a legalização da Central Obrera Boliviana, que, aliás, nunca deixou de funcionar na clandestinidade.

Banzer acabou por capitular. A unidade, a organização e o espírito de luta da classe operária boliviana — cujas tradições de heroísmo lhe conferem um lugar especial no coração de todos os trabalhadores do continente — foram mais fortes do que o poder repressivo da ditadura. O Governo retirou as tropas, abriu negociações para discutir os aumentos salariais e comprometeu-se a reabrir as rádios. O regime saiu enfraquecido da crise. Nas próprias Forças Armadas, os sintomas de um descontentamento cada vez maior são diários. Apesar das depurações e deportações constantes, a divisão no Exército aprofundou-se. Recentemente, quando mandou prender o comandante Escobar, Banzer sofreu uma derrota desmoralizadora. Os camaradas de armas daquele oficial — que se destaca como a figura de maior prestígio entre os jovens militares nacionalistas — retiraram-no da prisão e levaram-no para um quartel, onde, embora formalmente detido, desenvolva, na prática, uma actividade de doutrinação revolucionária.

## Quem investiga o passado dos elementos que investigam as actividades da CIA?

As revelações sobre os últimos escândalos da CIA provocaram tamanha indignação entre o povo norte-americano que o presidente Gerald Ford tomou a decisão de nomear uma comissão de alto nível para investigar as actividades da famosa Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos.

Tudo indica, porém, que o relatório final do inquérito em curso não esclarecerá coisa alguma a respeito da CIA. A própria Imprensa americana manifestou já o seu ceticismo a respeito das prováveis conclusões. Dois órgãos tão moderados nas críticas de base ao sistema como são o «New York Times» e o «Washington Post» exprimiram sem rodeios as suas dúvidas sobre a idoneidade das personalidades designadas para investigar as actividades da CIA. Ambos contestam as afirmações da Casa Branca, de que esses senhores são «cidadãos respeitáveis, sem qualquer vinculação com a CIA».

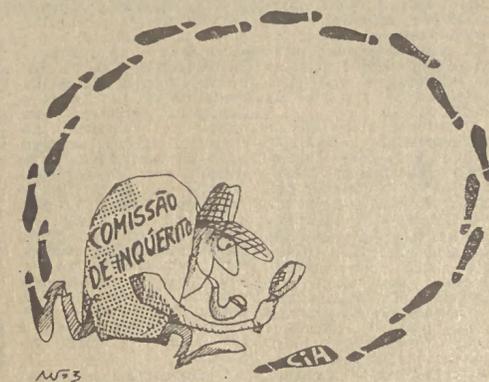
Não é necessária uma pesquisa aprofundada para dar razão às objecções levantadas pelo «New York Times» e pelo «Washington Post». O presidente da comissão é o próprio vice-presidente da República, Nelson Rockefeller. Ora, o conhecido multimilionário colaborou durante o Governo de Eisenhower com o conselho consultivo sobre espionagem no estrangeiro e promoveu reuniões para elaboração de táticas e estratégias da guerra fria.

A folha dos membros da comissão não é mais limpa. Lyman Lemnitzer, general reformado, foi o presidente da Comissão da Casa Branca em 1961, quando a CIA organizou o ataque de mercenários contra Cuba. Conhecia em pormenor todos os relatórios secretos preparados pela CIA.

Douglas Dillon, ex-subsecretário de Estado e ex-secretário do Tesouro, presidiu às reuniões secretas do Conselho para as relações exteriores, que discutia todas as operações secretas da CIA. A revista «Foreign Affairs» publicou há três anos a acta de uma dessas reuniões durante a qual Dillon demonstrou ser um verdadeiro especialista no tocante às actividades da CIA nas embaixadas americanas.

Edwin Grisold, procurador-geral de 1967 a 1972, desempenhou um papel de primeiro plano quando o Governo processou o «New York Times» e o «Washington Post» pela publicação dos documentos secretos do Pentágono, ricos em pormenores sobre o papel da CIA no Vietnam.

Joseph Lane, Kirkland foi secretário-tesoureiro da AFL-CIO na época em que essa central sindical utilizava fundos fornecidos pela CIA para corromper sindicatos no estrangeiro e financiava inclinatvas



divisionistas no seio do movimento operário norte-americano. Ronald Reagan, ex-governador da Califórnia, foi sempre um admirador incondicional da CIA e é um dos mais conhecidos líderes da extrema-direita americana. Durante o seu Governo, a Califórnia foi o paraíso dos agentes da CIA.

Edgar Shannon, o menos comprometido, era unha com carne com o actual secretário de Defesa, James Schlesinger, que exerce funções directivas na CIA durante o Governo de Nixon.

Os factos demonstram que não há um só dos «cidadãos respeitáveis» designados pelo presidente Ford para investigar as actividades da CIA que não tenha vinculos com a organização. Sabem, há muito, tudo a respeito da CIA. Quem investigará — perguntamos — as actividades dos membros da comissão de alto nível?

**REVISTA INTERNACIONAL**

**PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO**

17 4 1974

O Partido Marxista-Leninista de Ho Chi Minh  
Epoca  
A Aliança do Sistema Socialista Mundial e o Movimento de Libertação Nacional  
Batalhões do Socialismo  
Aspectos Ideológicos do Diálogo com os Opressos  
1975. Ano Internacional da Mulher  
Social-Democracia e a Classe

# A CLASSE OPERÁRIA CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA

## OS TRABALHADORES DA CELTEJO EM LUTA TRABALHADORES DA ALGOT: LUTA VITORIOSA PELO SANEAMENTO

Na sequência de um processo reivindicativo desencadeado em Maio de 74 os trabalhadores da Celulose do Tejo — Vila Velha de Ródão — face à posição assumida pela administração da empresa, decidiram, em Assembleia Geral de Trabalhadores realizada no passado dia 3, decretar greve total e ocupar as instalações da empresa.

Esta decisão não é de forma alguma fruto de reivindicações meramente salariais, ainda que justificáveis. Na realidade, as razões que presidiram à tomada de posição dos trabalhadores da Celtejo derivam do facto de a administração da empresa se recusar a aceitar os seguintes pontos que os trabalhadores consideram fundamentais:

— Que a administração elabore e ponha em prática, no prazo de trinta dias, um programa de manutenção da fábrica — que devia ter sido executado em Outubro passado — a fim de que não fique comprometida a produção num futuro próximo;

— Que a administração crie condições para armazenar, em segurança, mais de 4000 toneladas de pasta que estão deficientemente armazenadas;

— Que a administração processe os vencimentos de acordo com uma sua proposta, embora a mesma não dê cumprimento ao acordo que em devido tempo firmou com os trabalhadores;

— Que seja dado cumprimento às leis de trabalho em vigor;

— Que sejam anuladas as represálias que depois do 25 de Abril foram exercidas sobre os trabalhadores.

Conscientes de que a sua luta é a luta de todo o povo português contra a sabotagem desencadeada pelo grande capital, que desesperadamente procura arruinar a economia nacional, os trabalhadores da Celtejo, fazendo da unidade a sua arma de combate, juntam-se à vanguarda revolucionária das massas trabalhadoras que decididamente entraram na batalha contra o capital monopolista e latifundista.

No início do processo, em 21-5-74 — declarou ao «Avante!» a Comissão de Trabalhadores —, a administração quis passar por compreensiva, pois, ao ter conhecimento que um grupo de trabalhadores se reunia fora da empresa para elaborar um caderno reivindicativo, um dos administradores reuniu todos os chefes de serviço e encarregados da unidade fabril e, depois de lamentar que o primeiro movimento reivindicativo tivesse acontecido no exterior da fábrica, afirmou que concordava que os trabalhadores apresentassem as suas reivindicações.

Assim, ao mesmo tempo que sugeria que as reuniões fossem feitas na fábrica, o referido administrador apontou a necessidade de se proceder à escolha de uma comissão representativa da classe trabalhadora.

Contudo, a inicial «compreensão» administrativa parece ter ficado bastante abalada quando a comissão eleita — de que não faziam parte alguns elementos mais afectos à administração — apresentou o caderno reivindicativo, discutido e aprovado em assembleia geral dos trabalhadores, fixando um prazo para a resposta.

A única que a administração encontrou foi declarar não reconhecer a Comissão, a qual — segundo afirmou — teria sido eleita por uma «minoria actuante».

A reacção dos trabalhadores foi imediata: entrariam em greve se não obtivessem resposta às reivindicações.

Não obstante, o mutismo da administração manteve-se inalterável e às 15 horas do dia 5-6-74 os trabalhadores, após terem paralisado todo o sistema fabril, abandonaram os seus postos, concentrando-se em seguida, cívica e pacificamente, junto ao edifício onde funcionam os escritórios e onde estão instalados os gabinetes da administração.

A posterior intervenção de dois representantes do Ministério do Trabalho — chamados pela entidade patronal — poderá testemunhar a permanente negatividade da mesma para a resolução do litígio.

A hipótese — apresentada pela administração — de uma nova eleição «por escrutínio secreto», para escolha da Comissão de Trabalhadores, se bem que inicialmente mal aceite pelos trabalhadores (pois, a sua comissão havia sido democraticamente eleita), acabou por ter a concordância de todos, talvez devido à urgência e ao desejo de resolver o conflito.

### Situação de «impasse»

A nova eleição em nada alterou a situação existente. A administração continuou a recusar-se ao diálogo, alegando «cansaço e que... não falavam com gente dessa».

forço da sua unidade, conjugando todos os esforços na luta comum pela defesa dos seus interesses.

Da Comissão de Trabalhadores fazem parte comunistas socialistas, homens sem

e a maquinaria não está em condições. Querem aproveitar as condições para depois as deixarem estoriar? E as toneladas de pasta que se encontram ao ar livre, sujeitas às intempéries?

Dois, abandonando a empresa e os trabalhadores? Quantas perguntas faz a si próprio este operário, todos os operários, afinal? Que resposta esperam?

Desajam a intervenção do

Estado, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Como garantia de emprego, a convenção estipula que nenhuma entidade patronal pode contratar qualquer rancho ou trabalhador agrícola fora da área deste concelho sem haver total emprego neste e sem o comunicar antecipadamente ao Sindicato com um prazo nunca inferior a dez dias.

A convenção, homologada por uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, mantém-se em vigor até 30 de Setembro do ano corrente. As remunerações, que vigoram a partir de 1 de Maio, incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Como garantia de emprego, a convenção estipula que nenhuma entidade patronal pode contratar qualquer rancho ou trabalhador agrícola fora da área deste concelho sem haver total emprego neste e sem o comunicar antecipadamente ao Sindicato com um prazo nunca inferior a dez dias.

A convenção, homologada por uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, mantém-se em vigor até 30 de Setembro do ano corrente. As remunerações, que vigoram a partir de 1 de Maio, incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Como garantia de emprego, a convenção estipula que nenhuma entidade patronal pode contratar qualquer rancho ou trabalhador agrícola fora da área deste concelho sem haver total emprego neste e sem o comunicar antecipadamente ao Sindicato com um prazo nunca inferior a dez dias.

A convenção, homologada por uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, mantém-se em vigor até 30 de Setembro do ano corrente. As remunerações, que vigoram a partir de 1 de Maio, incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Como garantia de emprego, a convenção estipula que nenhuma entidade patronal pode contratar qualquer rancho ou trabalhador agrícola fora da área deste concelho sem haver total emprego neste e sem o comunicar antecipadamente ao Sindicato com um prazo nunca inferior a dez dias.

A convenção, homologada por uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, mantém-se em vigor até 30 de Setembro do ano corrente. As remunerações, que vigoram a partir de 1 de Maio, incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Como garantia de emprego, a convenção estipula que nenhuma entidade patronal pode contratar qualquer rancho ou trabalhador agrícola fora da área deste concelho sem haver total emprego neste e sem o comunicar antecipadamente ao Sindicato com um prazo nunca inferior a dez dias.

A convenção, homologada por uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, mantém-se em vigor até 30 de Setembro do ano corrente. As remunerações, que vigoram a partir de 1 de Maio, incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Como garantia de emprego, a convenção estipula que nenhuma entidade patronal pode contratar qualquer rancho ou trabalhador agrícola fora da área deste concelho sem haver total emprego neste e sem o comunicar antecipadamente ao Sindicato com um prazo nunca inferior a dez dias.

A convenção, homologada por uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, mantém-se em vigor até 30 de Setembro do ano corrente. As remunerações, que vigoram a partir de 1 de Maio, incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

A adesão dos elementos do Corpo Técnico e dos Regentes Agrícolas à causa dos trabalhadores da Celtejo constitui, sem dúvida, uma importante vitória das massas trabalhadoras e um importante passo para o reforço da unidade, condição fundamental para a vitória sobre o patronato.

### A consciência operária

Recusamo-nos a trabalhar nas actuais condições — afirma um trabalhador. E explica: — Estamos sujeitos a que as máquinas vão «pelos ares» em qualquer altura. Algumas delas já estão fora do prazo de garantia sem nunca terem sido revistas. Não temos condições de segurança, trabalhamos com ácidos corrosivos, vapores intoxicantes.

Que pretende a administração da empresa?

O ritmo de produção aumentou depois do 25 de Abril

entre outras regalias, proíbe os despedimentos sem justa causa e fixa uma tabela salarial que oscila entre os 3300\$ e os 6300\$00 de ordenado mensal para um conjunto de 17 profissões e categorias profissionais.

A convenção estabelece, para cada ano civil e sem prejuízo da remuneração normal, férias pagas para os trabalhadores efectivos de 12, 18 e 26 dias úteis, conforme tenham até 5, entre 5 e 10 e mais de 10 anos de serviço. Pelo Natal, os trabalhadores com mais de um ano de serviço terão direito a receber o 14.º mês.

Como garantia de emprego, a convenção estipula que nenhuma entidade patronal pode contratar qualquer rancho ou trabalhador agrícola fora da área deste concelho sem haver total emprego neste e sem o comunicar antecipadamente ao Sindicato com um prazo nunca inferior a dez dias.

A convenção, homologada por uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, mantém-se em vigor até 30 de Setembro do ano corrente. As remunerações, que vigoram a partir de 1 de Maio, incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Estados, que se faça justiça, que acabe a exploração do homem pelo homem. Querem trabalhar para o país novo que construímos, participar na reconstrução nacional.

Lutam contra os interesses do grande capital, como o fazem as classes trabalhadoras de Norte a Sul do País.

Estão decididos a permanecer na luta até a vitória final.

partido, que soberaram deixar «à porta» da empresa as divergências partidárias e agir como trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas e são vítimas dos mesmos exploradores.

O exemplo mais significativo do esforço realizado para atingir a maior unidade possível, está bem patente nas diligências feitas pela Comissão de Trabalhadores a fim de conseguir que os elementos do Corpo Técnico e os Regentes Agrícolas definissem uma posição face à luta dos trabalhadores.

O processo de luta desencadeado na Celtejo, como o processo revolucionário que se vive no nosso país, não aceita de forma alguma quem prefere colocar-se em posições cómodas. Quem não está com os trabalhadores, está contra os trabalhadores.

A hora é de luta. Ninguém tem o direito de se manter passivo quando está em causa o futuro de cerca de 500 trabalhadores, de largas dezenas de pequenos madeireiros e, em última análise, de um importante sector da economia nacional.

«Avante!»

Biblioteca

Ano 44—Série VII—N.º 41  
13 de Fevereiro de 1975

SUPLEMENTO

CENTROS

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço



# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Semanário \* Propriedade da Editorial «Avante!» \* Red./Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 \* Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. \* Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»



# a vitória

# é difícil

# mas é nossa!



Tipografia clandestina — Gravura de José Dias Coelho publicada no «Avante!» clandestino

# Quarenta e quatro anos de luta ao serviço da classe operária e do povo

Há 44 anos a voz do Partido...

Bem o Partido tem mais vozes, muitas vozes: a tua, a nossa, a dos milhares de homens, mulheres e jovens — comunistas das mais diversas condições sociais — que propagam no seio das massas as consignas do seu Partido, apontam o caminho revolucionário e abrem aos trabalhadores e ao povo horizontes novos para a construção de um Portugal livre, independente e democrático.

Mes o «Avante!», velho-jovem de 44 anos, é uma voz de um timbre especial — o timbre de classe do proletariado. Quando tu olhas essas pequenas e singelas quatro páginas impressas a duas colunas nesse longínquo Fevereiro de 1931, vês pronunciar-se aí toda uma intenção política, uma linha de rumo que aponta ao socialismo e ao comunismo, objectivos supremos do Partido.

É a verdadeira voz de um partido proletário que a si própria se dá a justificação de ser e nos diz nesse número primeiro do «Avante!»:

«Um órgão na imprensa se nos tornava indispensável para denunciar ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente. Esse órgão será o «Avante!», que surge da sombra da clandestinidade mas iluminará o caminho que o proletariado português deverá seguir para alcançar o poder político e económico do País, para alcançar a sua emancipação.»

Centenas de vezes ainda, até ao 25 de Abril, o «Avante!» surgiria da clandestinidade para guiar a classe operária e o povo no seu combate contra o fascismo opressor — voz do Partido que iria ser ainda durante mais quatro décadas o alvo predilecto do ódio de classe da burguesia, o que iria suportar por longos anos com o maior heroísmo os golpes mais terríveis da repressão fascista.

E apesar disso resistir e resistir! Alargar sempre e sempre o combate; esclarecer e organizar as massas populares; mobilizá-las por pão e trabalho, paz e cultura; construir pedra a pedra e defender como a menina dos olhos uma verdadeira organização nacional enraizada nas fábricas e nos campos, pulsando lá onde o povo trabalhador labuta, vive e sofre. Tornar-se, enfim, arrostando a ofensiva demolidora do inimigo da classe, no grande partido revolucionário implantado na classe operária e no povo, a verdadeira força e influência o 25 de Abril viria mostrar à clareza da luz do dia.

Nesse distante 1931, data da aparição do «Avante!», a crise maior do sistema capitalista mundial batia em pleno: armazéns peçados de mercadorias invendáveis pela única razão do baixo poder de compra dos salários; a queda brusca dos preços e uma extrema penúria de meios de pagamento; a bancarrota nas principais bolsas de valores, instituições todo-poderosas do sistema capitalista, e falências em massa; a destruição criminosa de milhões de toneladas de víveres e milhões de bocas famintas; a queda brutal da produção e o flagelo do desemprego forçado para milhões de trabalhadores. E a apontar já no horizonte a cruz gêmea do nazismo.

Neste pano de fundo cósmico nasceu o «Avante!». Em Portugal, a ditadura fascista sob o comando de Salazar, empenha-se em liquidar um a um os focos de resistência dos republicanos de 1910, uma resistência sem o nervo revolucionário, tarefa que o regime fascista levaria ao fim pouco depois com a derrota do golpe de 26 de Agosto de 1931 e a renúncia dos revoltosos da Madeira.

Só mais tarde, com a fascistização dos sindicatos em 1933 e o brutal esmagamento da tentativa de greve insurreccional em 18 de Janeiro de

1934, o poder fascista levaria a cabo o último assalto contra o movimento legal organizado da classe operária.

Restava ao proletariado revolucionário o único recurso às formas ilegais já existentes e o seu reforço. O Partido Comunista jamais se resignou a aceitar o colete de forças da legalidade fascista.

Remetido à mais severa clandestinidade, perseguido ferozmente pelos esbirros fascistas, o PCP manteve acesa a chama da resistência popular durante a longa noite do fascismo em Portugal, acendeu no coração de milhões de portugueses o clarão da esperança em melhores dias.

O «Avante!» foi voz e luz nas trevas do fascismo. O pequeno órgão impresso em condições tão difíceis esteve desde o seu início no centro da resistência da classe operária e do povo contra a reacção fascista. Vencendo os terríveis escolhos erguidos pela repressão salazarista-caetanista a luz do «Avante!», farol do Partido, «iluminou o caminho do proletariado português», como profeticamente escreveram os seus primeiros redactores.

Recordá-lo hoje, no seu 44.º aniversário, o primeiro que passa desde que o MFA com a estreita aliança das massas populares quebrou as algemas do fascismo no nosso país, é folhear páginas das mais gloriosas da história e da luta do nosso povo.

O «Avante!» foi escrito, impresso, distribuído por homens, mulheres e jovens inteiramente devotados à causa da classe operária e ao seu Partido.

Olhasse para essas pequenas folhas de papel subtil, por vezes de cores bizarras, impressas a tipo miúdo — hoje objecto da procura dos coleccionadores de raridades — e representa-se toda a extraordinária abnegação e estoicismo revolucionários de quantos anónimos obreiros as fizeram surgir à luz do dia.

Muitos deram-lhe o melhor da sua vida, alguns mesmo a própria vida. Vários já perderam o anonimato e são heróis conhecidos da nossa luta popular. José Moreira, Maria Machado, Joaquim Rafael são nomes inscritos a fogo no património histórico do «Avante!».

José Moreira, o responsável do aparelho técnico e de distribuição do «Avante!», torturado até à morte pelos assassinos da PIDE por se recusar a trair o seu Partido e a entregar-lhes as tipografias do seu órgão central;

Maria Machado, a heróica professora primária açoriana que viria a morrer em consequência das duras condições prisionais, essa mulher valente que cobriu a fuga dos outros tipógrafos e destruiu tudo o que pôde até ao assalto final da tipografia pelos esbirros policiais e que, conduzida entre eles para o carro celular, vai explicando aos homens e mulheres do povo, que assistem comovidos à sua prisão, a existência e o significado do «Avante!».

Joaquim Rafael, uma vida de inteira abnegação dedicada à imprensa clandestina do Partido; quatro anos a distribuí-la e depois 25 nas tipografias, suportando os sacrifícios mais duros e cuja vida se extinguiria devorada pelas rudes limitações a que o obrigava a sua tarefa.

Ainda José Gregório que com Pires Jorge e outros camaradas arranca das mãos oportunistas de falsos dirigentes do Partido o prelo do «Avante!», fabrica nele os primeiros números da reorganização de 1941/42 e deixa depois a tipografia para um trabalho dirigente que o levaria em breve ao Secretariado do CC.

Outros obreiros do «Avante!» estão vivos e dando ao seu Partido e ao seu povo o melhor do seu esforço: Ivo, várias vezes esguirado à justa das mãos da polícia fascista, Valdez, Sofia, Paulina, Casimira, Leontina, Manuel Rodrigues, Catarina, Mariana e tantos outros que nas mãos da

policia ou nas duras condições da clandestinidade souberam defender o «Avante!» e assegurar a sua execução e difusão.

Quando ditamos com justificado orgulho que desde 1941/42 jamais a policia fascista havia conseguido impedir a publicação regular do nosso órgão central devemos-lo, não só à justa estratégia de luta clandestina da Direcção do Partido como ao trabalho silencioso, abnegado e heróico de todo esse conjunto de camaradas a quem tal êxito é devido.

O «Avante!» é o repositório mais fiel das lutas e experiências revolucionárias da classe operária e do povo do nosso País. Organizador, agitador e mobilizador de massas, tem procurado corresponder às características de um órgão do partido revolucionário definidas por Lenine.

Não se pode também conhecer e estudar a história de Portugal e a luta do seu povo nos últimos 50 anos sem consultar e estudar o «Avante!».

Durante o reinado fascista de 48 anos os esbirros e censores do regime não só provocaram um hiato na produção e na investigação dos nossos historiadores e estudiosos como deformaram deliberadamente factos e acontecimentos históricos relevantes da vida do País.

Só o «Avante!», livre do lápis azul da censura fascista, pôde tornar-se o espelho fiel da vida e da luta do povo português durante as mais de quatro décadas da sua existência e contribuir decisivamente, como voz do PCP, para equacionar os problemas nacionais mais agudos. E para reflectir também a vida e a luta dos outros povos.

Educação internacionalista sempre no nosso órgão central o nosso povo encontrou a verdade, oposta à campanha de desinformação da imprensa reacção, sobre a edificação do socialismo e as experiências dos seus construtores na União Soviética e nos outros países socialistas.

A denúncia do colonialismo português e dos seus crimes, a guerra colonial e a luta heróica e plena de sacrifícios dos povos coloniais foram temas quase constantes nas colunas do «Avante!».

O último número clandestino do nosso órgão central é um anunciador do 25 de Abril que viria libertar o nosso povo das algemas do fascismo.

A publicação do primeiro número legal do «Avante!» e o seu acolhimento pelos trabalhadores e o povo de Portugal são dos acontecimentos mais significativos da nova situação instaurada no País pelos heróicos militares do MFA.

Na legalidade agora, como antes na clandestinidade, o «Avante!» está ao serviço da causa da classe operária e de todo o povo trabalhador, empenhado na defesa e consolidação das conquistas democráticas durante estes 10 meses do nosso processo revolucionário.

Com um exacto sentido das responsabilidades, como órgão central do PCP, continuaremos a lutar intransigentemente pela realização dos anseios mais profundos do nosso povo.

Neste 44.º aniversário saudamos todos os portugueses — operários, camponeses, militares, intelectuais, mulheres e jovens estudantes e trabalhadores — que se estão lançando com entusiasmo à tarefa de construir um Portugal livre, independente e democrático, um Portugal que não queremos estagnado e que seguirá a avançar para novos e brilhantes destinos.

Os reacçãoários de todos os matizes terão sempre pela frente o azorrague desta voz de timbre especial do PCP — os trabalhadores, todos os explorados e oprimidos da nossa terra, todos os que querem edificar um Portugal progressista e pacífico terço no «Avante!» o instrumento para as transformações revolucionárias que coloquem o nosso País entre a vanguarda dos povos que estão arrancando da face da terra a exploração e a opressão sob todas as suas formas.

# NÃO OS ESQUECEREMOS!

Os sucessos ligados à criação, manutenção e desenvolvimento dum amplo trabalho de agitação e propaganda de massas durante meio século dum regime de terror fascista só puderam ser, indiscutivelmente, obra dum Partido forte e estruturado, profundamente enraizado na classe operária e nas massas trabalhadoras como o foi, e é, o Partido Comunista Português. Mas, esses sucessos, foram também, o fruto da abnegação sem limites de muitos homens e mulheres simples, dedicados e modestos que ao seu povo deram a vida. De Bento Gonçalves, criador do «Avante!» — morto no campo de concentração do Tarrafal; de José Gregório, membro do Secretariado, que imprimiu os primeiros números do «Avante!» da série que terminou em Abril de 1974; de José Moreira, assassina- do pela PIDE por se recusar a indicar a localização da tipografia do «Avante!», de Maria Machado, que sacrificou a liberdade defen- dendo uma tipografia clandestina.

Ao assinalarmos o 44.º aniversário do «Avante!» num Portu- gal libertado do fascismo, os nossos pensamentos, a nossa imensa gratidão vão para esses homens e mulheres a cujos esforços, sacri- fícios e heroísmo devemos em grande parte este nosso «Avante!» legal que hoje orgulhosamente erguem nas suas mãos por todo o país dezenas de milhares de trabalhadores, camponeses, jovens, es- tudantes, mulheres, soldados.

## «Uma tipografia clandestina é o coração da luta popular; um corpo sem coração não pode viver»

Isto, costumava dizer José Moreira. Um comunista que preferiu morrer a entregar às mãos criminosas da PIDE o «coração da luta popular» — a tipografia clandestina do «Avante!».

Passou-se a 23 de Janeiro de 1950. Há 25 anos. Podia ter- se passado até 25 de Abril de 1974. Até essa data o fascismo continuava a torturar e a assassinar os comunistas. Até essa data os comunistas continuavam resistindo, preferindo morrer às tortu- ras a trair o seu Partido, a trair o seu povo.

José Moreira (Lino), operário vidreiro de Marinha Grande, militante activo e abnegado desde longa data, era funcionário do Partido Comunista Português desde 1945, ano em que passou à clandestinidade com sua mulher. O seu melhor esforço e energias dedicou-as ao aparelho técnico do Partido, mantendo-o, desenvol- vendo-o e defendendo-o com toda a dedicação. Esta dedicação le- vou-o a dar-lhe a própria vida.

José Moreira foi preso, com a sua companheira, na madru- gada de 22 de Janeiro, em Vila do Paço (Torres Novas), por uma brigada da PIDE que lhe assaltou a casa pelos métodos ter- roristas habituais. Dois dias depois, o seu corpo, horrivelmente mas-



José Moreira (desenho de José Dias Coelho publicado no «Avante!» clandestino)

sacrado, deu entrada na morgue sob o pretexto de queda de uma janela. Depois dos habituais «enfocamentos» utilizava-se agora a «queda», para variar de estribilho. A verdade é que José Moreira foi selvaticamente espancado até à morte e o seu cadáver atirado pela janela, numa encenação montada pela PIDE, a fim de fazer crer que se tratava de um suicídio.

A fúria bestial da PIDE contra José Moreira teve a sua ex- plicação. A PIDE sabia que José Moreira lhe poderia dar indi- cações seguras de como chegar à tipografia clandestina do «Avante!». Sabia que uma palavra dele seria a sua vitória. Só não sabia a ténpera do comunista José Moreira. E, enraivecida por nada con- seguir arrancar-lhe, espancou-o até à morte.

Para que o «Avante!» continuasse a ser o guia e a voz dos



José Gregório

trabalhadores e do nosso Povo e para q eupudesse hoje sair à luz do dia, há 25 anos José Moreira sacrificou a vida. Mas dando a vida, José Moreira deu-nos muito mais: o seu exemplo magni- fico de amor ao Partido e ao Povo, o seu exemplo de dignidade humana.

## José Gregório — outro nome que ficou na história do «Avante!»

José Gregório pertenceu ao número dos homens que possuem a «extraordinária» virtude que é a dedicação ilimitada ao nosso Povo e à nossa Pátria, que são «o orgulho do Partido e do Povo», como disse o nosso camarada Alvaro Cunhal perante o tribunal fascista que o condenou.

José Gregório, foi outro dos obreiros do «Avante!». Em 1941, ano que marcou uma nova fase da vida do nosso Partido — proce- deu-se então à reorganização — José Gregório foi incumbido da montagem da tipografia do «Avante!». Recentemente, ao comor- tar a histórica jornada dos trabalhadores portugueses — o 18 de Janeiro — na Marinha Grande, os trabalhadores e o povo prestaram ho- menagem a José Gregório. A sua biografia foi então amplamente divulgada. Recentemente, o nosso camarada Joaquim Gomes, mem- bro do Secretariado, redigiu para um folheto, há pouco editado, com um dos mais significativos trabalhos de José Gregório, («Sob- re a Associação e o Movimento do Operariado Vidreiros»), as se- guintes notas biográficas:

«José Gregório começou a sentir na própria carne a dureza da vida quando era ainda criança. Filho de operários nasceu na Marinha Grande em 19 de Março de 1908 e começou a trabalhar na fábrica com cerca de 6 anos.

A dureza do trabalho e a exploração patronal cedo lhe deram a consciência de que só pela luta a classe operária podia conquis- tar uma vida digna e liberta da opressão.

Aos 14 anos já José Gregório encabeçava uma greve de jo- vens operários da Companhia Industrial Portuguesa. Na grande cri- se económica de 1929-33, trabalhando na construção de estradas no pinhal de Leiria, dirigiu com o camarada António Guerra uma greve ai desencadeada. Mais tarde organizou a greve de 200 ope- rários da fábrica dos Roldões, que viria a prolongar-se por 9 meses. Teve também papel importante nas lutas da classe operária vidrei-

ra que se alargaram a todas as empresas do vidro do País, no pe- ríodo de 1931-34.

José Gregório, como responsável do Partido, dirigiu na Ma- rinha Grande, com outros camaradas, a greve política de 18 de Janeiro de 1934, que ficou como um marco da luta do proleta- riado português contra a opressão e pela liberdade.

Após esta grande jornada, José Gregório, por decisão do Partido, em cujas fileiras ingressara em 1933, foi para Espanha onde foi preso. Uma vez libertado seguiu para a União Soviética onde participou num curso político. Em 1938 regressou ao País. Preso nesse mesmo ano foi barbaramente torturado pela PIDE. Selvati- camente espancado durante dias consecutivos, José Gregório re- cusou sempre dizer fosse o que fosse.

Em 1940, foi libertado e logo voltou a ocupar o seu lugar nas fileiras do Partido. Lutando então já na clandestinidade foi incumbido da montagem dum tipografia do «Avante!». Participou activamente na reorganização do Partido.

Pelo seu esforço e dedicação à luta, em 1943 foi chamado a realizar tarefas da maior responsabilidade dentro do Partido. Por essa altura fez parte do Secretariado com os camaradas Alvaro Cunhal e Manuel Guedes. A esta tarefa, como a todas que o Partido lhe distribuía, deu sempre o melhor do seu esforço e capa- cidade.

Participou também activamente nos III, IV e V Congressos do Partido.

A vida de trabalho duro, os anos de luta e de cadeia, os muitos anos de clandestinidade com todas as suas consequências, o regime de terror e repressão como o que então se vivia, encur- taram os seus anos de vida.

Em Praga, onde viveu os últimos anos, veio a morrer em Maio de 1961.

José Gregório, pelas suas qualidades excepcionais de dirigente operário, pela sua bondade e modestia, forjou com os camaradas que o conheceram e com ele trabalharam verdadeiros laços de ami- zade e camaradagem que perduram ao longo dos anos.

José Gregório foi um digno filho da classe operária portu- guesa. Que o seu exemplo de abnegação e fidelidade à causa do proletariado seja seguido por todos os militantes do Partido.»

## Maria Machado — um sacrifício que não foi inútil

«Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipogra- fia não precisava de ser clandestina. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!». O «Avante!» defende os intere- ses do povo trabalhador de Portugal.»

Assim falou Maria Machado ao povo do Barqueiro quando a PIDE assaltou a tipografia clandestina do «Avante!» em que ela se encontrava.

Quem foi Maria Machado, outro nome ligado ao «Avante!» e que nos acode rápido ao pensamento ao evocarmos a história do órgão central do nosso Partido?

Professora primária, foi afastada do ensino pelo salazarismo quando dirigia uma escola para os filhos dos ferroviários em Cam- polide. Presa pela primeira vez em 1936, na Liga Esperantista Ocidental, viu a Polícia encerrar a sede daquele agrupamento po- pular e maltratar as crianças que ela leccionava gratuitamente. Acusada de comunista, fez da sua defesa uma acusação cerrada ao regime fascista, desmascarando a Polícia e a criminoso ajuda- então prestada por Salazar a Franco. Libertada depois de longos meses e novamente perseguida pela Polícia, Maria Machado en- controu a ajuda dos proletários de Lisboa que lhe deram guarida nos seus lares e a defenderam das garras do inimigo.

Obreira do «Avante!» durante mais de 4 anos e presa em 1945 em tipografia clandestina onde ele era feito, em Barqueiro (Alvaiázere), Maria Machado sacrificou-se abnegadamente para que os dois restantes camaradas da tipografia pudessem evadir-se da casa cercada pela GNR. O «Avante!» de Dezembro de 1945, com o título: «A tipografia do «Avante!» caiu — conduta heroica da «camarada Maria Machado», relativa, assim, esse acontecimento: «Depois de um trabalho regular durante 4 anos e 3 meses seguidos, a tipografia do «Avante!» caiu nas mãos dos fascistas. Dois camaradas conseguiram salvar-se. Para isso, sacrificou-se he- roicamente a camarada Maria Machado.»

«Na história da imprensa clandestina, o trabalho consecutivo de uma tipografia do «Avante!», durante tão longo período de tempo, representa uma grande vitória do Partido Comunista contra o terror fascista. Esta tipografia contou no seu activo a composi- ção e impressão de 81 números seguidos do «Avante!», o que re- presenta um verdadeiro recorde.

Não foi a PVDE que descobriu a tipografia. A queda da «tipo» do «Avante!» deve-se a um facto ocasional. Ela estava instalada em Barqueiro, a 6 quilómetros de Alvaiázere. Tendo havido um importante roubo de fazendas numa localidade próxima, a GNR começou a fazer buscas e batidas, indo pedir a identidade aos nos- sos camaradas e dizendo que voltaria daí a um bocadinho. Era difícil aos nossos camaradas salvarem-se todos, dado que a população es- tava alertada, com suspitas, e a GNR rondava perto.

Tornava-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros

camaradas, que se afastaram do protesto de ir buscar quem os identificasse, a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra: «Povo de Barqueiro! Senhoras da Justiça! Não somos gatu- nos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandes- tino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de idéias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

Maria Machado não conseguiu ler o seu pequeno discurso. Mas o seu conteúdo foi comunicado ao povo de Barqueiro. A casa foi assaltada. Ao atravessar a povoação, serena e altiva, Maria Ma- chado ia dizendo ao povo que se apinhava nas ruas: «Não somos gatinhos. Somos amigos do povo e gente honrada.» As mulheres choravam. Uma, foi beijar a nossa camarada. Os homens estavam emocionados. O povo de Barqueiro conheceu pela primeira vez a coragem, desassombro e dedicação ao povo dos comunistas portu- gueses.

«Levada para o posto da GNR, Maria Machado, falou sempre aos soldados. Quando ali foram os agentes da PVDE, que cinicamen- te haviam dito aos soldados não serem os criminosos que os comu- nistas diziam, a nossa camarada, defrontando os carcereiros, falou aos soldados, defendendo o Partido, acusando o fascismo, denun-



Maria Machado (desenho de José Dias Coelho publicado no «Avante!» clandestino)

ciando os crimes da PVDE. Na Polícia, Maria Machado, durante 4 horas de interrogatório, declarou sempre: «Negu-me a fazer a mais pequena declaração à Polícia, pelo meu dever de comunista, pela fidelidade que devo ao meu Partido e por respeito à minha própria pessoa humana.»

Concluindo este relato, tocante pela sua simplicidade e força, ao mesmo tempo, em Dezembro de 1945, o «Avante!» escrevia: «Caiu a «tipo» do «Avante!» e uma militante do Partido, Mas o «Avante!», órgão do Partido Comunista Português, querido e amado pelo povo, ajudado por todo o Partido e pelos trabalha- dores, continua como o primeiro e grande órgão da imprensa anti- fascista clandestina, como o mais autorizado e amado porta-voz da unidade nacional antifascista.»

Passaram-se então cerca de 30 anos. Estas palavras do «Ava- nte!» estão mais do que comprovadas. Como comprovadas estão as palavras de Maria Machado, de fidelidade e confiança no Partido.

Em 1958, poucos dias antes da sua morte, Maria Machado enviou o seu testamento ao Partido. As suas últimas palavras fo- ram estas:

«A minha fé nos destinos do povo trabalhador não morre comigo, perpetua-se em todos vós, queridos irmãos meus. O fu- turo será vosso. Nenhum sacrifício terá sido inútil. A Humanidade encontrará o seu caminho. Que importa, pois, que eu não assista à apoteose da Humanidade?»

# JORNALS DA MESMA LUTA

«Porque lutámos sempre na mais feroz ilegalidade, nós, comunistas portugueses, gan- hámos um grande amor à Imprensa ilegal, consideran- do-a uma poderosa arma de luta nas condições de terror fascista.» Isto, dizia Pires Jorge, numa reunião do CC do PCP em 1946.

«A publicação regular da Imprensa do Partido ao longo dos anos nas condições da repressão fascista consti- tuí um dos mais importantes êxitos do Partido a afirma- ção das suas sólidas raízes no seio da classe operária e das massas trabalhadoras em geral, e da sua capacidade de organização e de luta» diz uma resolução do CC do PCP de 1960, que destaca: «Man- ter na clandestinidade, du- rante muitos anos seguidos, a publicação regular e im- pressa de um órgão central, de um boletim central, de vários órgãos regionais e de classe, de numerosos man- ifestos, brochuras, tarjetas — representa uma grande vitória do Partido.»

Nas condições criadas pelo fascismo, a Imprensa, o tra- balho de propaganda do Partido representam um papel histórico.

«A sua acção de esclareci- mento num País em que a Imprensa legal está forte- mente amordaçada pela cen- sura, a sua defesa intransi- gente dos interesses das classes laboriosas e da nação portuguesa a sua influência mobilizadora nas lutas po- pulares contra a exploração e a opressão — contam-se entre os mais importantes factores da resistência nacional contra a ditadura fascista e da influência do Partido e a sua ligação com as massas.»

Nas difíceis condições da clandestinidade, o êxito do trabalho de agitação e propa- ganda feito pelo Partido Comunista através da sua Imprensa é devido em larga medida às soluções encontra- das para os mais importan-

tes e complexos problemas de uma Imprensa clandes- tina: o material técnico a impressão e a distribuição.

Sobre esse problema dizia o camarada Manuel Guedes no I Congresso Ilegal (III) do Partido, em 1943:

«A experiência de vários anos — tinha-nos demonstra- do que a distribuição e difu- são da nossa Imprensa ilegal devia merecer-nos uma aten- ção especial se não queria- mos que a realização desta feita, fosse a via segura pela qual a Polícia conseguia chegar até ao nosso Partido.

«Que conclusão devíamos tirar? Que a Imprensa legal, nas condições do fascismo, era prejudicial ao movimen- to revolucionário — como alguns camaradas chegaram a admitir defendendo a ideia de que só se devia aprovei- tar as possibilidades legais?»

«Não. A experiência de- monstrou-nos que a Imprensa ilegal era uma arma potente com que o Partido podia e devia contar na sua luta con- tra o fascismo e, por isso,

não só era útil como indis- pensável. O que havia neces- sidade de saber aprovei- tá-la era de saber condicio- nar esse aproveitamento, era de saber organizar a sua dis- tribuição e difusão, de tal forma que deixasse de ser essa via segura com que a Polícia havia contado até então na luta contra o Partido.

«Como resolveu o Partido estes dois problemas? O pro- blema do aproveitamento da Imprensa ilegal e o proble- ma da sua distribuição?»

«Primeiramente, era neces- sário organizar a distribu- ção da Imprensa ilegal, de tal forma que ela deixasse de ser a via segura com que a Polícia havia contado até ali para assestar os seus gol- pinhas — que os camaradas dedicados a esta tarefa tives- sem o mínimo de contactos com o aparelho político e que não desempenhassem outra tarefa que não fosse esta.»

Aplicando com rigorosa dis- ciplina (que só é possível pela alta consciência política

dos militantes comunistas) as normas conspirativas elabo- radas na base de uma am- plia experiência clandestina, o Partido Comunista conse- guiu importantes êxitos, ao longo de mais de 40 anos.

Fazendo um balanço da actividade de agitação e propa- ganda do Partido no cam- po da Imprensa, assinalava em 1946 o camarada Pires Jorge numa reunião do CC, que de Agosto de 1941 a me- ior de 1946 o Partido publi- cava cerca de meio milhão de exemplares do «Avante!», mais de 250 mil exemplares de manifestos e publicações de carácter político mais de 170 mil manifestos e publi- cações de carácter econó- mico, mais de 160 mil ma- nifestos e publicações contra a repressão fascista.

Jaime Serra, no seu relató- rio ao V Congresso do Partido, assinalava que de 1941 a 1956 o Partido publicara mais de 1 milhão e meio de exemplares do «Avante!», mais de 210 mil exemplares de outros órgãos impressos, como o «Camponês», o «Têx- til», o «Corticeiro», e mais

de 3 milhões e 100 mil outras publicações — num total de mais de 5 milhões de publi- cações.

No VI Congresso do Partido, o camarada Alvaro Cunhal assinalou os seguin- tes dados: o Partido tem edi- tado e distribuído ao longo destes anos, uma média diá- ria de cerca de 3000 exem- plares de jornais, manifestos e tarjetas; ou seja um exem- plar em cada 30 segundos!

«Quem pode imaginar o que isto representa? — des- tacava o camarada Joaquim Gomes no seu relatório ao VI Congresso do Partido. Quem pode imaginar quantas cansaças e sacrifícios têm sido necessários para, sema- na após semana, mês após mês, juntar as notícias, elabo- rar os artigos, compô-los, imprimi-los e fazê-los circular nas páginas do «Avante!» pelo País fora, com toda a ma- tilha policial farejando? Quem pode imaginar quantas difi- culdades é necessário vencer para montar, alimentar e manter uma tipografia nas condições de claudestividade que são os forçados? Quem

pode imaginar quantos olhos e nervos têm sido gastos, em dias e noites seguidos, a jun- tar letras que nem sempre a escola ensinou a conhecer?

«Quem pode imaginar que, junto às crianças do «tipo», têm crescido crianças e jo- vens que quase nunca brin- caram com outras crianças e jovens, que da vida pouco mais conhecem que juntar letras e levar aos encontros, a horas certas, o «Avante!» ou «O Militante»? E tudo isto não está nas páginas do «Avante!» ou nas linhas im- pressas, mas nas linhas que se não lêem e dificilmente se podem imaginar!»

Não foi, porém, apenas atra- vés da sua Imprensa e das suas publicações clandestinas que o PCP desenvolveu com êxito um imenso trabalho de agitação e propaganda para a mobilização do Povo Por- tuguês na luta revolucionária e na luta contra a ditadura fascista.

Ao serviço da unidade e da acção comum de todos os antifascistas na luta contra a ditadura, deu o PCP um poderoso apoio à agitação e

propaganda dos movimentos unitários antifascistas.

Sobre esse aspecto da con- tribuição do Partido Comu- nista para a luta comum con- tra o fascismo assinalava o camarada Pires Jorge no seu relatório ao CC de 1946:

«O Conselho Nacional do MUNAF editou o seu progra- ma impresso, num total de 42 200 exemplares, com a parti- cipação e ajuda técnica do Partido. Publicou também 4 números da «Libertação Na- cional», sendo cada tiragem de 2000 a 5000 exemplares.»

Assinalando também o es- forço do PCP para a publi- cação da Imprensa unitária, indicava o camarada Joa- quim Gomes, no VI Congres- so, a contribuição dada pelo Partido para a publicação do «Boletim de Informação», em 1959; da «Tribuna Militar», em 1960; da «Tribuna Livre» e «Amanhã», em 1961; da «Fo- lha da Pequena Lavoura», em 1962; «A Verdade», o «Bole- tim dos Trabalhadores da CUF», «Jovens Livres», em 1964; «Unidade e Acção» e «Anti-Colonial», em 1964; «1.º de Maio», em 1965.

Outro importante aspecto da actividade de propaga- da clandestina do Partido, durante dezenas de anos, foi a publicação de folhetos, bro- churas e documentos de ca- rácter ideológico e político — de entre os quais se des- tacam a publicação dos do- cumentos dos congressos do Partido, dos materiais sobre o «Desvio de Direita», em 1960/61; do «Rumo à Vítoria», em 1964; do «Manifesto Comunista»; de algumas obras de Lenine como, por exemplo, «O Esquerdismo, Doença Infantil do Comuni- smo» e, entre os últimos, o folheto intitulado «O Radi- calismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista», do ca- marada Alvaro Cunhal.

Também na frente da Im- prensa legal o PCP desenvolveu consequente e valiosa acção durante o fascismo,

fazendo dela uma audaciosa utilização.

«Todos os camaradas — destacava Pires Jorge, em 1946, numa reunião do CC — devem procurar interessar todas as organizações provin- ciais, regionais e locais em escrever para os jornais da sua terra ou região porque, bem conhecedores da situa- ção local, podem desenvolver lutas de unidade nacional, levantando problemas vivos e de interesse para as mas- sas.»

«Os camaradas jovens e os intelectuais comunistas ou simpatizantes podem desen- volver uma boa actividade neste campo.»

O Partido, a classe operá- ria, tem de que orgulhar-se ao assinalar hoje o 44.º an- versário do «Avante!». Para trás é todo um longo camin- ho percorrido passo a passo na noite escura do fascismo, um caminho que nada reco- rrido pelo Povo Português no último meio século da sua história. Com o derrubamen- to da ditadura fascista a 25 de Abril de 1974 a Im- prensa comunista entrou numa nova etapa da sua histó- ria. Mas hoje, tal como ontem mantém toda a actuali- dade as palavras do nosso camarada Pires Jorge pronun- ciadas há cerca de 30 anos atrás:

«Manter uma posição de expectativa no capítulo da agitação de massas — repre- senta uma verdadeira subes- timação das forças da demo- cracia portuguesa.»

Hoje esta afirmação é ain- da verdadeira. A audaciosa utilização de múltiplas e va- rias formas de agitação e propaganda é uma das mais valiosas experiências do PCP. A ampla utilização dessa ex- periência é uma das exigên- cias do momento presente. Cada comunista deve ser um agitador e um propaga- ndista, um animador da acção de massas, com a palavra e o exemplo.

Ano VIII N.º 46 - NOVEMBRO-DEZEMBRO de 1954 Preço: 5 testões

**O Camponês**

ÓRGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

ANO 11.º N.º 57 ABRIL DE 1966 PREÇO \$50

**O Têxtil**

ÓRGÃO DE UNIDADE DA CLASSE TÊXTIL

LIBERDADE PARA JOSE VITORIANO LIBERDADE PARA SOFIA FERREIRA ARAUJO AS MEDIDAS DE SEGURANÇA AMNISTIA!

ANO 30.º III SÉRIE - N.º 117 JUNHO DE 1962 PREÇO: 1500

**O Militante**

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

# 44 ANOS DE LUTA AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA E DO POVO

## O «AVANTE!» — ORGANIZADOR COLECTIVO E ARMA DAS CLASSES TRABALHADORAS

A história do «Avante!» está indissolavelmente ligada à história do nosso Partido. Ao longo dos quarenta e quatro anos da sua vida, a continuidade e desenvolvimento do «Avante!» ficou a dever-se ao espírito de sacrifício e à dedicação sem limites de dezenas e dezenas de camaradas, alguns dos quais pagaram com a própria vida o seu empenhamento em fazer chegar ao povo a voz do Partido da classe operária. A esses mortos gloriosos noutro local nos referimos. Mas muitos desses camaradas ainda estão vivos. Juntámos alguns deles — apenas alguns dos muitos que hoje, de Norte a Sul do País, continuam na primeira fila da luta partidária — e registámos os seus depoimentos. Trabalharam também até nós camaradas mais recentes, que sempre trabalharam na legalidade, representantes da grande massa de militantes que, à sua maneira, contribuíram do mesmo modo para a divulgação do nosso jornal nos tempos da clandestinidade.

Vamos ter, portanto, experiências diversas em confronto, evocadas por homens e mulheres, militantes do nosso Partido, cujo denominador comum é a sua participação na feitura e expansão da imprensa clandestina do nosso Partido. E evocar o passado, o passado do Partido Comunista Português e do seu órgão central, não é um mero exercício histórico: recordar o que ficou para trás, as horas dramáticas e os episódios pitorescos, é também uma maneira de homenagear aqueles que, em íntima ligação com as massas populares e respondendo aos seus anseios, deram a força ao nosso Partido, a força do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores — a força que nos há-de conduzir à vitória!

### TEMPOS DIFICEIS

VALDEZ — Eu comecei a trabalhar em tipografias clandestinas em princípios de 1936. Antes de mim havia o Matoso, o Bizarro, a mãe do Pavel, que era a camarada que estava como dona da casa, e cujo pseudónimo era Pelague, precisamente o nome da mãe do personagem Pavel no célebre romance de Máximo Gorki, «A Mãe». Eu, com ela, trabalhei apenas alguns dias, pois, entretanto, saiu um camarada da equipa da tipografia e, como sempre acontecia nessas alturas, a tipografia tinha de mudar de morada. Fomos então trabalhar para uma casa situada na Avenida General Rocas, precisamente ao pé do sítio onde eu moro actualmente... Ficámos lá, eu, o Matoso, o Bizarro e uma camarada chamada Luísa. Nesse tempo cada um de nós vivia com cinco escudos, isto é, dispúnhamos os quatro de vinte escudos para a nossa subsistência diária. Tal quantidade dava apenas para comer, e mal, pois não nos podíamos dar ao luxo de beber vinho, ter sobremesa, etc. Claro que por vezes havia a ajuda de familiares, como era o caso de um irmão do Matoso, tenente da Marinha, que depois até veio a ser pres-

to. Por exemplo, os camaradas da tipografia ficaram exclusivamente com as tarefas técnicas, tendose, portanto, alterado a situação a que atrás me tinha referido.

«AVANTE!» — Mas a polícia fascista não descansava, e a repressão continuou a abater-se sobre os comunistas não é verdade?

VALDEZ — Assim era, com efeito. E as tipografias do-

nos anos trinta era ainda novo e com alguma natural inexperiência. Este facto teve alguns reflexos no vosso trabalho?

VALDEZ — Sem dúvida. Há exemplos que o demonstram. Por exemplo, uma vez tive de ir a Santarém desempenhar uma tarefa partidária. Acontece que fui visto por um polícia da terra que me tinha conhecido em 1935, quando estive preso em Peniche. Viu-me e deve ter pensado: o que é que este tipo andará a fazer por aqui? O alarme foi lançado e prenderam-me quando eu já ia embarcar na camioneta para Lisboa. Por acaso tive sorte e, ao fim de cinco dias de prisão, conseguí convencer-me de que tinha ido a Santarém passar o fim-de-semana com uns amigos. Deixaram-me vir

para Lisboa, com uma carta para me apresentar na PIDE. Ora bem: o que interessa reter desta história é que quando cheguei a Lisboa, quase uma semana depois de ter deixado a casa, a tipografia ainda estava no mesmo lugar. Isto era uma actuação altamente anticonspirativa, pois quando se dava a prisão de algum camarada pertencente a uma tipografia, esta devia imediatamente mudar de morada.

Mas fizeram-se coisas muito importantes. Quando se dá o início da Guerra de Espanha, a Imprensa do Partido desenvolveu uma importante acção de esclarecimento, que exigiu dos tipógrafos um esforço redobrado. Basta dizer que imprimíamos dez mil exemplares do «Avante!» por semana, além de outros manifestos e documentos — o que, para o modo artesanal como trabalhávamos, foi de facto notável.

Entretanto, em 1937, quando o Pavel, o Francisco Miguel e outros camaradas vieram da União Soviética para Portugal, o nosso trabalho melhorou em muitos aspectos.

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Apoiado popular

IVO — A primeira vez que estive ligado às tipografias foi em 1935-36. Trabalhava junto do Comité Regional de Lisboa, distribuindo na

zona a Imprensa, que me era entregue pelo camarada Pires Jorge. Entretanto, fui preso e deportado para Angola. Em 1945 já em liberdade, sou funcionalizado e em 1952 fico então ligado às tipografias. E montada em minha casa uma, que fazia diversos manifestos e documentos e depois também «O Camponês».

Lembro-me que uma vez, em que neste jornal se ia publicar a fotografia de Catarina Eufémia, e se estava a trabalhar a toda a velocidade, a minha companheira estava para dar à luz o nosso filho, e ele acabou por nascer precisamente na altura em que o jornal estava no prelo para sair...

Nessa altura eu estava numa tipografia ligada à base regional, e mais tarde é que fui ligado às tipografias centrais do Partido. Chegámos a ter três tipografias centrais, criadas à medida que as necessidades de expansão do Partido o impunham. Estive nesta tarefa cerca de dezouros anos, e devido à melhoria das condições de segurança e do trabalho conspirativo, e não obstante o material técnico ser mais numeroso e pesado, nunca uma única tipografia central caiu nas

maradas que então trabalhavam comigo, sempre inultrapassáveis na sua disposição de corresponder às necessidades da luta partidária. Comos, até demos saltos de contentes!

Em certas alturas, como já foi dito, éramos nós que tínhamos de ir às lojas com-

Acabei por ser encarregado, através do camarada Alberto (o José Gregório), de montar uma tipografia, na zona das Caldas da Rainha. Era numa alcaia pequena, sem electricidade nem canalizações, e a parcería estranho aparecer assim ali um casal a morar. Então, arranámos a justificação de que eu era uma pessoa muito doente, muito enfraquecida, e que o médico me dissera que precisava de um sítio assim, calmo e isolado, para me restabelecer. Ai tudo correu bem. Tem piada recordar que havia lá um grande proprietário que gostava muito de falar comigo, e então ele, sem nunca lhe passar pela cabeça que o que eu ali estava a fazer era fabricar «Avantes!», confessava-me que andava preocupado com os trabalhadores, entre os quais se falava muito da União Soviética e parecia haver comunistas...

«AVANTE!» — Como te chegava o original do «Avante!» às mãos?

VALDEZ — Ia a Obidos, que ficava a onze quilómetros da aldeia. Havia um camarada que passava no comboio e me entregava o original, seguindo logo no mesmo comboio. Eu fazia o percurso a pé, à ida e à volta, e já sabia que a minha média era seis quilómetros por hora...

rotina, entra papel, sai jornal, entra papel, sai jornal. Preocupava-nos muito as condições de segurança, a criação de pontos de apoio, etc., e precisamente por isso nunca houve azar grande. E as vezes o volume de imprensa que saía da nossa casa tinha um metro e oitenta, a altura de um homem.

«AVANTE!» — Tinha interesse referir alguns aspectos, ainda que sem entrar em grandes pormenores, sobre o modo de fabrico do «Avante!».

IVO — Bem, o modo de aquisição do papel, por exemplo, era um bocado complicado. Depois de adquirido por algum camarada, as resmas andavam aos saltos, de casa para casa, de automóvel para automóvel, a fim de evitar ao máximo as possibilidades de localização da tipografia. Com o tipo e outro material tipográfico acontecia o mesmo. Mas às vezes havia situações de aperto, em que tínhamos de ser nós próprios a ir às lojas, e, então, os vendedores, habituados a vender a crédito, manifestavam certa estranheza por nós comprarmos a pronto. A PIDE costumava frequentar as lojas, para investigar a quem o material era vendido, mas nós usávamos moradas falsas, e outros estratagemas, a fim de iludir a Polícia. Era preciso certo nervo para se fazer o que se fazia, lá isso era, e o facto é que havia camaradas que não aguentavam tal tipo de trabalho.

VALDEZ — A este respeito, queria dizer que no meu tempo, nos anos trinta, o material tipográfico era arranjado de uma única maneira: tipógrafos simpáticos do Partido forneciam-nos, aos poucos, bocados de tipo, letras, até termos a quantidade necessária para compor o jornal. Como muitas vezes não tínhamos todas as letras da mesma «família», acontecia que um mesmo jornal aparecia com um «a» de um feitio e outro diferente etc. Noutras ocasiões só podíamos montar uma página depois de impressas as outras, a fim de aproveitar as letras.

IVO — Não queria deixar de fazer aqui referência a um facto muito importante e significativo. Alturas houve em que se tornava necessário fazer sair rapidamente determinada publicação. Isso implicava um grande esforço, noites perdidas. Eu fui responsável, em determinado período, pelas tipografias centrais, e não posso deixar de salientar a dedicação e o espírito de sacrifício dos ca-



Francisco Pinto

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Casos como este foram muitos. Ficávamos com os nervos à flor da pele mas, realizado o trabalho sentíamos uma grande satisfação. Em Lisboa, estivemos em três casas e vivemos muitos momentos que não posso esquecer.

Uma ocasião tocamos-nos muito preparado para imprimir, com o prelo no meio da sala, etc. Então, decidimos rapidamente pôr uma manta em cima da máquina, desarrumar a mobília e espalhar bocados de cera no meio do chão, para fingir que andávamos em grandes limpezas e, no meio da confusão, a tipografia passar despercebida.

Era uma vida de sobressaltos. Felizmente, nunca tivemos problemas sérios com a Polícia, mas lá que corremos

riscos, corremos. Nunca me esquece uma ocasião, que até tivemos que dar um baile de Carnaval, para evitar as desconfianças. Tínhamos uma vizinha que era muito metedicha, andava sempre a bisbilhotar e a meter conversa, e, então, ela propôs que fizéssemos um baile na nossa casa. Enquanto os vizinhos ali permaneciam que estava mortinha por os ver porta fora. Depois, até fomos criticados pelos nossos camaradas, por causa disto, mas um deles também disse: «Olha, se a Polícia andasse aqui de volta e desconfiasse da vossa casa, tirava daí o sentido!»

APRENDER A LER PARA FAZER O «AVANTE!»

JOSE MAGRO — Todos nós estamos profundamente ligados ao nosso «Avante!» através da luta e do dia-a-dia na clandestinidade.

O «Avante!», é o único caso de um órgão de Imprensa partidária que se manteve permanentemente ao longo dos anos da ditadura fascista. Esta continuidade da vida do «Avante!» é um exemplo não só ao nível do país, mas também internacionalmente. O esforço para manter o «Avante!» representou um grande espírito de sacrifício, uma forte capacidade de organização política, mesmo heroísmo por parte dos camaradas, particularmente dos que trabalhavam nas tipografias e nos aparelhos de distribuição.

Por diversas épocas, quando a repressão mais se fazia sentir, aconteceu que organismos do Partido estavam apenas ligados pela via de distribuição do «Avante!», e mesmo assim, mantinham e alargavam a sua organização e conduziam lutas importantes. Quando o contacto orgânico se perdia, mas permanecia por outros meios, a distri-

bução do «Avante!», o espírito do Partido e de organização era suficiente para que diferentes sectores continuassem a actividade.

Para dar uma ideia sobre a influência do «Avante!», entre as massas populares, posso dizer-vos que algumas pessoas, inclusive de certa idade, aprenderam a ler por causa do «Avante!».

IVO — Isso verificou-se mesmo com camaradas que iam trabalhar para as tipografias. Os camaradas com

os tipos de impressão, e não posso deixar de salientar a dedicação e o espírito de sacrifício dos ca-

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Casos como este foram muitos. Ficávamos com os nervos à flor da pele mas, realizado o trabalho sentíamos uma grande satisfação. Em Lisboa, estivemos em três casas e vivemos muitos momentos que não posso esquecer.

Uma ocasião tocamos-nos muito preparado para imprimir, com o prelo no meio da sala, etc. Então, decidimos rapidamente pôr uma manta em cima da máquina, desarrumar a mobília e espalhar bocados de cera no meio do chão, para fingir que andávamos em grandes limpezas e, no meio da confusão, a tipografia passar despercebida.

Era uma vida de sobressaltos. Felizmente, nunca tivemos problemas sérios com a Polícia, mas lá que corremos

riscos, corremos. Nunca me esquece uma ocasião, que até tivemos que dar um baile de Carnaval, para evitar as desconfianças. Tínhamos uma vizinha que era muito metedicha, andava sempre a bisbilhotar e a meter conversa, e, então, ela propôs que fizéssemos um baile na nossa casa. Enquanto os vizinhos ali permaneciam que estava mortinha por os ver porta fora. Depois, até fomos criticados pelos nossos camaradas, por causa disto, mas um deles também disse: «Olha, se a Polícia andasse aqui de volta e desconfiasse da vossa casa, tirava daí o sentido!»

APRENDER A LER PARA FAZER O «AVANTE!»

JOSE MAGRO — Todos nós estamos profundamente ligados ao nosso «Avante!» através da luta e do dia-a-dia na clandestinidade.

O «Avante!», é o único caso de um órgão de Imprensa partidária que se manteve permanentemente ao longo dos anos da ditadura fascista. Esta continuidade da vida do «Avante!» é um exemplo não só ao nível do país, mas também internacionalmente. O esforço para manter o «Avante!» representou um grande espírito de sacrifício, uma forte capacidade de organização política, mesmo heroísmo por parte dos camaradas, particularmente dos que trabalhavam nas tipografias e nos aparelhos de distribuição.

Por diversas épocas, quando a repressão mais se fazia sentir, aconteceu que organismos do Partido estavam apenas ligados pela via de distribuição do «Avante!», e mesmo assim, mantinham e alargavam a sua organização e conduziam lutas importantes. Quando o contacto orgânico se perdia, mas permanecia por outros meios, a distri-

bução do «Avante!», o espírito do Partido e de organização era suficiente para que diferentes sectores continuassem a actividade.

Para dar uma ideia sobre a influência do «Avante!», entre as massas populares, posso dizer-vos que algumas pessoas, inclusive de certa idade, aprenderam a ler por causa do «Avante!».

IVO — Isso verificou-se mesmo com camaradas que iam trabalhar para as tipografias. Os camaradas com



José Magro

dente do conselho de administração do Banco Pinto & Sotto Mayor. Por aqui se pode ficar com uma ideia das dificuldades com que então vivíamos.

O nosso trabalho na tipografia revestia-se, nesse tempo, de uma característica que mais tarde viria a ser alterada, por razões de segurança. É que nós, além das tarefas técnicas de composição e impressão tínhamos também trabalho político. Além disso, fazíamos coisas que dificultavam e tornavam mais delicado o nosso trabalho. Por exemplo, éramos nós próprios que íamos à Baixa comprar o papel para a feitura do «Avante!», que nos era vendido por um simpático do Partido que era chefe de armazém. Ele já sabia para que era o papel e entregava-o já cortado à medida, com o formato do jornal. Depois, nós lá vínhamos para casa com a mala carregada, pesadíssima mas sempre, claro, a fazer os possíveis por fingir que era muito leve, para não dar nas vistas...

Outra coisa que nós fazia-

para Lisboa, com uma carta para me apresentar na PIDE. Ora bem: o que interessa reter desta história é que quando cheguei a Lisboa, quase uma semana depois de ter deixado a casa, a tipografia ainda estava no mesmo lugar. Isto era uma actuação altamente anticonspirativa, pois quando se dava a prisão de algum camarada pertencente a uma tipografia, esta devia imediatamente mudar de morada.

Mas fizeram-se coisas muito importantes. Quando se dá o início da Guerra de Espanha, a Imprensa do Partido desenvolveu uma importante acção de esclarecimento, que exigiu dos tipógrafos um esforço redobrado. Basta dizer que imprimíamos dez mil exemplares do «Avante!» por semana, além de outros manifestos e documentos — o que, para o modo artesanal como trabalhávamos, foi de facto notável.

Entretanto, em 1937, quando o Pavel, o Francisco Miguel e outros camaradas vieram da União Soviética para Portugal, o nosso trabalho melhorou em muitos aspectos.

Após um mês de incomunicabilidade no Aljube, transferiram-me para o Tarrafal, onde estive sete anos. Saí de lá muito combatido, e o Partido entendeu que eu devia descansar uns meses. Depois trabalhei no jornal «A Bola», em seguida empreguei-me noutra tipografia, e entretanto pôs-se a hipótese de eu ir desempenhar uma tarefa política. Pa receu-me que não estava em condições de a desempenhar até pelo meu longo afastamento, e, por outro lado, é que me agradava era o trabalho nas tipografias. Não sei bem porquê, mas talvez pela consciência de que se tratava

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Casos como este foram muitos. Ficávamos com os nervos à flor da pele mas, realizado o trabalho sentíamos uma grande satisfação. Em Lisboa, estivemos em três casas e vivemos muitos momentos que não posso esquecer.

Uma ocasião tocamos-nos muito preparado para imprimir, com o prelo no meio da sala, etc. Então, decidimos rapidamente pôr uma manta em cima da máquina, desarrumar a mobília e espalhar bocados de cera no meio do chão, para fingir que andávamos em grandes limpezas e, no meio da confusão, a tipografia passar despercebida.

Era uma vida de sobressaltos. Felizmente, nunca tivemos problemas sérios com a Polícia, mas lá que corremos

riscos, corremos. Nunca me esquece uma ocasião, que até tivemos que dar um baile de Carnaval, para evitar as desconfianças. Tínhamos uma vizinha que era muito metedicha, andava sempre a bisbilhotar e a meter conversa, e, então, ela propôs que fizéssemos um baile na nossa casa. Enquanto os vizinhos ali permaneciam que estava mortinha por os ver porta fora. Depois, até fomos criticados pelos nossos camaradas, por causa disto, mas um deles também disse: «Olha, se a Polícia andasse aqui de volta e desconfiasse da vossa casa, tirava daí o sentido!»

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Casos como este foram muitos. Ficávamos com os nervos à flor da pele mas, realizado o trabalho sentíamos uma grande satisfação. Em Lisboa, estivemos em três casas e vivemos muitos momentos que não posso esquecer.

Uma ocasião tocamos-nos muito preparado para imprimir, com o prelo no meio da sala, etc. Então, decidimos rapidamente pôr uma manta em cima da máquina, desarrumar a mobília e espalhar bocados de cera no meio do chão, para fingir que andávamos em grandes limpezas e, no meio da confusão, a tipografia passar despercebida.

Era uma vida de sobressaltos. Felizmente, nunca tivemos problemas sérios com a Polícia, mas lá que corremos

riscos, corremos. Nunca me esquece uma ocasião, que até tivemos que dar um baile de Carnaval, para evitar as desconfianças. Tínhamos uma vizinha que era muito metedicha, andava sempre a bisbilhotar e a meter conversa, e, então, ela propôs que fizéssemos um baile na nossa casa. Enquanto os vizinhos ali permaneciam que estava mortinha por os ver porta fora. Depois, até fomos criticados pelos nossos camaradas, por causa disto, mas um deles também disse: «Olha, se a Polícia andasse aqui de volta e desconfiasse da vossa casa, tirava daí o sentido!»

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Casos como este foram muitos. Ficávamos com os nervos à flor da pele mas, realizado o trabalho sentíamos uma grande satisfação. Em Lisboa, estivemos em três casas e vivemos muitos momentos que não posso esquecer.

Uma ocasião tocamos-nos muito preparado para imprimir, com o prelo no meio da sala, etc. Então, decidimos rapidamente pôr uma manta em cima da máquina, desarrumar a mobília e espalhar bocados de cera no meio do chão, para fingir que andávamos em grandes limpezas e, no meio da confusão, a tipografia passar despercebida.

Era uma vida de sobressaltos. Felizmente, nunca tivemos problemas sérios com a Polícia, mas lá que corremos

riscos, corremos. Nunca me esquece uma ocasião, que até tivemos que dar um baile de Carnaval, para evitar as desconfianças. Tínhamos uma vizinha que era muito metedicha, andava sempre a bisbilhotar e a meter conversa, e, então, ela propôs que fizéssemos um baile na nossa casa. Enquanto os vizinhos ali permaneciam que estava mortinha por os ver porta fora. Depois, até fomos criticados pelos nossos camaradas, por causa disto, mas um deles também disse: «Olha, se a Polícia andasse aqui de volta e desconfiasse da vossa casa, tirava daí o sentido!»

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Casos como este foram muitos. Ficávamos com os nervos à flor da pele mas, realizado o trabalho sentíamos uma grande satisfação. Em Lisboa, estivemos em três casas e vivemos muitos momentos que não posso esquecer.

Uma ocasião tocamos-nos muito preparado para imprimir, com o prelo no meio da sala, etc. Então, decidimos rapidamente pôr uma manta em cima da máquina, desarrumar a mobília e espalhar bocados de cera no meio do chão, para fingir que andávamos em grandes limpezas e, no meio da confusão, a tipografia passar despercebida.

Era uma vida de sobressaltos. Felizmente, nunca tivemos problemas sérios com a Polícia, mas lá que corremos

riscos, corremos. Nunca me esquece uma ocasião, que até tivemos que dar um baile de Carnaval, para evitar as desconfianças. Tínhamos uma vizinha que era muito metedicha, andava sempre a bisbilhotar e a meter conversa, e, então, ela propôs que fizéssemos um baile na nossa casa. Enquanto os vizinhos ali permaneciam que estava mortinha por os ver porta fora. Depois, até fomos criticados pelos nossos camaradas, por causa disto, mas um deles também disse: «Olha, se a Polícia andasse aqui de volta e desconfiasse da vossa casa, tirava daí o sentido!»

mo não está aqui nenhum deles, eu queria vincar bem este ponto.

HISTÓRIAS VIVIDAS

CATARINA RAFAEL — Bem, eu tenho pouco a dizer por que não passava de ajudante, nunca fui tipógrafo e, além disso a memória já não ajuda. Passei para a clandestinidade em 1937 e fui para a tipografia de «O Camponês» mais o meu companheiro, já falecido. Depois, passámos para uma tipografia central, onde se fazia o «Avante!» e o «Militante», e isso constitui a satisfação de uma velha ambição do meu companheiro. Eu, ao princípio, ainda o ajudei na composição, mas depois tive de acabar com isso pois sofria de miopia e rebentei com a vista direita. Quando consegui ir ao médico, ele até me perguntou se eu tinha dado alguma pancada no olho, tal era a lesão. A partir daí, só ajudava na impressão, e também nas improvisações que era preciso fazer, como, por exemplo quando nos faltou uma rama e tivemos de fabricar uma de madeira.

Casos como este foram muitos. Ficávamos com os nervos à flor da pele mas, realizado o trabalho sentíamos uma grande satisfação. Em Lisboa, estivemos em três casas e vivemos muitos momentos que não posso esquecer.

Uma ocasião tocamos-nos muito preparado para imprimir, com o prelo no meio da sala, etc. Então, decidimos rapidamente pôr uma manta em cima da máquina, desarrumar a mobília e espalhar bocados de cera no meio do chão, para fingir que andávamos em grandes limpezas e, no meio da confusão, a tipografia passar despercebida.

Era uma vida de sobressaltos. Felizmente, nunca tivemos problemas sérios com a Polícia, mas lá que corremos

riscos, corremos. Nunca me esquece uma ocasião, que até tivemos que dar um baile de Carnaval, para evitar as desconfianças. Tínhamos uma vizinha que era muito metedicha, andava sempre a bisbilhotar e a meter conversa, e, então, ela propôs que fizéssemos um baile na nossa casa. Enquanto os vizinhos ali permaneciam que estava mortinha por os ver porta fora. Depois, até fomos criticados pelos nossos camaradas, por causa disto, mas um deles também disse: «Olha, se a Polícia andasse aqui de volta e desconfiasse da vossa casa, tirava daí o sentido!»

## LÊ E ASSINA

### Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao «AVANTE!» - Av. Santos Dumont, 57, 2.º Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_



Valdez

# 44 ANOS DE LUTA AO SECTOR DA CLASSE OPERÁRIA E DO POVO

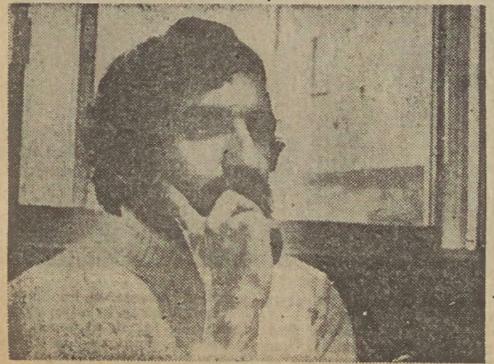
que trabalhavam em, na maioria das vezes chegavam às tipografias, mas não sabiam escrever. Estava a lembrar-me do Manuel Gonçalves, que tirou a 4.ª classe já na vida do Partido, e tantos outros que não é altura de dizer o nome.

Era por isso que às vezes no «Avante!» apareciam certos erros...

## VIGILÂNCIA E... SOBRESSALTOS

«AVANTE!» — Em virtude da importância do «Avante!» como elemento fundamental de toda a organização partidária, como factor de intensificação da luta, a repressão fascista encarnava-se, particularmente, em alcançar o aparelho técnico do Partido. Foram importantes alguns golpes policiais sobre esse aparelho?

J. MAGRO — A repressão sobre o «Avante!» não era fácil, porque sobramos defendido. Os ouvidos da polícia disseram: «Pois é! A gente conseguiu prender-vos, mas as tipografias não chegamos lá!» Esta dificuldade da polícia em alcançar as nossas tipografias resultava de um cuidadoso trabalho de defesa. No entanto, tivemos alguns golpes. Recordo-me da tipografia onde estava a nossa camarada Maria Machado,



Luís Filipe

que caiu em 1945, e do golpe em 1949, sobre outra tipografia. Há vários episódios que demonstram a nossa constante vigilância, os sobressaltos inevitáveis na vida clandestina e a capacidade de lidarmos os riscos sempre que possível.

Recordo-me que em 1950, perto de Alverca, de noite, ia eu de bicicleta com uma mala cheia de exemplares do «Avante!», e encontrava uma patrulha da G.N.R. Fugir, não

marada, funcionário do Partido com a mala dos «Avante!» e pedia a um empregado que eu conhecia, pois morava para as minhas bandas:

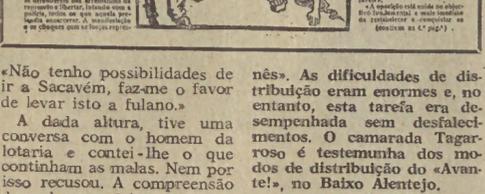


## O POVO LEVANTA-SE EM TODO O PAÍS CONTRA A FARSA ELEITORAL E O FASCISMO em grandiosas manifestações, greves e lutas de rua!

Os resultados das eleições locais e nacionais, realizadas em todo o país, revelaram a profunda indignação do povo português perante a fraude eleitoral e o domínio do fascismo. Em todo o país, manifestações populares, greves e lutas de rua revelaram a consciência política e a vontade de luta da classe operária e do povo.

## GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES EM ALMADA Um jovem operário assassinado

Em Alameda, no dia 12 de Janeiro, realizou-se uma grandiosa manifestação popular, com a participação de milhares de trabalhadores. Durante a manifestação, um jovem operário foi assassinado por um agente da polícia fascista. Este episódio revela a violência da repressão fascista e a necessidade de uma luta mais firme e organizada.



Como continuar a lutar a luta

«Não tenho possibilidades de ir a Sacavém, faz-me o favor de levar isto a fulano.»

A dada altura tive uma conversa com o homem da lotaria e contei-lhe o que continham as malas. Nem por isso recuou. A compreensão desse homem foi tal que, durante muito tempo, nos continuámos a servir dele nas melhores condições. Depois, houve problemas de segurança e mudámos para uma casa de ferragens na Praça da Figueira, utilizando processos idênticos. Sempre correu tudo bem, apesar de a mala ser cada vez maior, porque serviu o Baixo Ribatejo com tantas organizações já era uma coisa bem aviada... e o «Avante!» nunca deixou de chegar, embora se verificassem períodos em determinados períodos.

O apoio local era grande em vários domínios. Falou-se, aqui, há pouco, dos riscos que se corriam por causa da aquisição do papel. Durante muito tempo, os trabalhadores da Abelheira forneceram papel ao Partido. Cheguei a ir com alguns camaradas buscar resmas e resmas de papel oferecidas ao aparelho técnico.

Os perigos não eram de desprezar. A polícia conhecia alguns métodos do Partido. Camaradas eram presos, criavam-se dificuldades à luta da classe operária, mas no Baixo Ribatejo, nunca a polícia conseguiu atingir um aparelho técnico ou um ponto de apoio do «Avante!».

Isto é uma prova da confiança que os trabalhadores tinham no Partido e do enraizamento e força do Partido no sector. E também, no Ribatejo, houve camaradas, e tenho o exemplo da minha mãe, que aprenderam a ler porque os estimulava a vontade de saber tudo o que vinha no «Avante!».

DEBAIXO DOS XAILES «AVANTE!» — O «Avante!» enquanto organizador de lutas

«AVANTE!» — O «Avante!» enquanto organizador de lutas

«AVANTE!» — O «Avante!» enquanto organizador de lutas

A VOZ DO PCP Todas as 2.ª-feiras às 22 horas no Rádio Clube Português O PCP FALA PARA TI

Edições SEARA NOVA

CHARRUA EM CAMPO DE PEDRAS

O PERFIL E A OBRA DE ALVES REDOL

SELECÇÃO DE JOSÉ MANUEL MENDES

COLEÇÃO ARGUMENTOS

Preço 70\$00

vezes a Moura montada num burro. Buscar toda a propaganda do Partido.

No Alentejo, o «Avante!» foi um grande condutor de lutas, quer no arranque delas, quer na sua continuação. Nos momentos de agitação, por altura das ceifas, em que houve tanta greve, o «Avante!» aparecia sempre. Muitas vezes, chegávamos ao local de trabalho e lá estava o «Avante!» logo de manhã. Muitos não sabiam ler mas toda a gente conhecia o «Avante!» e diziam «O Partido esteve cá» e se já estavam em

para continuarmos o combate «cá fora». E digo «cá fora» porque para nós, quadros legais, os camaradas clandestinos representavam um «lá dentro»...



Maria

luta, ficavam com mais entusiasmo. Também na preparação das lutas, nas células, o «Avante!» era um guia. As reuniões eram feitas de noite e no campo quando se combinava uma luta em várias terras. Assisti a algumas com muitos camaradas de Pias, Vale de Vargos e Aldeia Nova. Para chegarmos a uma plataforma de entendimento sobre as jornadas que iam pedir.

## UMA IMPORTÂNCIA DECISIVA

MARILIA VILAVERDE — Para além da sua importância como porta-voz da linha do Partido a todo o País o «Avante!» foi, também, um factor de recrutamento. Por exemplo, em sectores onde não havia organização, o «Avante!» era utilizado como



Manuel Tagaroso

meio de investigar as possibilidades de o Partido a entrar. Em 1961, nos liceus, não existia organização partidária e era entrando o «Avante!» a colegas para lerem e depois estar atentos à sua receptividade que conseguimos avançar. Era realmente uma arma de luta e de organização do Partido.

28 de Maio: Fora Salazar! O Partido Comunista tem o prazer de convidar para a Grande Jornada do 1.º de Maio!

«LIBERDADE! PAZ EM ANGOLA!» — Chama o povo das ruas do Porto

«LIBERDADE! PAZ EM ANGOLA!» — Chama o povo das ruas do Porto

cauções e a consciência de que se estava a efectuar uma tarefa importante para o Partido dava coragem aos militantes.

«AVANTE!» — Na Universidade, o «Avante!» esteve também cada vez mais presente, sobretudo, à medida que a nossa organização no sector estudantil se alargava.

LUÍS FILIPE — Na Universidade, o «Avante!» funcionou como em todos os outros organismos do Partido. Foi um elemento de recrutamento, de organização e de mobilização. Só há a acrescentar que, devido à origem de classe dos estudantes e à luta ideológica sempre muito acesa no ensino superior, a presença do «Avante!» era extremamente importante, porque nos permitia responder aos esquerdistas com factos concretos sobre o nosso poder de penetração em

## ESTADO DE EXCEÇÃO NAS UNIVERSIDADES

A luta ideológica no ensino superior, a presença do «Avante!» e a luta ideológica sempre muito acesa no ensino superior, a presença do «Avante!» era extremamente importante, porque nos permitia responder aos esquerdistas com factos concretos sobre o nosso poder de penetração em

«AVANTE!» — O «Avante!» enquanto organizador de lutas

Edições Avante!

NOVIDADES

UM MESMO COMBATE PCF-PCP ..... 20\$00

A FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA ..... 8\$00

O INTERNACIONISMO PROLETÁRIO UMA POLÍTICA E UMA CONCEPÇÃO DO MUNDO ..... 8\$00

PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO (A Importância Mundial do Bolchevismo) V. I. Lenine ..... 40\$00

COM A UEC NAS ESCOLAS A REACÇÃO NÃO PASSARÁ ..... 20\$00

TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL Karl Marx ..... 20\$00

REVISTA INTERNACIONAL (n.º 4) ..... 20\$00

VII CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCP Intervenções, Saudações, Documentos ..... 100\$00

edição especial ..... 300\$00

PORQUE LUTAM OS COMUNISTAS ..... 5\$00

ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS — romance ..... 100\$00

CALENDRÁRIO PARA 1975 ..... 25\$00

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP aprovados no VII Congresso (Extraordinário) ..... 10\$00

PROGRAMA DO PCP aprovado no VI Congresso (1965) (1.ª edição) ..... 25\$00

ESTATUTOS DO PCP aprovados no VI Congresso (1965) (1.ª edição) ..... 5\$00

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP aprovados no VI Congresso (1965) (2.ª edição) ..... 25\$00

SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO NO MOMENTO ACTUAL Intervenção de Álvaro Cunhal no VII Congresso (Extraordinário) ..... 10\$00

ADICALISMO PEQUENO-BURGUES DE FACHADA SOCIALISTA por Álvaro Cunhal ..... 40\$00

UPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS por Álvaro Cunhal ..... 5\$00

REVISTA INTERNACIONAL (n.º 1, 2 e 3) ..... 20\$00

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ ..... 5\$00

Perdidos a EDITORIAL AVANTE! Av. Santos Dumont, 57-2.  
Telefs.: 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 — Lisboa

Edições SEARA NOVA

CHARRUA EM CAMPO DE PEDRAS

O PERFIL E A OBRA DE ALVES REDOL

SELECÇÃO DE JOSÉ MANUEL MENDES

COLEÇÃO ARGUMENTOS

Preço 70\$00

Por que lutam os Comunistas

CADERNOS

vam-se muito bem, na distribuição. Usavam e ainda usam o xaiile pela cabeça e aí levavam os jornais. Há uma mulher em Pias que lá muitas

Também nos momentos de maior crise o aparecimento do «Avante!» dava-nos ânimo para continuar. Era a palavra do Partido que chegava

# 44 ANOS DE LUTA E SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA E DO POVO

## O «AVANTE!» ÓRGÃO DA IMPRENSA LIVRE E EXPRESSÃO DA CULTURA PROLETÁRIA

FALAR do «Avante!» como órgão da imprensa livre e expressão da cultura proletária não seria possível sem recordar todos os longos anos de clandestinidade e as experiências vividas durante essa época. No entanto, a luta hoje é outra. Os primeiros passos como órgão da imprensa livre, que aliás sempre quis ser, estão a ser dados pelo «Avante!». Presentemente, novos problemas se erguem.

Foi o que discutimos neste 44.º aniversário. Presentes, os camaradas António Borges Coelho, historiador, o professor Magalhães Vilhena, Rogério Ribeiro, artista plástico, João Paulo Guerra, jornalista, e Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!».

ANTÓNIO BORGES COELHO — Antes de tudo o mais, parece-me que é absolutamente indispensável estabelecermos como método a natural divisão da vida do «Avante!», antes do 25 de Abril, jornal clandestino, e depois do 25 de Abril, jornal legal.

Ora, se quisermos caracterizar o «Avante!» ao longo de toda a sua trajectória, julgo

ferente, de uma óptica de classe que constituiu, aliás, frequentemente, engulhos para alguns intelectuais... E que no «Avante!» os trabalhadores são os protagonistas do processo histórico. Enquanto na imprensa, na cultura burguesa na generalidade, são a burguesia e os seus expoentes (políticos, culturais ou puramente simplesmente quotidianos) o centro do Mundo,

tuais burgueses o «Avante!» suscitava críticas, desde questões de «qualidade» (as virgulas que não estavam, a prosa que era dura, até erros de ortografia, etc.) e, por outro lado, a ausência de textos teóricos, de explicações teóricas. Parece-me isto extremamente sintomático: é uma questão de posição de classe! Quanto ao primeiro é evidente que chocava fundamentalmente os intelectuais o tom conciso, imperativo, de palavra de ordem que caracterizava a prosa do «Avante!» — com virgulas ou sem elas! Por outro lado, muitos desses intelectuais nunca perceberam que todo o «Avante!» era um exemplo prático da doutrina marxista-leninista viva, aplicada à prática, instrumento de prática, fundida com ela tal como ela é de facto — um guia para a acção onde não são essenciais explicações feitas da cátedra.

E note-se ainda que durante os seus quarenta e quatro anos, para a vida intelectual, para a vida cultural portuguesa, nós podemos dizer que o «Avante!» foi o acto de rebeldia por excelência, foi uma manifestação de vida cultural sempre na burguesia. Isto — não só — pôde-se colocar permanente e consequentemente de uma óptica de classe revolucionária, de uma óptica teórica marxista-leninista, como também porque — e convém sublinhá-lo — o «Avante!» é um jornal que nunca foi à censura.

Haverá naturalmente outros jornais clandestinos que nunca foram à censura, mas o «Avante!» tem uma vida de quarenta e quatro anos, regular, permanente e, na sua clandestinidade de resistência, em plena e total liberdade. Numa altura em que, como agora, se tenta usar em Portugal as peças tradicionais do arsenal anticomunista e de que fazem parte os decantados argumentos das «liberdades de criação», etc., é importante sublinhar que os comunistas portugueses têm um jornal que é um exemplo vivo e concreto de liberdade, de liberdade duramente conquistada e praticada. O «Avante!» é evidentemente também um elemento cultural, artístico até, e feito em plena liberdade, foi e é verdadeiramente — porque sempre quis ser — um órgão de imprensa livre.

JOÃO PAULO GUERRA — Julgo que este último aspecto é de uma extrema importância porque a verdade é que o «Avante!» é, nestes últimos

anos, um exemplo concreto da prática de um tipo de informação efectivamente revolucionária, diferente da informação tal como a burguesia a entende. A informação do «Avante!», como o Borges Coelho sublinhou, é uma informação virada para a acção, explicando e situando os acontecimentos e fornecendo-lhes a solução, a palavra de ordem.

### UM ÓRGÃO DA IMPRENSA LIVRE

RUBEN DE CARVALHO — Isso é inteiramente verdade porque como o Borges Coelho já apontou há entre o «Avante!» e a imprensa burguesa diferenças não só entre o que é dito mas também na forma como é dito.

A diferença entre um jornal da classe operária e um jornal burguês não é uma pura e simples questão de ponto de vista político como poderá ser entre dois jornais burgueses ligados a dois partidos políticos burgueses.

A burguesia dispõe daquilo que chama a imprensa de opinião, que divulga os pontos de vista políticos da burguesia de forma mais concreta, mas dispõe fundamentalmente daquilo que se chama a imprensa noticiosa. E a questão é que o conceito de notícia que preside a esses jornais é inteiramente burguês. A notícia é o relato puro e simples de um facto, sem situar esse facto, sem o explicar, sem dele tirar conclusões. Como diz a burguesia, é um relato «objectivo e imparcial».

E a questão é que este próprio conceito de narração imparcial é reaccionário. Parliamo o exemplo de uma luta da classe operária, uma greve, por exemplo. Num jornal noticioso burguês podem acontecer várias coisas:

— O jornal nem sequer se refere a ela. E uma posição reaccionária que ignora uma luta das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que noticia vulgaridades sobre a vida da burguesia que surge apresentada como o centro do mundo;

— O jornal refere a greve e introduz — na própria narração ou em comentários — pontos de vista da burguesia. Note-se que nem é preciso reaccionário, que se ataque essa luta do ponto de vista do patrão: é suficiente que o movimento não seja encarado da perspectiva dos trabalhadores;

— Finalmente, o jornal faz um relato o mais objectivo e imparcial possível da luta. Mesmo assim, em termos políticos a posição é reaccionária, pois o relato não é suficiente. A informação é sempre uma transmissão de experiência e transmitir uma experiência só é útil quando daquela que se conta se extraem lições, se apontam soluções, etc.

A este conceito de notícia Lenine contrapõe um outro incomparavelmente mais rico, um conceito revolucionário que é o da revelação política. A imprensa comunista a imprensa da classe operária não noticia: revela, politicamente, os factos.

Esta revelação política na da tem que ver com objectividades imparcialidades, etc. mas com uma assumida e actuante posição de classe. Arranca de uma tomada de posição de classe e política: num jornal comunista, como dizia o Borges Coelho, trata-se muito simplesmente de aplicar constantemente o marxismo-leninismo.

O que significa naturalmente encerrar o mundo da perspectiva dos trabalhadores, o que implica um critério selectivo naquilo que se relata. Relata-se o que diz respeito aos trabalhadores e o que interessa aos trabalhadores. Mas, depois desse critério selectivo há que fazer dessa informação não um amontoado de factos mas um elemento concreto da própria vida dos trabalhadores e do que para eles é mais importante — a sua luta, o que implica que esses factos sejam não noticiados, mas revelados. Não é apenas contar o que se passou, é do que se passou tirar conclusões e concretamente, conclusões que permitam andar para a frente com o caminho enriquecido pelo conhecimento da experiência assim tratada. Quando Borges Coelho sublinhou que o «Avante!»

não é apenas um jornal de operários, mas sim o jornal da classe operária acho que foi uma excelente síntese desta questão. Porque a verdade é que não se trata apenas, por exemplo, da censura. Depois do 25 de Abril já não há censura e o repositório das

Esta questão da forma condicionou-me aliás grandemente pois todo o meu estilo de escrita, mesmo mais tarde noutro tipo de trabalhos, até de carácter científico, foi largamente marcado pelas experiências anteriores. O nosso camarada Alvaro

jornal tão coeso como é a luta e do Partido. R. C. — Isso aliás é de destacar porque nós sabemos que os camaradas que na clandestinidade faziam o «Avante!» não eram na generalidade profissionais da informação nem sequer muitas

Está cá tudo: com a caixa situava a luta no contexto geral da situação das classes trabalhadoras, dos objectivos por que lutava neste momento, depois dá-se concisamente uma ideia da grandiosidade da luta em questão, citando o número de trabalhadores em



lutas e da vida da classe operária e dos trabalhadores continua a ser o «Avante!». Mas isto acontece não apenas por o «Avante!» continuar a ser o jornal que reflete integralmente a vida das classes trabalhadoras (o que faria dele um jornal de operários, quase diria, um jornal noticioso de operários), mas porque não se limita a noticiar essa vida: revela-a politicamente, transforma — como sempre fez — cada um desses relatos, através da análise visando a acção, num elemento concreto da luta da classe operária. Aí, deixa de noticiar de fora a vida dos trabalhadores para ser um elemento actuante dessa vida e dessa luta — de facto um jornal da classe operária.

Cunhal já uma vez empregou a expressão «o estilo «Avante!»... Estávamos em Moscovo, em 1962, num Congresso promovido pelo Movimento da Paz e no final havia que escrever uma declaração e o camarada Alvaro Cunhal foi solicitado para a redigir. Ao que ele respondeu que era preferível ser outra pessoa a escrever, pois o texto exigiria um estilo diferente que não fosse o «estilo «Avante!»! Na verdade, estou em crer que é perfeitamente possível falar num «estilo «Avante!» que não fundo é uma forma que corresponde a aquelas necessidades de concisão, de fornecimento de palavras de ordem e de orientação que são indispensáveis de um jornal comunista.

vezes profissionais de artes gráficas... A. B. C. — ... houve tipógrafos do «Avante!» que aprenderam a mexer em tipo nas próprias tipografias clandestinas...

R. C. — Exacto. Mas é importante destacar, como foi possível nessas circunstâncias criar um elemento digno culturalmente, tecnicamente muito perfeito, muito de acordo com os objectivos visados.

R. R. — E um exemplo do que é a força criativa das massas trabalhadoras, do que é a força criativa do Partido.

J. P. G. — E, voltando atrás, o Rogério Ribeiro focou esse aspecto da qualidade formal que no fundamental é o resultado de uma profunda adequação do «Avante!» ao seu papel de jornal do Partido e da classe operária, mas essa qualidade surge reflectida na coesão e na lógica desse todo, mas também ao nível de cada uma das componentes.

De um ponto de vista de, digamos, técnica jornalística, estou aqui a ver alguns exemplares do «Avante!» clandestino e de há já alguns anos — estão aqui exemplos brilhantes de redacção de títulos.

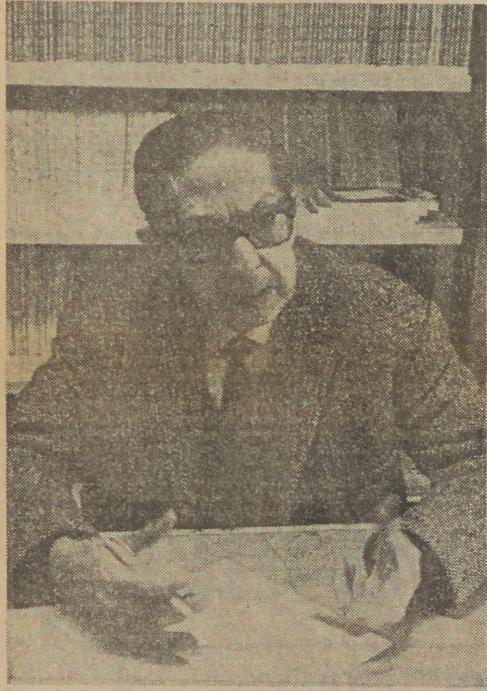
Este, por exemplo: uma caixa no canto superior esquerdo da primeira página, onde se diz «Cresce a luta por aumento geral de salários, jornas e ordenados»; depois o título: «5 mil grevistas em Pêro Pinheiro lutam por 10 escudos de aumento! Choques nas ruas com as forças repressivas — A luta continua!»

greve, e esclarece-se imediatamente; aponta-se depois a repressão, destaca-se imediatamente portanto não só a importância da luta, uma vez que tem de defrontar a repressão, como se introduz no relato do facto o elemento da situação política da existência do fascismo e o que isso significa para os trabalhadores; finalmente o «A luta continua!» que é ao mesmo tempo um incentivo e uma palavra de ordem.

E este outro: «Os valentes mineiros de Aljustrel em greve / Mais de 33 horas no fundo da mina sem água e sem comer / Ocupação do sindicato pela população mais de 25 horas / A PIDE, a GNR e a PSP desencadeiam uma repressão feroz.» Está outra vez tudo dito e com uma concisão im,scável. Note-se por exemplo como a simples introdução do adjectivo «valentes» define imediatamente, sem mais palavras, uma posição de classe, uma posição de apoio.

### NEO-REALISMO E LUTA CLANDESTINA

M. V. — Aliás, note-se que essa questão, digamos, de qualidade se reflecte para além do «Avante!» em toda a imprensa do nosso Partido, nas edições clandestinas do «Avante!», por exemplo. Uma qualidade em termos de rigor científico, fundamentalmente. Por exemplo: as edições «Avante!» vão agora editar «O esquerdismo doena infantil do comunismo», de Lenine Encomendou-se uma



Magalhães Vilhena

que teremos que dizer que ele é a realidade o jornal da classe operária. Não um jornal de operários apenas, mas, efectivamente, o jornal da classe operária. E isto por três ordens de razões.

Em primeiro lugar, o «Avante!» foi o único jornal que, ao longo dos últimos quase cinquenta anos acompanhou as lutas dos trabalhadores, não apenas ao nível do relato mas como parte integrante dessas lutas, como instrumento necessário a essas lutas. E isto de forma permanente, sistemática, determinada.

Em segundo lugar, o «Avante!», enquanto órgão do nosso Partido, constituiu um efectivo vínculo orgânico, o organizador colectivo de que fala Lenine, o que significa que foi um elemento concreto de ligação dos trabalhadores à sua vanguarda organizada.

Finalmente, em terceiro lugar, o «Avante!» foi efectivamente, durante toda a sua vida, pago por trabalhadores, escrito por trabalhadores, impresso por trabalhadores, distribuído por trabalhadores, lido e utilizado por trabalhadores. Trata-se efectivamente de um jornal que é, a todos os níveis, propriedade da classe operária, faz parte do seu património.

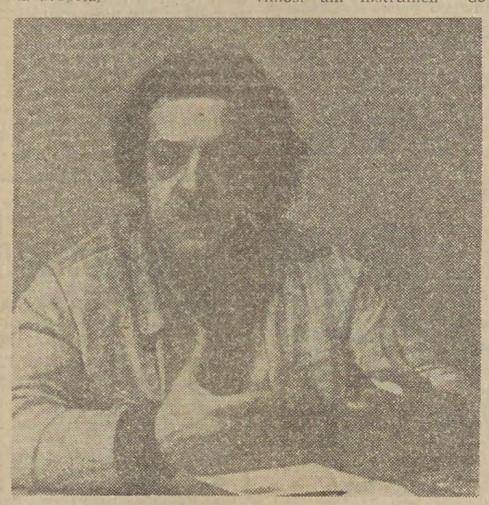
Este conjunto de factos aponta para que, sob o ponto de vista do que poderemos designar pelo «Avante!», enquanto fenómeno cultural, enquanto manifestação de cultura, de palavra escrita, ele apresenta duas características inteiramente originais. Por um lado, enquanto documento histórico, o «Avante!», tem uma situação única: se se quiser fazer a história das lutas da classe operária durante os últimos anos o «Avante!», se não for integralmente o único, é indiscutivelmente o mais importante repositório de informação sobre essas lutas. E não só: é que este repositório, este conjunto de relatos e de notícias é apresentado de uma óptica inteiramente di-

os protagonistas da vida e da história, ou, mais correctamente, os motores, os agentes da história, das páginas do «Avante!» resalta permanentemente a correcta aplicação do marxismo-leninismo, uma correcta óptica revolucionária, de classe, encarando a vida da perspectiva da vida e dos interesses das classes revolucionárias.

Já me estou a alongar um bocadinho, mas já agora não queria deixar de sublinhar desde já um outro aspecto que para a caracterização do «Avante!» como fenómeno cultural tem a sua importância. Todos nós nos lembramos que a numerosos intel-

### O ESTILO «AVANTE!», A FORMA REVOLUCIONÁRIA

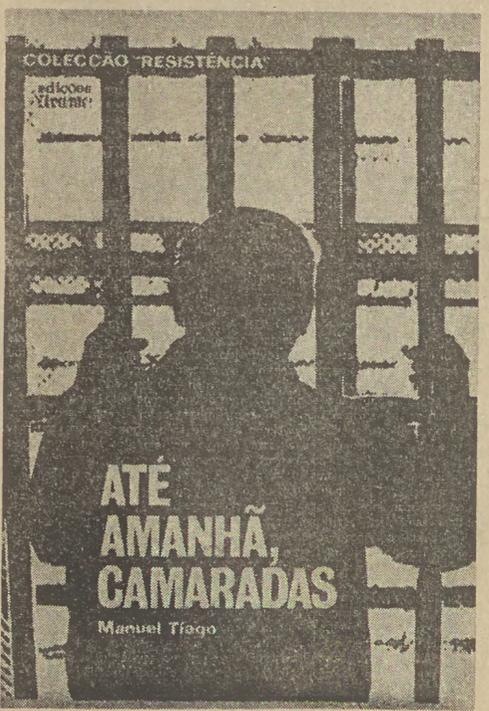
MAGALHAES VILHENA — Existe na realidade no jornal comunista e concretamente no «Avante!» o que se poderá chamar um estilo, uma forma própria.



Rogério Ribeiro

Deve estar a fazer agora uns quarenta anos que eu escrevi o primeiro artigo para o «Avante!» clandestino. Foi num mês de Março dos anos 30 e tratava-se de um artigo sobre a Comunidade de Paris. Recordo-me que para escrever esse artigo, li imensos textos de Lenine, especialmente os artigos da «Iskra» e de outros extremamente preocupado em tentar conseguir uma determinada forma, aquela simplicidade de despir os problemas de todo o acessório e em termos extremamente directos e concretos, atingir o essencial. Lembremos por exemplo os artigos de Lenine sobre Tolstói que são textos de alto valor teórico, mas que são escritos de uma forma inteiramente acessível e concisa, tocando o fundamental com grande exactidão.

trabalho do Partido, constituía um elo de ligação, era uma peça de um todo no qual se integrava perfeitamente. O «Avante!» era simultaneamente o resultado do estorço coeso de todos os que escreviam, que para ele davam informações, que o imprimiam, que o distribuíam, que o liam, e um elemento fundamental dessa coesão, digamos que ra simultaneamente consequência e causa desse todo unido que é o Partido. Ora a questão é que no objecto concreto, no produto que é o «Avante!» essa coesão transparece pelo próprio «Avante!». Há uma coesão, uma lógica entre tudo o que o «Avante!» é: os seus textos, o seu aspecto, a sua impressão, os desenhos que incluí, tudo se liga numa lógica profunda que resulta num



# 44 ANOS DE LUTA AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA E DO POVO

tradução que foi recusada por não estar em condições e afinal o que vamos publicar é a tradução de as edições «Avante!» publicaram clandestinamente e que é absolutamente impecável, sendo certo que este problema de tradução dos clássicos levanta questões muitas vezes difíceis de resolver.

Por outro lado, julgo que seria necessário estudar com profundidade a influência que o «Avante!» e a Imprensa clandestina do nosso Partido teve no aparecimento do neo-realismo.

R. R. — Sem dúvida! No sector das artes plásticas a ligação é muito clara. Aquela unidade de que eu falava há pouco, a qualidade que resulta de uma adequação de uma coesão que provém da influência do Partido expressou-se na produção dos artistas neo-realistas de forma extremamente clara.

Veja-se, por exemplo, que a estética neo-realista não pode de forma alguma ser separada dos meios técnicos a que os artistas neo-realistas tinham de recorrer. E o que caracterizava esses meios técnicos era, por um lado, a sua precariedade (o que já reflecte em certa medida uma posição de classe) e, por outro, a exigência prévia que se colocava a todos nós de procurarmos meios que permitissem a divulgação. Abandonou-se o cavalete, o quadro de cavalete, para se retornar a gravura muito especialmente o linóleo. Linóleo que era, aliás, trabalhado em condições difíceis, mas o fundamental era conseguir criar uma arte que pudesse ser divulgada.

Recordo-me, por exemplo, que numa das primeiras Exposições Gerais, havia uma mesa cheia de gravuras de todos nós, para vender a dez escudos.

E, por outro lado, houve a preocupação de virar a arte para o retrato, para a expressão dos trabalhadores, fazer, dos trabalhadores os protagonistas dessa arte. Saímos para o campo e fomos à procura das caras dos trabalhadores, das faces do Alentejo, do arroz do sítio onde viviam e trabalhavam os trabalhadores. Ora, esta viragem, esta opção por um novo motivo estético e por um novo objectivo na criação artística, só foi possível pela existência de elementos de divulgação que nos chegavam sobre a vida e a luta dos trabalhadores, que nos impunham a realidade das classes trabalhadoras. E o «Avante!» era um elemento decisivo.

R. C. — Julgo mesmo que há aí uma harmonia, uma ló-

giz, etc., era impossível de reproduzir numa tipografia clandestina, nem sequer estaria de acordo com o grafismo geral do «Avante!»: o desenho a traço, para o linóleo,



neiros mais ligados ao trabalho cultural. Mas acontece que esses jornais eram também elementos de carácter político não só ao nível do esclarecimento, da divulga-

ção política e cultural, como também sob ponto de vista orgânico. Na medida das suas possibilidades desempenhavam igualmente um papel de organizadores colectivos.

António Borges Coelho

o, carvão, etc., esses (como o demonstram os numerosos desenhos do Dias Coelho), já eram adequados sob todos os aspectos.

## OS QUADROS DA CLASSE OPERÁRIA

A. B. C. — E no campo literário o problema põe-se igualmente. O estilo neo-realista é aberrantemente muito influenciado pelo que chamamos o «estilo Avante!». A eliminação dos grandes discursos, a procura das frases curtas e concisas, simples, percipientes, atingindo rapidamente os objectivos e esclarecendo facilmente a situação. E, claro que o aspecto das temáticas é, por de mais evidente, a escolha — tal como aconteceu nas artes plásticas — dos protagonistas trabalhadores, de colocar os trabalhadores na sua situação de protagonistas da História.

E ainda o aspecto da terminologia. O neo-realismo introduziu na linguagem literária e por via dela, na linguagem comum, toda uma série de termos que fazem parte integrante do vocabulário da Imprensa clandestina da Imprensa comunista: luta, reivindicação, massas, etc.

ção política e cultural, como também sob ponto de vista orgânico. Na medida das suas possibilidades desempenhavam igualmente um papel de organizadores colectivos.

Recordo-me que numa de terminada altura o **Liberdade** organizou um concurso para angariar novos assinantes, o que deu origem a uma intensa campanha de todos os leitores para os conseguirmos. Esta campanha, os novos assinantes, etc., foram um instrumento precioso de organização, de mobilização, de enquadramento. Ora este uso político destes jornais era igualmente um elemento vitalizador dos artistas que neles participavam e que eram assim muito directamente integrados numa prática política.

A. B. C. — Há ainda um outro aspecto que eu quero referir, que é o facto de o «Avante!» ter formado, no mesmo literário, uma série de dirigentes da classe operária. Um dos exemplos mais conhecidos é o caso do próprio camarada Dias Lourenço, que é um camarada saído da classe operária e que se tornou intelectualmente no Partido e para quem desempenham importante papel as responsabilidades que teve no «Avante!» clandestino. E não é de forma alguma um caso único: há muitos outros exemplos de camaradas nossos que pela própria necessidade do trabalho político, postos perante a necessidade de fazer um «Avante!» que era um elemento fundamental de luta política, se formaram nos quadros do «Avante!». Isto para não falar nos casos que já há pouco citámos, de camaradas que aprenderam a ler no próprio trabalho de fazerem o «Avante!», de o comporem, de o imprimirem.

Por outro lado, há um ponto concreto que eu quero ainda referir, que é o facto de o «Avante!» ter sido ao longo de toda a sua existência um órgão de Imprensa que deu notícia de toda a actividade da resistência antifascista, dos movimentos sindicais, de todos os sectores progressistas que lutaram contra o fascismo. O «Avante!» foi, de facto, integralmente o jornal da resistência antifascista e o facto de ser o jornal do Partido Comunista Português e o jornal da classe operária, ligado com este apoio que sempre deu ao combate pela liberdade e pelo derrubamento do fascismo, é uma expressão muito concreta do papel de vanguarda da classe operária e do seu Partido nessa luta.



João Paulo

la unidade e eficiência que é necessária.

Por exemplo: nós agarrámos no «Avante!» clandestino e transparece um critério selectivo extremamente rigoroso. O que lá está é efectivamente o fundamental e isso só se tornou possível tendo a coragem de eliminar muita coisa deitando muitos camaradas que discordavam e que se cortasse isto ou aquilo. Mas o resultado é esse: o que lá está é de facto o essencial.

E claro que, de uma perspectiva, por exemplo, historiográfica, podemos hoje lamentar que o «Avante!» não tenha dado mais pormenores sobre esta ou aquela luta da classe operária ou que até nunca simplesmente a referisse. Mas a verdade é que o «Avante!» não pode ser um arquivo, é um instrumento de luta e de trabalho e para o ser não necessita de ser oní-

co e preciso. O que é e parece que não está a acontecer.

R. T. C. — É claro que no essencial do que disseste em primeiro lugar, julgo que tens inteira razão. O «Avante!» legal é um jornal inteiramente novo, que é necessário ainda aprendermos a fazer.

Quando ao aspecto que focaste do critério selectivo, parece-me que há que encarar-lo sob dois aspectos. Em primeiro lugar — e me não imortante — temos algumas questões de carácter técnico. As estruturas de informação do «Avante!» estão longe de funcionar a um conteúdo perfeito e isso cria

difficultades na apreciação na selecção do material informativo que chega muito em cima da hora, por vezes é escasso, etc. Por outro lado, a estrutura redactorial para o tratamento desse material (as vezes era perfeitamente possível fundir informações, tratá-las de forma a condensá-las dando-lhes maior actualidade) é reduzida.

Mas não me parece que isso seja apesar de tudo, o fundamental.

A questão é que há aqui, de facto, um problema de critério. O movimento popular de massas, o nosso Partido deram grandes passos crescentes extraordinariamente nos últimos meses. Este crescimento criou naturalmente, diversificações, existem desequilíbrios, diferenças da mais variada ordem. O processo democrático e a luta dos trabalhadores estão mais estruturadas ali, deontamos os problemas tais e tais nesta zona e outros bastante diferentes noutra zona, têm determinadas dificuldades num sítio e uma situação favorável noutra.

É evidente que esta diversificação não impede que em cada momento da luta, em cada dia, em cada semana, em cada linha fundamental de actuação haja neste processo o essencial e o acessório. Julgo mesmo que tal diversificação não sequer dificulta grandemente dada a experiência da classe operária portuguesa, a definição do que é efectivamente, essencial e acessório.

Mas a experiência que temos tido no nosso trabalho durante estes meses é de que o «Avante!» tem um papel extremamente importante a desempenhar em todas as circunstâncias e tem de acompanhar esta luta e este processo correspondendo a essas diversidades. O facto de por vezes se acompanhar se referir uma situação uma luta que num contexto geral poderá ser em si pouco significativa, esse simples facto de o «Avante!» dar tal notícia constitui um elemento precioso de trabalho para as camaradas dessa zona — e isso já não é de forma alguma acessório.

O objectivo não é de forma nenhuma fazer do «Avante!» um repositório exaustivo de todas as lutas, de todos os problemas e situações dos trabalhadores portugueses. O objectivo do «Avante!», no maior número possível de circunstâncias um real instrumento de trabalho. Se tentamos dar o maior número possível de referências sobre a luta dos trabalhadores e as actividades do Partido e porque cada uma dessas notícias desempenha um importante papel, numa determinada zona e parece-nos que, se tomados caso a caso, elas podem ser acessórias no seu conjunto, pelo que significam de apoio efectivos ao trabalho e ao movimento do Partido e ao processo democrático, são fundamentais.

E claro que isto tem limites, mas não foi essa a questão que o Borges Coelho levantou.

E claro, também, que isto não é de forma nenhuma incompatível com a definição em cada número do «Avante!» dos traços essenciais do processo político, das linhas fundamentais da luta nesse momento preciso. Tentamos fazê-lo mediante a utilização da primeira página por um lado, pelo destaque dado ao editorial por outro. A primeira página tenta corresponder ao que no conjunto do processo político, na totalidade da movimentação política é fundamental em cada momento; o editorial tem uma existência perfeita e marca-

da e individualizada e corresponde à análise global da situação. O mesmo aconteceu com os documentos da direcção do Partido ou documentos de particular importância para a definição da prática quotidiana da classe operária e de todos os trabalhadores como é o caso, por exemplo, dos discursos do camarada Alvaro Cunhal. Tudo isso são elementos fundamentais que correspondem aos traços fundamentais da situação em cada momento e como tal, surgem destacados.

formação, uma nacional e outra internacional. A criação dessas duas páginas corresponde a dois objectivos. Em primeiro lugar, admitimos que um grande número dos trabalhadores portugueses não lê um jornal diário, mas ainda após os aumentos e com aquelas secções pretendem assegurar uma informação dos aspectos fundamentais em termos críticos que permita, com a leitura do «Avante!» semanal, dispor-se de um enquadramento geral da situação nacional e internacio-

informação mais geral seja deixado integralmente à Imprensa burguesa, que frequentemente a deturpa ou ignora. A. B. C. — É necessário esclarecer que aquelas críticas — ou melhor, apontamentos — que fiz não impedem que, em minha opinião, o «Avante!» continue a ser hoje um grande jornal. Acho mesmo que há alguns números inteiramente notáveis.

M. V. — Como por exemplo o número especial sobre o 28 de Setembro. Acho que é um número que permite uma larga meditação em vários campos, mesmo sob o ponto de vista internacional.

A. B. C. — Esse e outros. O que de facto me parece é que há, digamos, uma fórmula global que é necessário encontrar.

R. C. — Acho isso inteiramente correcto e parece-me mesmo que esta conversa pode ter o papel extremamente importante de abrir caminho à análise e ao estudo de diversas questões.

No essencial, parece-me que poderemos concluir que as grandes qualidades do «Avante!» clandestino decorriam da sua completa unidade com o Partido e com a classe operária, unidade que era a primeira garantia da importância do papel desempenhado pelo «Avante!». Essa unidade decorria contudo de condições objectivas que se alteraram e para que ela possa continuar a existir e a dar os seus frutos é indispensável que se criem condições para a sua existência. O «Avante!» tem de ser de facto o órgão do Partido e o jornal da classe operária e por isso é necessário que seja feito por todo o Partido, que seja feito realmente pela classe operária. Já uma vez publicámos no «Avante!» um texto de Lenine exactamente sobre os erros a que pode conduzir o primitivo de que há uns camaradas que fazem o jornal e outros que lêem. O que reside aí é necessário que todos tenhamos consciência de que a participação de todos os comunistas, de todos os trabalhadores no «Avante!» é a garantia de atingirmos essa unidade de pensamento e acção que conservará e desenvolverá, quer no conteúdo do jornal quer nos seus aspectos formais, as características que fizeram do «Avante!» de facto o jornal da classe operária.

**Declaração do Partido Comunista Português sobre o assassinato de Amílcar Cabral**

1. O Partido Comunista Português, perante o assassinato de Amílcar Cabral, líder da luta revolucionária da Guiné-Bissau, manifesta a sua profunda dor e a sua indignação perante a morte de um dos maiores líderes da luta revolucionária da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, que morreu vítima de um atentado terrorista perpetrado por elementos da polícia portuguesa.

2. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo da Guiné-Bissau e com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

3. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

4. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

5. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

6. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

7. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

8. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

9. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

10. O Partido Comunista Português manifesta a sua solidariedade com o povo português, que se uniram para combater o fascismo e a ditadura salazarista.

**Avante!**

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**A ALEMANHA DERROTADA!**

VARIADO DO PODER DE TODOS OS PAÍSES EM GUERRA NA EUROPA

O FASCISMO TEM O ÚLTIMO LAUREATE

Em Portugal e Espanha!

A DERROTA DA ALEMANHA NÃO SIGNIFICA A QUIDA AUTOMÁTICA DE SALAZAR

E PELAS SUAS MÃOS

que o povo tem de conquistar a liberdade

ÚLTIMOS LAUREATES DO FASCISMO NA EUROPA

PORTUGAL E ESPANHA

SALAZAR PREPARA REFORMAS BENEFICAS

28 DE MAIO — dia de protesto contra Salazar

**Avante!**

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**A LUTA IDEOLÓGICA**

R. C. — Eu estou de acordo com o Borges Coelho e também sinto de facto que há uma unidade que ainda se não atingiu. Mas reconheço que há dificuldades. De um ponto de vista estético, gráfico é evidente que se colocam hoje ao «Avante!» problemas inteiramente novos. A verdade é que há que tratar problemas por um lado com um volume e uma importância que a repressão nos impedia de tratar e, por outro, dissonando de meios técnicos novos.

A imprensa clandestina estava profundamente limitada na utilização de fotografias, por exemplo. Por outro lado, a verdade é que, também não existiam as grandiosas manifestações de massas que se têm sucedido depois do 25 de Abril. Ora, é evidente que isto cria problemas. São situações novas e meios técnicos novos para os quais é necessário encontrar aquela coesão que caracterizava a imprensa clandestina.

J. P. G. — Por outro lado, ainda é verdade que o campo de luta se alargou extraordinariamente e que o «Avante!» tem hoje uma série de solicitações inteiramente novas. Acho por exemplo, importante o facto de que a partir da altura em que a Imprensa burguesa deixou de estar sujeita à censura, o campo da luta ideológica se ter alargado extraordinariamente. Julgo que o balanço da acção dos órgãos de informação portugueses no processo democrático não é essencialmente positivo — fruto especialmente da acção dos seus trabalhadores — mas a verdade também é que a luta ideológica se agudizou. Seja pelo facto de na generalidade os grandes órgãos de Imprensa continuarem a ser propriedade de grandes grupos monopolistas, seja pela influência que se manifesta por parte de tendências políticas reaccionárias ou verbalistas a verdade é que é um campo que exige uma intervenção atenta.

R. C. — Quando o «Avante!» passou a ter doze páginas, conforme sabem, passou a ter aquelas duas páginas de in-

**Avante!**

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**A LUTA IDEOLÓGICA**

PEDIDOS A EDITORIAL «AVANTE!»

(AV. SANTOS DUMONT, 57, 2., LISBOA)

E CENTROS DE TRABALHO DO PCP

**Avante!**

**ASSINATURAS**

TABELA DE PREÇOS — 50 NÚMEROS

CONTINENTE E ILHAS	Via normal (superfície) ..... 200\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aérea ..... 240\$00	<input type="checkbox"/>
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	Via normal (superfície) ..... 190\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aérea ..... 570\$00	<input type="checkbox"/>
ESPAÑA	Via normal (superfície) ..... 190\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aérea ..... 270\$00	<input type="checkbox"/>
RESTANTES PAÍSES EUROPEUS	Via normal (superfície) ..... 320\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aérea ..... 430\$00	<input type="checkbox"/>
FRANÇA-BISSAU	Via normal (superfície) ..... 190\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aérea ..... 570\$00	<input type="checkbox"/>
BRASIL	Via normal (superfície) ..... 190\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aérea ..... 630\$00	<input type="checkbox"/>
RESTANTES PAÍSES	Via normal (superfície) ..... 320\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aérea ..... 730\$00	<input type="checkbox"/>

NOTA: Atendendo a que não temos serviço de cobrança solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remeta cheque ou vale de correio.

gica muito grande: a opção ideológica por uma tomada de posição — olítica ao lado das classes trabalhadoras, a subsequente opção estética por fazer das classes trabalhadoras os protagonistas da arte, o usar meios técnicos limitados pelas características da opção política, a exigência de mesmo assim encontrar meios técnicos que permitam o mais possível desenvolver as classes trabalhadoras as expressões artísticas que elas próprias motivaram.

E note-se que esse todo de opções conduz no concreto a isto, que não é muito importante, mas parece-me significativo: quando, por exemplo, os pintores neo-realistas definiram essas temáticas e utilizaram determinados meios técnicos, deram origem a uma produção artística que pôde ser usada pelo próprio «Avante!» e pela Imprensa clandestina. Isto não só pelos temas abordados, que estavam de acordo com o papel político do «Avante!», mas também sob o ponto de vista técnico. Um quadro a óleo, cheio de meios tons, de ma-

## O «AVANTE!» HOJE

R. T. C. — Bom. Parece-me que para sermos coerentes com tudo o que temos dito acerca do papel do «Avante!» do papel actual do «Avante!», depois de termos estado a tentar analisar o «Avante!» clandestino seria útil aplicarmos as conclusões que mais ou menos formulámos no «Avante!» legal e debruçarmos sobre ele.

A. B. C. — Estou inteiramente de acordo e acho que no mesmo aspecto que se de vem aplicar. Julgo que o «Avante!» legal ainda não conseguiu encontrar aquela unidade, aquelas características de extrema adequação aos seus objectivos que tinha o «Avante!» clandestino. Note-se que considero isto inteiramente normal: todos nós no nosso trabalho político fizemos uma mudança muito grande é todo o Partido teve de se adaptar às povas formas de trabalho que se tornaram possíveis.

Inclusivamente, isto nem sequer significa uma crítica

**Avante!**

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**28 DE MAIO — dia de protesto contra Salazar**

Grande luta de actividade social

As 8 horas de trabalho são conquistadas no Alentejo!

No Alentejo Litoral

Organizar para Lisboa

Fortalecer a Unidade

Conquistar o apoio das Forças Armadas

**Avante!**

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**28 DE MAIO — dia de protesto contra Salazar**

Grande luta de actividade social

As 8 horas de trabalho são conquistadas no Alentejo!

No Alentejo Litoral

Organizar para Lisboa

Fortalecer a Unidade

Conquistar o apoio das Forças Armadas

# O JORNAL OPERÁRIO É A TRIBUNA OPERÁRIA

LENINE

